

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL MESTRADO

KARLA TEREZINHA ROSA

**A TESTEMUNHA DO ABUSO SEXUAL CONTRA IRMÃOS: A
VÍTIMA ESQUECIDA JUNTO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO**

FLORIANÓPOLIS

2007

KARLA TEREZINHA ROSA

**A TESTEMUNHA DO ABUSO SEXUAL CONTRA IRMÃOS: A
VÍTIMA ESQUECIDA JUNTO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marli Palma Souza.

FLORIANÓPOLIS

2007

KARLA TEREZINHA ROSA

**A TESTEMUNHA DO ABUSO SEXUAL CONTRA IRMÃOS: A
VÍTIMA ESQUECIDA JUNTO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO**

Esta dissertação foi examinada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora MYRIAM RAQUEL MITJAVILA, Dr^a.
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Professora MARLI PALMA SOUZA, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Orientadora

Professora INGRID ELSEN, Dr^a.
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
1^a examinadora

Professora CATARINA MARIA SCHMICKLER, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
2^a examinadora

Florianópolis, julho, 2007.

*Dedico este trabalho a Deus por ter me
dado força para enfrentar os desafios que a vida
oferece.*

Agradecimentos

Reservo este espaço para agradecer às pessoas que me auxiliaram na realização deste trabalho, que me deram força e me estimularam a não desistir, pois muitas vezes era difícil prosseguir. Com o apoio destas pessoas, percebi o quanto o ser humano é capaz. A vocês, meus amigos, o meu sincero muito obrigada.

À amiga Fernanda Scalzavara, por apoiar-me no momento mais delicado desta empreitada.

À amiga Lílian Keli Rech, pela troca de experiências e saberes.

À amiga Wanda Elsen Barcellos, pela solidariedade e contribuições importantes.

À amiga Úrsula Carreirão, pela disponibilização de material e pontuações importantes para a construção do trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, pela oportunidade de realizar o mestrado em uma universidade pública.

À professora Marli Palma Souza, por orientar-me com maestria e acreditar no meu potencial acadêmico.

Às professoras Catarina Maria Schmickler e Ingrid Elsen, pelas contribuições no exame de qualificação e estímulos importantes para a continuidade dos trabalhos.

À coordenadora do Programa Sentinela, pela permissão de acesso aos dados da pesquisa e por fazer deste espaço de estudo e trabalho um campo fértil para a resignificação do fenômeno da violência sexual intrafamiliar.

Às minhas colegas de trabalho, pelo respeito, pela troca de idéias e pelo incentivo moral.

Às professoras Regina Célia Minayo e Teresa Kleba Lisboa pelo aporte dispensado nos momentos que antecederam a pesquisa.

E à minha família, um agradecimento mais especial pelo apoio voluntário e incondicional nas pessoas do meu pai, da minha mãe, do meu irmão, da Lemir Sabino e do Maurício Manoel Vieira, por todas às vezes que acreditaram, torceram e confiaram em mim.

Ao Rodrigo pelo estímulo dispensado durante o processo de construção deste trabalho.

Enfim, obrigada a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

O presente estudo aborda o processo de vitimização, bem como a inserção no serviço de proteção, de testemunha do abuso sexual intrafamiliar contra um ou mais de seus irmãos. A pesquisa tem como ponto de partida a preocupação com estes sujeitos esquecidos, tanto no âmbito familiar quanto nos serviços de proteção, que motivou esta pesquisa, ao observarmos que, na interação familiar da qual participam, acabam transformando-se em vítimas potenciais. Objetivou-se, identificar de que forma a testemunha é afetada pela exposição à violência sexual contra irmã (os) no âmbito familiar, e desvendar como se realizou o atendimento a ela, no Programa Sentinela, de Florianópolis. A pesquisa caracterizou-se como exploratória, de caráter qualitativo. Para a coleta de dados utilizou-se nove dossiês, selecionado de acordo com critérios previamente estabelecidos, além de entrevistas semi-estruturadas com os técnicos, para elucidação de algumas questões. Os resultados vieram mostrar que os irmãos-testemunha precisam ser protagonizados nos serviços de proteção, tendo em vista ser o seu processo de vitimização caracterizado por danos psicossociais que acarretam prejuízo ao seu desenvolvimento através de reações sentimentais e comportamentais, as quais podem ser verificadas e descritas nesta dissertação. Uma das conclusões deste trabalho indica que a testemunha deva passar de meros coadjuvantes a protagonistas no serviço de proteção.

Palavras chave: Violência sexual intrafamiliar. Fratria. Testemunha. Serviço de proteção.

Abstract

The present study is about the victimization process of brotherhood which testified intrafamiliar sexual abuse of one or more brothers/sister, as well as their insertion in Protection' services. It was motivated by the author's concern about these forgotten subjects (children/adolescents) that in familiar context might become potential victims. The objective of this study is to identify how the witnesses are affected by the exposition to the brother/sister's intrafamiliar sexual violence, and how they are attended at Sentinela Program. This is an exploratory research, using a qualitative approach. For data collection the author used nine dossiers chosen based on previously established criteria, beside realization of semi structured interviews with the technicians for briefing explanations about the cases. The results show that brother/sister witnesses need the protection services, once they suffer a process of victimization characterized by psycho social consequences affecting their development. Behavior and emotional reactions were verified and described in this dissertation. As conclusion, the author suggests that they should not only be considered as witnesses, but also as protagonists by the protection service.

Key Words: Intrafamiliar sexual violence. Brotherhood. Witnesses. protection services.

Sumário

Introdução	
1 A testemunha como membro da fratria, seu processo de vitimização sexual intrafamiliar e o serviço de proteção	10
1.1 Um olhar sobre a violência sexual intrafamiliar	18
1.2 Testemunhas da violência sexual intrafamiliar	18
1.3 A fratria	29
1.4 Serviço de proteção às vítimas de violência sexual intrafamiliar	34
2 A vitimização sexual intrafamiliar e a inserção dos irmãos-testemunha nos serviços de proteção	36
2.1 A família abusiva e o processo de vitimização sexual dos irmãos-testemunha	50
2.2 Serviço de proteção: a inserção do irmão-testemunha no setor de acompanhamento do Programa Sentinela	50
2.3 Analisando o processo de acompanhamento familiar pelo Programa Sentinela	89
Considerações finais	93
Referências	99
Apêndices	105
	110

Introdução

O presente estudo teve como escopo identificar de que forma a testemunha é afetada pela exposição à violência sexual contra irmã (os) no âmbito familiar, ao mesmo tempo em que investigou como se dá o atendimento, no Programa Sentinela (Florianópolis/SC), a estes sujeitos expostos à vitimização sexual contra irmã (os).

O interesse por este tema deveu-se, em grande parte, à trajetória profissional desta acadêmica: desde o término de minha especialização na área de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes, no Laboratório de Estudo da Criança, da Universidade de São Paulo, em 1999, venho atuando nesta área, cujo fenômeno se redimensiona e assume formas variadas. O fato de ter observado durante toda a minha vivência profissional que tal proposta de estudo é pouco explorada; e constatado que a criança ou adolescente exposto como testemunha não é, muitas vezes, privilegiado no serviço de proteção foram determinantes na escolha do tema. Sob este ângulo, o estudo em questão configura-se como um desafio, pois existem poucas publicações do gênero que evocam a discussão acerca do processo de vitimização¹ dos irmãos-testemunha. (AZEVEDO; GUERRA, 2000), (FURNISS, 2002), (POLANCZYK et al, 2003), (YAMA, et al 2003) e (RECH, 2005).

É mister desmistificar a questão para ampliar a compreensão acerca do fenômeno, visto que na ocorrência de um abuso sexual as discussões não se esgotam na díade abusador e vítima direta. Pelo contrário, a violação de direitos estende-se a um ou mais irmãos com conseqüências que não diferem, tenham estes, sido vitimizados sexualmente com contato físico ou não.

A literatura nacional e estrangeira (AZEVEDO; GUERRA, 2000; DOBKE, 2001; PERRONE; NANINNI, 1998) nas quais os dados apresentados abordam basicamente as vítimas sexuais identificadas quando da entrada nos serviços de proteção para o atendimento desta demanda, na maioria das vezes excluem do foco investigativo os outros membros familiares: irmãos ou irmãs expostos à situação de violência e que convivem no mesmo espaço familiar.

¹ O processo de vitimização neste trabalho inicia-se com a exposição e o envolvimento das testemunhas, fatores que podem desencadear problemas e alterações comportamentais, sentimentos de medo, raiva, culpa, vergonha, impotência, ciúme etc.

A família pode ser entendida como um sistema em que cada um dos seus membros tem uma função a desempenhar, criando um jogo de forças de peso variável, estabelecendo uma interdependência e uma inter-relação entre essas pessoas. Hoje ela apresenta variadas configurações acompanhando as mudanças societárias, sendo que, apesar de ainda predominar o modelo nuclear, cresce a existência de famílias monoparentais, formadas por qualquer um dos pais e seus filhos (GROISMAN, 1991)

A violência sexual acontece no dia a dia de crianças e adolescentes, sendo as estimativas de ocorrência e recorrência (RANGEL, 2005) importantes para que se planejem políticas preventivas e de ações nesta área tão complexa. A pesquisa² de Polanczyk et al (2003) e Yama (1993) sobre a incidência e prevalência deste fenômeno alertam para um número significativo de crianças e adolescentes expostos a este tipo de situação, sendo que os impactos de natureza física e emocional, muitas vezes, não recebem nenhuma atenção dos serviços de proteção.

Por se estar tratando de violência sexual intrafamiliar, não podemos negligenciar quanto às relações existentes entre os familiares. Dentre os vínculos familiares entre abusadores-vítima deste contexto, poderia elencar: pais, padrastos, tios, primos, irmãos, meio-irmãos, e outros. Assim sendo, elegeu-se como uma das categorias privilegiadas deste estudo, a fratria, uma vez que os sujeitos da pesquisa são os irmãos que testemunharam a violência sexual de seus irmãos. A fratria, neste trabalho, é definida tal qual a encontramos no dicionário Le Robert e na obra de Rufo (2003), isto é, como o conjunto de irmãos e irmãs de uma mesma família e por onde permeiam diversas interlocuções.

Famílias, fratrias, violência sexual, autores de violência e vítimas são interfaces de uma trama familiar cercada por muros de silêncio, cujos membros convivem isolados. A comunicação entre eles não é aberta, os papéis familiares são inversos e as fronteiras de limites intergeracionais e de gênero são inexistentes e a relação vítima-abusador se constitui em uma relação assimétrica de poder abusivo adulto-criança, de acordo com literatura especializada (GABEL, 1997), (AZEVEDO; GUERRA, 1999, 2000),

² Neste estudo, foram selecionadas 52 escolas estaduais de Porto Alegre (RS) de ensino fundamental completo através de um processo de amostragem aleatória, estratificada de acordo com o tamanho da escola, de onde foi selecionada, em cada escola, uma turma de oitava série. Com eles foi utilizado um instrumento de triagem da exposição de crianças à violência, a fim de identificar possíveis vítimas, testemunhas ou que conheciam vítimas de atos de violência sexual. Assim, foram incluídos 1.193 adolescentes, representando 10,3% dos alunos matriculados. 54 (4,5%) relataram ter sido testemunha de algum tipo de violência sexual e 332 (27,9%) relataram conhecer alguma vítima deste tipo de violência. Como resultado, a exposição à violência sexual mostrou-se freqüente entre os adolescentes estudados.

(FURNISS, 2002), (PERRONE; NANINI, 1998), (SCHMICKLER, 2001), (FORWARD; BUCK, 1989).

Neste trabalho serão consideradas as diversas configurações que as relações fraternas possam apresentar, podendo estes irmãos³ estarem ligados por laços consanguíneos, afetivos ou de responsabilidade, uma vez que, desta forma, cada qual assume uma postura diferenciada frente a este fenômeno: de submissão, indignação ou de (auto) proteção.

A violência sexual enquanto categoria possui diferentes aspectos, de acordo com Perrone e Nanini (1998), ligados ao tempo, ao espaço e à temática, que nos fornecem os eixos intrafamiliar e institucional que nortearão este trabalho.

Obras literárias como “O Segredo na Infância”, de Cottle (1993) e de ficção como o filme “Silent Fall”, do diretor Beresford (1995) têm mostrado comoventes dramas familiares, inclusive de fratrias que compartilharam experiências negativas durante anos, ao testemunhar este tipo de vitimização contra um ou mais irmãos. Isto comprova que a arte imita a vida, como ilustra o fragmento que segue:

Relato de Tony Majors, de quatorze anos: [...] acho que cheguei em casa sem fazer barulho nenhum, e lá estavam eles, Laurie e meu pai, cara, transando em cima da mesa da cozinha. Quer dizer, ela estava ali sentada, meio largada, e ele se esfregando em cima dela. Não estavam se beijando, e ele estava vestido, mas com a braguilha aberta. Em plena luz do dia [...] Meu pai se apavorou, nunca vi ele daquele jeito. Não sei como é que ficou a minha cara, pois não sei direito como é que a minha cabeça ficou naquela hora. O cara se mandou dali tão rápido que quase não deu pra ver, e foi direto para o seu quarto. Minha irmã ficou sentada ali. Me deu uma olhada como se tivesse certeza de que eu ia chegar e pegar os dois daquele jeito (COTTLE, 1993, p. 117).

Este fragmento⁴ revela o flagrante dado pelo irmão num episódio de violência sexual intrafamiliar sofrida por uma adolescente, vítima do próprio pai. Para Perrone e Nanini (1998), não é comum que este tipo de situação ocorra na presença de testemunhas,

³ Aqui podem estar inseridos os meio-irmãos, frutos de famílias reconstituídas ou recompostas, de acordo com Maggy Siméon (2000) e Marcel Rufo (2003), os quais utilizam tais termos, respectivamente, para referirem as famílias.

⁴ Fragmento do relato de Tony Majors, personagem do livro “O Segredo na Infância”, de autoria de Thomas J. Cottle (1993, p. 111-126). Relato de flagrante de cena incestuosa, envolvendo seu pai, Eddie Majors, e sua irmã gêmea, Laurie, membros de uma fratria de cinco irmãos. Há doze anos este autor pesquisa famílias e este livro traz retratos e estudos de vida de crianças unidas pelo segredo de algum episódio marcante sobre suas famílias.

mas pode acontecer de forma acidental, quando não se tem a intenção de ser flagrado, ou intencional, quando o autor de violência ou a vítima planeja isso de alguma forma, alterando a dinâmica do abuso sexual. A testemunha, ao flagrar uma cena sexual abusiva de um ou mais irmãos perpetrada por um membro da família⁵ como pai, padrasto, tios, irmãos, mãe, madrasta ou avós, sofre os efeitos devastadores que este tipo de ação pode proporcionar.

Rangel (2006, p. 3) utiliza-se das narrativas de sujeitos, membros de uma mesma família, cuja história de vida familiar revela a ocorrência de abuso sexual incestuoso praticado pelo padrasto, na presença de irmãos. Essa pesquisadora, em seu trabalho sobre a recorrência do abuso sexual intrafamiliar, descobriu na irmã-testemunha comportamento típico das vítimas, dando indícios de que o abuso sexual recaiu sobre ela de maneira direta, sinalizando que esta irmã apresenta respostas de revolta, mostra-se infeliz e com medo de homens, por acreditar que eles poderiam fazer o mesmo com ela. Também manifesta instabilidade nos sentimentos para com o padrasto, afirmando que às vezes o odeia e outras vezes o perdoaria.

Publicações que apontam as testemunhas como demandatárias dos serviços de proteção são incipientes. De acordo com Prazeres, Jesus e Rosa (2002), quando a família chega aos serviços de atenção e proteção vem representada por um membro isolado, agindo como porta-voz do problema. Isto destaca a fragmentação e individualização da população atendida, evidenciando o risco de se perder de vista outras vítimas da família.

De modo geral, nos serviços de proteção, o atendimento é centrado na vítima de violência sexual, ficando, muitas vezes, as testemunhas que compõem a fratria esquecidas e sem atenção. Para se poder pensar o protagonismo infanto-juvenil dos irmãos-testemunha, busca-se auxílio na definição de Pavis (2005), que esclarece: protagonista - do grego *prôtos*, primeiro; e *agonizesthai*, combater; referindo-se ao autor que fazia o papel principal. Costumeiramente, fala-se que são os personagens principais de uma peça, aqueles que estão no centro da ação e dos conflitos. Advoga-se aqui a utilização do conceito no fenômeno do abuso sexual intrafamiliar, no sentido de ampliar a díade autor e vítima e de atribuir aos irmãos-testemunha o status de protagonistas do abuso sexual contra irmãos. Dessa forma os retirá-íamos do papel de coadjuvantes, ou seja, daqueles que

⁵ Os estudos de Azevedo e Guerra (2000) encontraram vítimas, preferencialmente do sexo feminino, e agressores do sexo masculino, embora exista um pequeno número de vítimas do sexo masculino. O tipo mais freqüente, segundo estas autoras, é o incesto pai-filha, conhecido como ordinário.

possuem papel secundário, sujeitos que auxiliam o(s) protagonista(s) ajudando-o(s) na manutenção do segredo, ou, ainda, comportam-se como meros expectadores, sem esboçarem nenhuma reação, nem em sua defesa e nem da vítima direta. Daí deriva nosso interesse em protagonizá-las neste estudo, problematizando como se dá o processo de vitimização familiar destes irmãos-testemunha.

Neste sentido, o presente estudo tem por objetivos gerais: 1) Identificar de que forma a testemunha é afetada pela exposição à violência sexual de irmã(os) no âmbito familiar; 2) Desvendar como se dá o atendimento, no Programa Sentinela de Florianópolis, às testemunhas de violência sexual de irmã(os).

A pesquisa caracterizou-se como do tipo exploratória, de caráter qualitativo. Em conformidade com Chizzotti (2000), a pesquisa qualitativa valoriza todos os fenômenos, sejam estes constantes ou ocasionais, bem como valoriza a fala e o silêncio. Considera o autor que todos os sujeitos são dignos de estudo igualmente, embora permaneçam únicos, e seus pontos de vista merecem ser considerados. Neste tipo de pesquisa, procura-se compreender as experiências da forma como as pessoas a representam e a conceituam. São essas manifestações que constituem o centro de análises e interpretações e tornam a pesquisa qualitativa tão apropriada para o estudo em pauta.

A dimensão exploratória da presente pesquisa diz respeito à temática que envolve a(s) testemunha(s) da violência sexual de irmãos e o seu processo de vitimização sexual intrafamiliar, tão pouco debatidos na história, com escassas publicações, sendo esse fato que caracteriza esta tipologia. Segundo Antônio Carlos Gil (1999, p. 43), as pesquisas exploratórias permitem uma aproximação do fenômeno a ser estudado, uma vez que este foi pouco explorado, e dificulta a formulação de hipóteses.

Após a solicitação e autorização para realizar a pesquisa junto à Coordenação do Programa (Apêndice A, p. 111), iniciou-se a fase exploratória do trabalho, quando foi dada especial atenção aos questionamentos acerca do objeto, sua delimitação, o referencial teórico e os recursos metodológicos, visando à construção da pesquisa.

Com o parecer favorável da coordenadora, foi encaminhada Carta aos técnicos (Apêndice B, p. 112) da equipe de acompanhamento familiar do Programa Sentinela, a fim de fazer o levantamento das situações de violência sexual intrafamiliar que estão sendo acompanhadas, para posterior análise mais elaborada dos dados. Desta maneira, solicitou-se a colaboração desses agentes para a identificação dos sujeitos atendidos, que atendessem

aos critérios do objeto de estudo, isto é: a) envolver um ou mais irmãos como testemunhas de violência sexual intrafamiliar; b) ser testemunha, cujas apreensões podem acontecer associadas aos cinco sentidos; c) estar em atendimento pela equipe de acompanhamento no período da definição da amostra, ou seja, entre os meses de abril e agosto de 2006. Baseados nesses critérios, os técnicos identificaram os dossiês pelos números, tendo sido selecionados doze dossiês⁶, os quais constituíram, inicialmente, o universo da pesquisa.

Na fase seguinte foi realizada uma leitura seletiva dos dossiês⁷ indicados, a fim de verificar, de modo mais específico, se correspondiam ao objeto de estudo da pesquisa, para a definição da amostra final. A leitura seletiva, segundo Gil (1999, p. 68), permite a determinação do material que de fato interessa à pesquisa.

Dos primeiros dossiês indicados, três foram rejeitados pelas seguintes razões: dois tinham como autores de abusos sexuais sujeitos que não possuíam vínculo familiar, ou seja, configuravam-se abuso sexual de terceiros, e outro o irmão-testemunha ouviu falar por outras pessoas situadas fora do contexto familiar.

A partir da definição da amostra final, que totalizou nove dossiês, foi realizada a coleta de dados nestes documentos. Esses dossiês, em geral, são compostos de relatórios situacionais, pareceres, guias de encaminhamento, fichas de denúncias, avaliações e outros anexos. Assim, para objetivar e evitar que a pesquisadora ficasse perdida em meio à massa documental, foi elaborado um Roteiro de coleta de dados (Apêndice C, p. 113), norteado pelos eixos temáticos e por categorias.

A escolha do dossiê como fonte privilegiada de análise decorreu do fato de que diversos autores, entre outras técnicas ou metodologias, o utilizam para avaliar resultados de questões relacionadas à proteção da criança e do adolescente. Desse mesmo modo encontramos nos dossiês a historicidade da violência e informações sobre a família e sua dinâmica. Para autores como Parton, Thorpe e Wattam (apud SOUZA, 2000), a pesquisa em dossiês possui características capazes de informar sobre a instituição em um curto espaço temporal e permite incorporar dimensões quali-quantitativas; é retrospectiva com dimensão longitudinal; é parte constituinte do trabalho e não um mero registro; é um registro dos acontecimentos do dia a dia com ações dos diversos profissionais envolvidos

⁶ As famílias que apresentavam sujeitos com a caracterização do objeto da pesquisa atendidos pela pesquisadora foram excluídas da amostra, garantindo que houvesse distanciamento na análise dos dados da pesquisa.

⁷ Cabe aqui salientar que os dossiês são identificados por números, sendo que a numeração original foi trocada, assim como o nome dos sujeitos, a fim de resguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

no trabalho. Os documentos contidos nos dossiês apresentam a maneira como agem os serviços de proteção, o que lhes atribui validade enquanto fonte de pesquisa.

Das vantagens apresentadas por Guba e Lincoln (1981 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986) para a utilização de documentos na pesquisa, destaca-se o fato de que estes constituem uma fonte estável e rica; podem ser consultados diversas vezes ao longo do tempo e servem de base para outros estudos, dando mais estabilidade aos resultados obtidos. Para os autores, dos documentos também “podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam, ainda, uma fonte natural de informação”. (GUBA; LINCOLN, 1981 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). No caso dos estudos que envolvam a violação de direitos das crianças, a utilização de documentos também evita a revitimização, ou seja, uma nova exposição delas às lembranças da violência sexual sofrida.

Apesar das vantagens citadas, segundo os autores, o uso de documentos pode trazer também desvantagens. As críticas mais freqüentes referem-se aos documentos como amostras não-representativas dos fatos estudados, ou seja, nem sempre é possível registrar tudo o que acontece nas instituições, tais como as de ensino ou sociais. Outro óbice relacionado ao uso dos documentos está na falta de objetividade e na validade questionável desses registros. Este obstáculo é destacado por aqueles que defendem um ponto de vista “objetivista” e não admitem qualquer subjetividade no conhecimento empírico. Outra crítica está relacionada às escolhas arbitrárias de temáticas e aspectos a serem focados pelos autores desses documentos.

Para tentar minimizar as desvantagens do uso de documentos foram feitas entrevistas (semi-estruturadas) com os assistentes sociais e psicólogos que atendem as crianças e/ou adolescentes cujos dossiês foram selecionados como amostra, com o objetivo de elucidar questões que não foram suficientemente registradas. As entrevistas, como instrumento de coleta de dados, foram gravadas e subsidiadas por um roteiro pré-elaborado. A transcrição do conteúdo gravado para a pesquisa foi feita pela pesquisadora logo após as entrevistas, para maior fidedignidade.

Foram realizadas, para tanto, entrevistas com cinco assistentes sociais e três psicólogas, durante um período de aproximadamente oito meses, desde a assinatura de um Termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo D, p. 116).

A primeira seção aborda teoricamente as três categorias que fazem parte do eixo intrafamiliar, quais sejam: a violência sexual intrafamiliar, as testemunhas, assim como a fratria. O segundo eixo, o institucional, cuja categoria é os serviços de proteção, também está contemplado neste capítulo, que resultou de levantamento bibliográfico em literatura nacional e internacional, constituindo o referencial teórico da pesquisa.

A segunda seção é constituída pela descrição e análise dos dados empíricos obtidos junto aos dossiês e complementados pelas entrevistas com os técnicos. Para a apresentação dos dados do eixo intrafamiliar, optou-se, primeiramente, por caracterizar as famílias, os irmãos-testemunha e o processo de vitimização, para, depois, realizar a análise mediante categorização dos achados. Utilizamos assim, a técnica do genograma para melhor visualizar a constelação familiar, sendo que foram extraídos os dados contidos apenas nos dossiês. Quanto ao eixo institucional, problematizou-se a inserção dos irmãos-testemunha, identificando o atendimento prestado pelo Programa Sentinela, mediante apresentação e posterior análise, a qual tenta apontar elementos para a proposta metodológica de atendimentos a estes sujeitos.

No desfecho, são apresentadas as considerações finais.

1 A testemunha como membro da fratria, seu processo de vitimização sexual intrafamiliar e o serviço de proteção

Nesta alínea buscaremos percorrer o tema da violência sexual intrafamiliar, cujos atores são os membros familiares envolvidos em um enredo de sofrimento e dor capazes de deixar marcas indelévels. O horizonte aponta para uma rede de apoio e atenção, em que o serviço de proteção para o atendimento à família constitui foro privilegiado.

1.1 Um olhar sobre a violência sexual intrafamiliar

A violência sexual é registrada através de uma vasta e diversificada terminologia com conteúdos similares. Violência sexual, abuso sexual, exploração sexual e incesto são algumas das nomenclaturas usadas na abordagem e discussão desta questão. O incesto é um tipo de abuso que possui uma conjuntura específica. Tanto o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (CEDECA-BA) quanto o Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (LACRI) utilizam essa terminologia para conceituar qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança e/ou adolescente; um adolescente e uma criança ou, ainda, entre adolescentes que tenham um laço de parentesco direto ou não, ou mesmo uma relação de responsabilidade apenas. O incesto envolve perda da lealdade ou traição da confiança entre os membros que possuem um grau de parentesco ou acreditem tê-lo. As vítimas podem ser afetadas de diferentes formas: com uso ou não da força física e direta ou indiretamente. Seja qual for a forma, está caracterizado o processo de vitimização que expõe os membros familiares à migração do mundo privado para o público, por meio da revelação e notificação.

Para Azevedo e Guerra (2000, p. 42), a violência sexual é “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Esta conceituação, embora um tanto genérica, permite substituir o termo adultos por pais biológicos ou por afinidades, responsáveis e parentes. Neste caso, é possível classificar a relação como incestuosa, compreendendo o incesto como “toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela

seja uma relação consangüínea, de afinidade ou de mera responsabilidade”. (AZEVEDO; GUERRA, 1999, p. 8)

Outra definição que se assemelha à anterior é a de Forward e Buck (p. 11, 1989) que define incesto como:

[...] qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou acreditem tê-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, meio-irmãos, avós por afinidade e até mesmo amantes que morem junto com o pai ou a mãe caso eles assumam o papel de pais. Se a confiança especial que existe entre a criança e um parente ou uma figura de pai e mãe for violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto.

De acordo com os autores, o incesto, do ponto de vista legal, é definido como uma relação sexual entre indivíduos com um grau próximo de parentesco e que está proibida por algum código religioso ou civil. Psicologicamente, significa qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, seja consangüíneo ou por afinidade, ou que acreditem tê-lo.

The National Center on Child Abuse and Neglect define incesto da seguinte forma:

[...] abuso sexual intrafamiliar, o qual é perpetrado em uma criança por um membro do grupo familiar daquela criança e inclui não somente a relação sexual, mas também qualquer ato que tenha por finalidade estimular uma criança sexualmente ou usar uma criança para a estimulação sexual, do perpetrador ou de qualquer outra pessoa. (RENSHAW D.C., p.21, 1984 apud COHEN 1993, p.18)

Incesto, portanto, é qualquer relação abusiva de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescentes que tenham um vínculo familiar direto ou não, ou até mesmo de mera responsabilidade. Segundo afirmativas de COHEN (apud AZEVEDO; GUERRA, 1997, p. 220):

Devemos considerar (o incesto) não apenas como uma relação sexual entre duas pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse contê-la [...] O incesto pode ser considerado como um sintoma de uma crise de estrutura familiar.

A exploração sexual caracteriza-se pela utilização de crianças para finalidade comercial que vise lucro, seja levando-as a manter relações com adultos ou para a

produção de materiais pornográficos, como revistas, vídeos, fotos, sites na internet, cujos exploradores, aqueles que pagam pelo serviço ou os chamados aliciadores, obrigam a criança a se prostituir.

Furniss (2002, p. 12), acerca da exploração sexual das crianças, admite que esta situação ocorra quando envolve seres dependentes e imaturos em atividades sexuais impróprias para sua fase de desenvolvimento, considerados incapazes de dar um consentimento informado, transformando-se em objeto na relação com adultos que supostamente estariam na condição de responsáveis pelo seu crescimento e proteção.

É sabido que a violência sexual assume dimensões complexas, tendo muitas vezes como *locus* o interior das famílias, e que, proveniente das ações ou omissões por parte de pais, parentes ou responsáveis, é causadora de danos físico, sexual e psicológico às crianças e/ou adolescentes vitimizados.

Na dinâmica do abuso sexual, as crianças são iniciadas em atividades consideradas impróprias, não pertencentes ao seu universo, incluindo jogos de sedução e brincadeiras, embora sejam, muitas vezes, prazerosas. Passam, em seguida, por uma fase de interação sexual, na qual acham que certas atitudes do adulto fazem parte do jogo ou da brincadeira. Depois vem a fase do sigilo, em que o adulto intimida a criança por meio de ameaças, compensação, imputação de medo ou vergonha.

A revelação é outra fase da dinâmica abusiva: quando ocorre pode ser de maneira accidental ou proposital, de acordo com o anteriormente dito. Na primeira forma, pode haver a participação de circunstâncias externas, como a observação por uma terceira pessoa e danos físicos evidentes, como uma gravidez, um arranhão, uma doença sexualmente transmissível e outros. Neste caso não há intenção, por parte da criança, em revelar, mas alguém assistiu ao abuso ou percebeu sinais indicativos de que ele estivesse instalado naquele convívio. A forma proposital, em geral, se dá pela criança, que vê neste gesto uma esperança de modificar esta situação. Diante de uma situação-limite a criança se obriga a revelar, ou por medo de engravidar ou para proteger um irmão menor de possíveis abusos sexuais. É necessário que estejamos atentos para os sentimentos que são acionados nas crianças quando elas revelam o abuso.

O desvelamento do abuso sexual pode ter vários desdobramentos para os sujeitos envolvidos. Para a criança⁸ abusada sexualmente, a manutenção de um segredo pode significar uma maneira de negar o abuso sexual sofrido, manter a lealdade à pessoa que abusa ou até mesmo minimizar uma culpa imaginária. Sobre isto, Furniss (2002) chama a atenção para o silêncio como uma regra imposta, que organiza a relação e garante a sobrevivência do sistema. Para o autor de abuso sexual, ao contrário, este é um momento desolador, por ameaçar a manutenção dos abusos que são retroalimentados por um possível comportamento compulsivo, quando ele não consegue se controlar e usa a criança para obter alívio de suas tensões e excitação sexual. Para o mesmo autor (2002), “o abuso sexual contra a criança tem uma natureza específica, ou seja, é uma síndrome conectadora de segredo para a criança, para a pessoa que o cometeu e para a família e, ainda, para o perpetrador, uma “síndrome de adição”, pois, para ele, não há impedimento em abusar sexualmente de criança, embora se esteja tratando de um tabu familiar.

Considerando que para abusar não há empecilho, Schmickler, 2006, p. 247 reforça que:

[...] uma situação antecessora de um abuso contra a criança se configura numa cena em que há falta de interdição para vários excessos [...] A violação dos direitos de uma criança pode ter ingredientes perversos numa cultura de desrespeito e desproteção.

Desta forma, a criança é coisificada pelo perpetrador do abuso sexual, segundo o qual sua lógica o leva a entender que pode cometer o abuso. Como o incesto é considerado um interdito, a revelação torna-se perturbadora, assim sendo, neste momento são evocados manifestos sentimentais e comportamentais que vão desde o constrangimento à humilhação, ao tédio, à paralisia e à quebra de uma imagem de pessoa acima de qualquer suspeita, entre outros sentimentos e impressões. Vale lembrar que experiências como estas, além de danosas, podem ser facilmente ocultadas ou reprimidas pelas pessoas envolvidas - muitas vezes unidas pelo segredo. Embora oculto ou reprimido torna-se difícil de esquecer, e é exatamente essa situação sigilosa que nutre este tipo de violência, favorecendo que o abuso perdure por anos sem ser descoberto.

⁸ Para melhor fluidez do texto usaremos o termo criança para significar tanto criança quanto adolescente. Assim, de acordo com a Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 2º, “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

A trama do filme “Testemunhas do Silêncio”⁹ conta a história de fratria de dois irmãos, a mais velha do sexo feminino e o caçula do masculino, ambos vítimas de abuso sexual praticado pelo pai em momentos distintos. O crime foi mantido em segredo por anos, até a revelação pelo flagrante da irmã-testemunha, quando descobriu que o irmão também era vítima. A descoberta provocou a ira da irmã-testemunha, que, diante da exposição do abuso do irmão, acabou assassinando os pais no momento do flagrante. Registros de crianças que presenciaram abuso sexual intrafamiliar contra seu(s) irmão(s), bem como situações extraídas de obras literárias e filmes, repetem-se na vida real.

Segundo Furniss (2002) e Rangel (2005), crianças que testemunharam o abuso sexual contra um ou mais irmãos ficaram “perturbadas”, observando que situações como estas são extremamente nocivas. E, por esta razão, é tão importante que os profissionais conheçam como se dá o processo de vitimização da testemunha, tendo em vista que a mesma é afetada quando da exposição ao abuso sexual através de seus vários estímulos sensoriais.

A apreensão das cenas de abuso sexual pela testemunha ocorre tanto pelos sentidos como por meio de rituais, ou seja, uma combinação sensorial com contato ou sem contato, tal qual o fenômeno do abuso sexual. Nos casos de apreensão por contato, podemos destacar o tato - quando a testemunha tenta fisicamente interromper ou impedir o abusador de continuar com suas investidas sexuais abusivas, em uma atitude de proteção a um dos irmãos ou irmã vítimas. Já, nos casos de apreensão sem contato citamos: o olfato - quando a testemunha associa o cheiro de substâncias utilizadas pela pessoa que abusa sexualmente na iniciação ou no momento do abuso sexual (óleos, pomadas, perfumes etc); a audição - situação em que a testemunha é submetida a abordagens obscenas e/ou palavras de baixo calão ou sons emitidos pelo agressor ou pela vítima em decorrência do ato sexual abusivo; a visão - visualização da cena sexual abusiva ou em situações de exibicionismo, pornografia ou voyeurismo exposto à testemunha, entre outras maneiras de exposição. Perrone e Nannini (1998) falam ainda de um ritual comunicando que um abuso pode acontecer: são determinadas mensagens verbais ou não-verbais que podem desencadear um ato violento. Em algumas situações este fato é mais explícito e em outras, mais sutil.

Deste modo, observa-se que essas apreensões podem desencadear consequências nos sujeitos expostos a este tipo de situação, a exemplo do que acontece

⁹ O filme “Silent Fall”, traduzido em português para “Testemunhas do Silêncio” trata-se de uma ficção, dirigido por Bruce Beresford e produzido por James G. Robinson em 1995.

com as vítimas sexuais diretas da cena abusiva. Perrone e Nannini (1998, p. 114) concordam que na linguagem das comunicações podem ser percebidos dois tipos: a conformidade e a culpabilidade. Na primeira, a criança aceita as situações impostas pelo autor do abuso como se fosse algo normal ou como se todas as figuras paternas agissem dessa forma. A segunda aponta para a crítica a si mesma (vítima), culpabilizando a vítima pelo abuso e/ou pela desorganização familiar, enquanto os demais membros encontram-se estranhos à situação, assumindo um comportamento alheio ao que acontece descompromissado com a proteção às crianças.

Pimenta (2000), em seus estudos, revela que o conhecimento dos fenômenos através da percepção visual é mais fidedigno do que o conhecimento através da linguagem. Segundo este autor, “ouvir dizer” implica um conhecimento de segunda mão. As provocações oriundas daquilo que se vê acessam a imaginação e as fantasias. Ou seja, aquele que vê também aciona o inconsciente, demonstrando que os olhos não são tão boas testemunhas, porque, ainda na compreensão deste autor, o ver sem opinião é utópico. Outra sensação ativada pelo imaginário infantil é a de identificação desse tipo de cena ou cerimonial abusivo como algo habitual, fazendo com que seja alimentado o processo de vitimização.

Desta maneira, as vítimas diretas tornam-se reféns destes rituais e cenários apreendidos, reforçados pelo *modus operandi* utilizado pelos abusadores sexuais, que tanto as perturbam.

Especialistas como Furniss (2002), Cromberg (1994), Perrone e Nannini (1998) estudaram situações ou procedimentos que marcam exatamente o período de tempo entre o início (ritual de entrada) e o fim (ritual de saída) do abuso sexual, auxiliando na manutenção do segredo. Estes rituais dão tanto para a pessoa que abusa quanto para a vítima uma dimensão de espaço e de tempo.

Nestes casos, a testemunha da violência sexual intrafamiliar, que é um membro da fratria, a partir de interações entre a pessoa que abusa, independentemente das circunstâncias e de quem seja a vítima direta, traz a família como um complexo de elementos em interação que, dentro da visão eco-sistêmica, se transforma em aprendizado da violência.

[...] as interações remetem ao fato de que o comportamento de um membro da família torna-se um estímulo para os outros, o que, por sua vez, faz nascer uma resposta, que se torna um novo estímulo. Assim, a

fratria poderia ser vista como um conjunto de vasos comunicantes. O movimento de um tem repercussões sobre o outro, o comportamento de um influencia a resposta do outro. Este fenômeno cria emergências e organiza a personalidade. (OSTYN, 2000, p. 20).

Essas interações são muito comuns nas fratrias diante de eventos impactantes, tal qual a vitimização sexual. A especialista Muryel Meynckens-Fourez (2000, p. 50), sobre a função da fratria, coloca que:

[...] irmãos e irmãs podem ter uma função de intérprete entre o mundo adulto [...] Este papel de intérprete é observado mesmo no seio da fratria, quando os filhos “traduzem” as comunicações não verbais dos caçulas, quando um irmão explica aos outros a atitude dos pais, ou tenta colocar em palavras os acontecimentos traumatizantes que os mais jovens vivenciaram, sem que os pais tenham tido a força ou a preocupação de lhes falar. Um irmão ou uma irmã pode assumir o papel de pioneiro, abrindo as portas e levando consigo, não somente os outros membros da fratria, mas também seus pais na direção de outros universos.

Contribuindo na ilustração deste tipo de acontecimento, Andrade (1998) narra a saga de uma fratria de quatro irmãs, todas vítimas das mais variadas formas de violência (negligência, psicológica, física e sexual) praticadas pelos pais durante anos. Quando teve a violência sexual de um membro da fratria exposta a uma das irmãs, que se elege protagonista de sua própria história, ao ouvir os gritos e ver a cena abusiva contra a irmã mais velha, expressa seu sentimento de dor, ódio, medo e impotência e percebe-se em um labirinto sem saída, mantém-se firme em uma atitude protetora em relação às irmãs mais novas, aguardando que o presságio se cumpra, quando for chegada sua hora.

Furniss (2002) acolhe que nos casos de abusos sexuais prolongados por anos, os irmãos, conscientes ou não que o fato acontecia, são afetados ao tomarem conhecimento do fenômeno através de expressões sentimentais ou comportamentais ou por eventos familiares como a saída repentina do agressor ou da criança abusada. Assim, este autor sugere que os irmãos sejam envolvidos no processo de revelação, apresentando para isso seis razões: 1) estes também podem ter sido abusados sexualmente na evidência de abusos sexuais múltiplos; 2) nos casos de abusos sexuais prolongados, estes sabem, mas negam por temerem; 3) quando não sabem, são afetados por eventos familiares como o rompimento familiar; 4) para impedir que a criança abusada se transforme em bode expiatório por outros membros familiares; 5) às vezes acontece uma inversão de papéis, nos casos em que os irmãos mais velhos do que a criança abusada são superprotetores e

sentem-se culpados. Muitos irmãos mais velhos suportam por anos o abuso sofrido sem revelar, mas ao verem o pai praticando abuso sexual contra o irmão mais novo acabam superando o seu temor e revelando a violência vivida. 6) Por fim, o autor sinaliza para a necessidade de envolver os irmãos na entrevista inicial de revelação.

Segundo Ostyn (2000, p. 84), quanto mais rígido for o sistema familiar, e quanto mais crônicos forem os problemas, maior será o isolamento das vítimas identificadas na fratria. Corroborando com esta idéia, outros autores, como Furniss (2002) e Andrade (1998), apontam para a importância das interações na fratria nos casos de violências, destacando a necessidade de envolver todas os irmãos no processo terapêutico ou quando do acompanhamento familiar, pois, de alguma forma, todos estão envolvidos na armadilha incestuosa.

Para Perrone e Nanini (1998) a violência se dá sob três aspectos: espacial, temporal e temático. O primeiro constitui-se no lugar onde ocorrem às interações violentas, perpassando os limites do público e privado, individual e coletivo, dentro e fora do lar. O segundo diz respeito aos momentos em que a violência é desencadeada e o último associa-se às temáticas motivadoras da violência.

Ainda na violência sexual, segundo Azevedo e Guerra (1999), os fatores predisponentes estão ligados a questões relacionadas à infância, à família e à violência relativa à criança – a qual é vista como um sujeito sem direitos, com uma “cidadania de papel”, no dizer de Dimenstein (1995). Esta visão implica uma desvalorização da criança pelo adulto, seja em casa, na rua ou na escola. Em oposição a essa idéia, espera-se que a cultura da infância acompanhe as conquistas da Humanidade, desde o reconhecimento do sentimento de infância com Áries (1981) nos séculos XV-XVII, aproximadamente, até a noção da criança enquanto um ser peculiar em desenvolvimento - idéia que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XIX-XX - bem como a idéia de que à criança seja atribuído um valor reconhecido de prioridade absoluta, expresso nas esferas jurídicas e políticas, nas Declarações, Convenções Internacionais, Estatutos Nacionais, ou seja, na luta em favor da cultura de valorização das crianças enquanto seres psicologicamente e politicamente com direitos e deveres, que precisam da proteção e estimulação adequadas por parte dos adultos.

Em relação às questões ligadas à família, na visão de Azevedo e Guerra (1999), o modelo favorecedor da violência doméstica contra a criança é o burguês, privado, patriarcal, envolto nas difíceis crises do capitalismo e socialismo e as sócio-econômicas. O

modelo “sócio-psico-interacionista” foi adotado pelas autoras para facilitar a compreensão das razões pelas quais este fenômeno ocorre, permitindo afirmar que a violência doméstica contra a criança ocorre em famílias onde o poder do adulto perante a criança é exercido de forma abusiva.

Ainda para Azevedo e Guerra (1999), os fatores ligados à violência buscam disseminar uma cultura de não-violência. A prevenção da violência sexual se dá no combate a uma cultura da sexualidade que implica saber que ninguém nasce agressor sexual, ou seja, tal condição é construída no tempo, em algumas circunstâncias, pois a violência é socialmente (re)produzida e, sendo assim, pode ser igualmente desconstruída. Uma estratégia preventiva deverá incluir uma educação sexual que respeite a sexualidade humana infantil, legitimando o prazer sexual e a diversidade de manifestações sexuais que diga não à sexualidade associada à violência e sim a sexualidade ligada ao afeto, à educação de gênero igualitário, não em nível biológico, mas em nível de direitos e deveres.

De acordo com Perrone e Nannini (1998), a violência intrafamiliar na relação referente a sujeitos pode ser classificada de duas formas: simétrica ou assimétrica. As relações simétricas dizem respeito a posições pessoais de idade e gênero equitativas na família e as assimétricas revelam o abuso de poder do adulto em relação à criança. Ambos os autores admitem as terminologias como, vítima e abusador, apropriadas segundo eles para a violência sexual contra criança, ao considerarem a desigualdade que permeia esta relação. Sobre a dinâmica familiar, esses mesmos autores (Idem), bem como Furniss (2002) concordam acerca da necessidade de manter a aparência harmônica de uma família sem conflito, imagem que destoa do que realmente acontece em sua dinâmica interna, quando esta é perpassada pelo abuso sexual.

Além de tudo isso, o mito da sagrada família contribui para a preservação do segredo e a camuflagem dos conflitos entre os familiares, impedindo a revelação e a atuação dos profissionais ou a entrada nos serviços de proteção. Os papéis familiares neste ambiente invertem-se e a família é abarcada por um manto secreto que impede a compreensão, pelas crianças, de que o abuso deve sofrer interdição e de que esses atos abusivos podem ser negados ou reprimidos por elas próprias. Outro fator relevante nesses casos é o aprendizado de violência a partir de noções de adultocentrismo, mitos sustentadores de abusos sexuais, crenças e ditados populares referentes a crianças como seres submissos, propriedade dos pais e receptáculos dos desejos destes, em que o grande é

detentor do poder em detrimento do sentimento de infância com seus desejos e direitos violados.

Para Benetti (apud HUTZ, 2002) uma situação de violência sexual ou maus-tratos traz seqüelas psicológicas para as vítimas e, em alguns casos, físicas, e em outros podendo afetar inclusive sua cognição. Assim, concluem que as conseqüências desta forma de violência variam de pessoa para pessoa.

O Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) para autores como Habigzang e Caminha (2004) apresenta-se como quadro clínico dominante em várias situações adversas, inclusive nos casos de abuso sexual de crianças. Essa psicopatologia pode resultar do abuso direto ou indireto e os sintomas são parecidos aos encontrados em crianças expostas a diferentes catástrofes.

De acordo com o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria Americana (2002 apud HABIGZANG; CAMINHA, 2004, p. 49), as manifestações do TEPT podem ser agrupados em três categorias: 1) experiência contínua do evento traumático; 2) evitação e entorpecimento, e 3) excitação aumentada. Para ilustrar os principais sintomas de TEPT na criança, temos a presença de sentimentos de ansiedade e temor de revivência do evento estressor, hipervigilância, pesadelos, isolamento ou dificuldade de relacionamento, medos constantes, angústias nas lembranças traumáticas, dificuldades alimentares, cognitivas, sentimentos de depressão e tendência a repetir as situações traumáticas, as quais acabam por interferir em seu desenvolvimento e relacionamentos sociais.

O evento traumático pode ser revivido de várias maneiras, de acordo, ainda, com esses autores (2004), em que as pessoas apresentam estágios dissociativos, ou seja, fugas da realidade com durações que variam de poucos segundos a horas.

O TEPT pode ocorrer em qualquer idade, logo depois (nas primeiras semanas) ou posteriores ao trauma/abuso. Tipificado como agudo e de curto prazo, quando acontece entre o período de 01 (um) a 03 (três) meses, dos três meses até os 06 (seis) meses é considerado crônico. E após os 06 (seis) meses, de longo prazo. Podem também manifestar-se mais tardiamente, ficando um período sem apresentar sintomas, sendo então identificados como de início tardio.

Diante disto, pode-se afirmar que situações de violência sexual também se configuram como um grave óbice de saúde pública, provocando impactos físico e

emocional para as crianças a elas expostas e propiciando-lhes desenvolver transtornos de ansiedade, quadro depressivo e agressivo, problemas de relacionamentos e problemas de ordem sexual, para citar alguns, e que poderão se estender até a fase adulta.

Estas crianças podem ser afetadas de diferentes formas: algumas apresentam problemas emocionais, sociais e/ou psiquiátricos graves, enquanto em outras os efeitos são imperceptíveis ou inexistentes. Brito e Koller (1999 apud HABIGZANG; CAMINHA, 2004, p. 46) acrescentam que esses impactos relacionam-se a fatores de vulnerabilidade, enquanto, por outro lado, o desenvolvimento da resiliência¹⁰ está associada a fatores de risco, que acabam por enfraquecer a pessoa diante de situações estressantes; e de proteção, que auxiliam na inibição da intensidade dos riscos. A família, neste aspecto, assume uma função importante no que se refere ao cuidado e apoio, bem como no adequado funcionamento dos modelos e papéis nos momentos de tensões e estresse. Desta forma, resiliência é a capacidade de enfrentar de forma satisfatória eventos negativos da vida. Uma pessoa resiliente é aquela que tem um desenvolvimento saudável, diante destes eventos.

Tal conceito, para Osborn (1990 apud KOTLIARENCO *et al*, 1997, p. 2) diz respeito àquelas pessoas que, apesar de terem sido criadas em condições adversas ou em conseqüências que aumentam os riscos de apresentar psicopatologias, ao contrário, desenvolvem competências adequadas. Conhecer o tema da resiliência se faz mister para o delineamento de políticas de intervenção na área da violência sexual intrafamiliar.

Segundo Faleiros e Faleiros (2003), a participação de diferentes setores da sociedade consiste em ferramenta poderosa para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, capaz de vencer as barreiras da impunidade, do autoritarismo, do clientelismo, das visões de homem e mundo fragmentadas, dando lugar a uma cultura cidadã, possível através de diversas frentes e linhas metodológicas, cujas ações precisam ser articuladas.

A falta de uma rede de apoio social e afetiva agrava a situação das vítimas de abuso sexual, uma vez que o apoio social oferecido pelas pessoas do mesmo convívio traduz-se como de efeito emocional e comportamental, sem dúvida, positivo na vida das pessoas (AZAMBUJA, 2004). Em geral, a rede de apoio é formada pelos Programas de atenção nas áreas da assistência, saúde, educação, órgãos governamentais ou não-

¹⁰ Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, ler a obra intitulada “Estado de Arte em Resiliência” da Ph.D. María Angélica Kotliarenco *et al* (1997).

governamentais, por pessoas e sistemas significativos, e sua efetivação se constitui em forças indispensáveis para o rompimento do ciclo violento.

Os profissionais que atuam em situações de abuso sexual precisam conhecer, necessariamente, a dinâmica que sustenta este tipo de violação para que suas intervenções sejam efetivas. Para Faleiros (2003), a gravidade e os danos provocados por este fenômeno nos convidam a pensar o mais rápido possível na forma de evitá-lo. Assim, é urgente planejar ações preventivas e, para tanto, admitir outras vítimas no grupo de irmãos é essencial para o enfrentamento deste fenômeno de maneira global.

1.2 Testemunhas da violência sexual intrafamiliar

De acordo com Ferreira (1986), no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, testemunha é a pessoa chamada a assistir a certos atos autênticos ou solenes, ou até mesmo a pessoa que viu ou ouviu alguma coisa, ou que é chamada a depor sobre aquilo que viu ou ouviu coisa que atesta a verdade de algum fato, que serve como prova ou testemunho. Este autor classifica a testemunha em: *auricular ou de ouvido*, aquela que ouviu contar um fato; *de vista ou ocular*, a que viu ou presenciou um fato; *de viveiro*, aquela chamada a prestar depoimento falso; *informante*, a autorizada por lei a prestar depoimento no juízo criminal; *instrumentária*, a que assiste aos atos formalizados em um instrumento e precisa validar com a presença dela; *numérica*, a que possui o compromisso de dizer a verdade em depoimento no juízo criminal; *suspeita*, aquela que, por vínculo de parentesco ou proximidade ou por ser inimiga de uma das partes, não merece fé em juízo, sem compromisso de dizer a verdade.

De acordo com a conceituação apresentada sobre testemunha¹¹, pode-se verificar a existência de muitos tipos e funções e concluir que, essas pessoas, ao presenciarem situações insólitas como a vitimização sexual, evocam uma expressão sobre o que acabaram de ver. Segundo Pimenta (2000, p. 2):

[...] não há imagem resultante de percepção visual (conhecida ou desconhecida) que não desencadeie uma espécie de solução interpretativa que é o acompanhamento mental conceitual, e Jakobson entende com

¹¹ Entendemos no âmbito deste estudo que a vitimização está implícita no conceito de testemunha. Nos casos em que a testemunha tenha sofrido também violência sexual, adotaremos o termo testemunha-vítima.

razão que o conceito nunca é puro, é sempre circunstancial ou, *mutatis mutandis*, não há denotação sem conotação.

Registros de ocorrências policiais mostram que não existe crime perfeito, neste sentido, procuram-se evidências de que estes casos de violência sexual ocorram na presença de testemunhas. Ameaçadas, muitas testemunhas estão sujeitas a sofrer represálias, além de desencadear manifestações comportamentais e emocionais, do que demanda assistência e proteção por parte dos serviços especializados. É nesta linha que Programas, como o de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítima das Violências (PROVITA), foram criados, justamente para dar apoio e proteção aos que colaboram com investigação policial ou processo criminal na condição de testemunhas ou acusados e condenados. A primeira experiência deste tipo de atendimento ocorreu em Pernambuco, junto ao Gabinete de Apoio às Organizações Populares, num convênio da Secretaria do Estado de Justiça com o Ministério Público daquele Estado. Foi promulgada, então, a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas.

É sabido que o flagrante do abuso sexual contra uma criança pode se dar acidentalmente ou com a devida premeditação da vítima. Nesta circunstância, a criança revela o abuso para alguém em quem confia, e este se expõe como testemunha do ato abusivo já no momento em que passa a ter conhecimento do fato.

[...] a divulgação do abuso pode ocorrer de maneira acidental ou premeditada. Na primeira, sem a intervenção da criança, quando, por exemplo, alguém surpreende o abusador na prática do fato abusivo, ou quando a vítima, em razão dele, sofre danos físicos, necessitando de atendimento médico. Na segunda, quando a vítima divulga o fato. Via de regra, a criança só revela a prática abusiva porque sente dor física ou porque não mais o suporta. (Dobke, 2001, p. 30)

Perrone e Nannini (1998, p. 39-40) também admitem não ser freqüente que uma interação violenta ocorra diante de uma testemunha. Quando ocorre o flagrante torna-se importante envolvê-la (a testemunha) nos processos pós-exposição e tomar o seu depoimento.

[...] no es frecuente que una interacción violenta ocurra ante testigos, puesto que la presencia de un observador modifica el marco de funcionamiento de la secuencia. Pero es posible recoger los testimonios de los protagonistas después del acto violento, e incluso ‘en caliente’

Constituindo-se em fonte de informação importante, a testemunha da vitimização sexual pode auxiliar no diagnóstico e tratamento do fenômeno da violência sexual no que se refere aos pactos firmados de segredos e mentiras, demandando também atenção enquanto vítimas das pressões dos agressores, dadas as consequências apresentadas em decorrência da violência sexual presenciada.

As testemunhas podem, ainda, instruir autos de processo judicial ao informar sobre a cena abusiva, bem como revelar a identidade do agressor a instâncias sócio-jurídicas, o que constitui a prova testemunhal¹². No caso de acompanhamento familiar junto aos serviços de proteção com inserção dos irmãos, poder-se-ia inserir a testemunha no processo terapêutico para que esta trouxesse seu testemunho e auxiliasse neste mesmo processo. Além disto, a testemunha merece igual atenção, pois, conforme registra Rech (2005) em seu estudo realizado no Programa Sentinela em Florianópolis/SC, esta também é vista como vítima. Esta autora identificou três tipos de vítimas em sua pesquisa: 1) as que sofreram abuso dirigido a elas; 2) as que assistiram aos abusos e, 3) as vítimas do passado do agressor.

Das que sofreram abuso por terem sido expectadoras dos abusos dos irmãos, ou de outras crianças, somente algumas receberam atendimento psicossocial, como é o caso de Maya¹³. Caso contrário, as testemunhas são abordadas somente enquanto evidência forense. Ou seja, sua palavra pode ser utilizada como testemunho, quando são chamadas a depor sobre a situação presenciada, o que poderia, ainda, acarretar riscos para a validade do seu testemunho, conforme teoriza Gabel (1997). Sem a atenção adequada, esse depoimento implicaria revitimização para a testemunha.

Outro aspecto sinalizado pela autora é considerar importantes elementos perniciosos envolvidos nesta "interação passiva", tais como o sentimento de impotência e

¹² A prova testemunhal, de acordo com Tourinho Filho, na Revista de Direitos Humanos – GAJOP, Ano 03, nº 7, janeiro a julho de 2001, p. 45-50, em seu art. 3º da Lei nº 9.807/99, no processo penal, “é de valor extraordinário, pois, dificilmente, e só em hipóteses excepcionais, provam-se as infrações com outros elementos de prova. Comumente, as infrações penais só podem ser provadas, em juízo, por pessoas que assistiram ao fato ou dele tiveram conhecimento, arrematando que, por isso, “a prova testemunhal é uma necessidade e nela reside o seu fundamento”.

¹³ Segundo informações extraídas do estudo de Rech (2005), durante os finais de semana que passava na casa da mãe, Maya, 12 anos, foi abusada pelo padrasto (desde os 11 anos foi vítima de atos libidinosos, assédio e três estupros). Em uma dessas ocasiões, a filha biológica do padrasto viu o abuso pelas frestas da parede da casa, o que desencadeou a denúncia. Isso motivou a prisão do padrasto, que foi preso em flagrante. A denúncia foi registrada em março de 2003, atendida na mesma data, sendo encerrada 134 dias depois, com o repasse do diagnóstico do SOS Criança e de recomendações para o Conselho Tutelar.

de culpa; o compartilhar do medo e dos segredos e o aprendizado da violência por mimetismo¹⁴, vivenciados pelo sujeito expectador da cena abusiva.

Para Córdia (1999 apud RECH, 2005, p. 89-90), a reprodução do comportamento violento pela vítima ocorre, analogamente nos [animais] humanos, dentre outros determinantes, pela comunicação e aprendizado cognitivo desta violência.

Ainda segundo Rech (2005), o aprendizado da violência mimética traduz uma consequência da violência sexual testemunhada por crianças, observado nas repetições de condutas sexualmente abusivas e/ou inadequadas, imantadas pelas cenas presenciadas. O caso dos irmãos que presenciavam relações sexuais dos pais é um exemplo, na medida em que simulavam cenas de sexo e um dos irmãos perseguia sexualmente a irmã.

O estudo de Habigzang e Caminha (2004) com adolescentes de clínicas psiquiátricas aponta para a existência de pelo menos um evento traumático em suas histórias de vida, tais como ser vítima ou testemunha de violência comunitária, testemunhar violência familiar ou ser vítima de abusos físicos e sexuais. Testemunhar episódios de violência sexual intrafamiliar ou extrafamiliar foi apontado por estes adolescentes como o evento traumático de maior índice (93%), sendo o abuso sexual o estressor mais comum referido por pacientes (69%), com transtornos de estresse pós-traumático (TEPT). Esses dados evidenciam a importância do tratamento especializado também às testemunhas do abuso sexual, ressaltando que:

Crianças e adolescentes frequentemente expostos à violência – como vítimas diretas, como testemunhas ou convivendo com pessoas que tenham sido vítimas – podem desenvolver uma dessensibilização emocional para a violência, ou seja, podem passar a vê-la como um componente normal da realidade, deixando de reagir negativamente a eventos dessa natureza e a incorporando aos seus contextos culturais. (HABIGZANG & CAMINHA, 2004, p. 56-57).

Através de estudo de Polanczyk et al (2003), pode-se considerar que adolescentes expostos a situações de violência sexual ficam mais vulneráveis a novas e possíveis violações comunitárias em relação àqueles que não foram expostos a este tipo de violência. Para Yama et al (1993), estes adolescentes apresentariam características

¹⁴ Mimetismo é o "fenômeno pelo qual, diversos animais tomam a cor e a configuração dos objetos que os cercam, ou dos animais que seus predadores temem" (XIMENES, 2000 apud RECH, 2005, p. 89).

individuais e familiares que também os colocariam em risco de exposição a outros tipos de violência, incluindo a sexual.

Ante essa constatação, de acordo com Polanczyk et al (2003) verifica-se na prevenção:

[...] a necessidade de estudos no País que abordem a amplitude da violência sexual como fenômeno social com múltiplas causas, fatores associados e conseqüências. Com o intuito de desenvolver programas preventivos e de intervenções, faz-se necessária a identificação de fatores protetores em relação à violência sexual, uma vez que o grau de exposição à violência é variável, mesmo em comunidades altamente violentas, dependendo de circunstâncias individuais, familiares e ambientais.

Os programas de atenção às testemunhas poderiam, ainda, auxiliar na identificação de sua tipologia, evitando comprometer o processo judicial, já que cada tipologia de testemunha possui uma função específica. Corroborando com isto, Rech (2005) vai além e alerta para as “testemunhas não confiáveis ou cúmplices silenciosas”. Estas testemunhas podem comprometer o diagnóstico ou o próprio teor da denúncia, pois servem de mantenedoras do segredo instaurado na família, ou quando a testemunha é um membro da família e não tem interesse em prejudicar o status da sagrada família, ou, ainda, quando possui um vínculo afetivo com o agressor.

De acordo com Furniss (2002), na crise promovida pela revelação do abuso sexual todos os holofotes estão posicionados na direção do sujeito que sofreu a ação abusiva diretamente, sendo as testemunhas da violência sexual sofrida pelos irmãos excluídos deste processo por diversos motivos. Tais motivos revelam que nem sempre as crianças abusadas sexualmente verbalizam este tipo de acontecimento, sendo necessário que os irmãos que testemunharam sejam inseridos nas avaliações iniciais. Nos casos de abuso sexual que vêm ocorrendo a longo tempo, os irmãos comumente conhecem o fato, porém negam porque temem ou porque pensam que não deveriam saber. Sobre isto Furniss (2002, p. 311) coloca que: “testemunhar o abuso sexual de um irmão ou simplesmente saber sobre ele pode ser extremamente traumático e as crianças, para se protegerem emocionalmente, querem esquecer aquilo que sabem”. Segundo o autor, as perturbações são inúmeras, desde *blackouts* a posturas diferenciadas com os irmãos vitimizados.

1.3 A fratria

Fratria é uma terminologia usada para designar o grupo de irmãos e/ou irmãs de uma mesma família, a qual, com o aumento dos divórcios, a inserção das mulheres no mundo do trabalho e o baixo índice de natalidade e nupcialidade, vem sofrendo novas configurações. Assim como as famílias, as fratrias também vêm passando por mudanças em sua tipologia, tamanho e sexo. Além disto, o espaçamento relativo à faixa etária entre os irmãos e as irmãs são fatores que podem promover alterações no modo de pensar as fratrias nas diferentes inserções familiares. A família é um espaço onde acontecem muitas interações sociais, ressaltadas pela convivência entre pai e mãe, pais e filhos e entre irmãos. A fratria varia de família para família, conforme sua composição.

É na fratria que exercitamos o convívio social. Com as diferenças, aprendemos a competir, partilhar, dar, receber, negociar, entre outras interações possíveis neste subsistema familiar. Dentro deste universo, a fratria é um espaço de aprendizado que prepara para a vida em sociedade. Seu poder, de acordo com especialistas em família, especialmente quando da desorganização parental, serve de apoio nos conflitos familiares.

[...] a fratria constitui um verdadeiro trunfo diante dos disfuncionamentos parentais. Ela pode, como já descrevemos, ter uma interessante função de reequilíbrio. Um membro da fratria pode, por exemplo, ‘distrair’ um genitor que abusa de seu poder sobre um filho, e assim proteger o irmão ou a irmã visado. Juntos, eles são mais fortes que sozinhos para tentar convencer os pais. (MEYNCKENS-FOUREZ, M. 2000, p. 52).

Os recursos da fratria para a prevenção e promoção, assim como a posição dos irmãos na família servem de subsídios para o estudo das testemunhas de violência sexual intrafamiliar. Muitos terapeutas utilizam a fratria como recurso terapêutico. Para Meynckens-Fourez (2000), em momentos difíceis a criança, quando muito pequena, pode sentir-se só devido à falta de amparo de um adulto ou de irmãos mais velhos, em que lhe falte comunicação verbal. São os irmãos mais velhos que conseguem arquivar experiências danosas e emitir palavras acerca dos fatos, auxiliando, desta maneira, muitos tratamentos.

Corroborando com esta idéia, Rufo (2003, p. 57) informa que “numa família, quando o papel dos pais é fragilizado, o mais velho pode ser de grande apoio para os irmãos”, capaz de amenizar as falhas apresentadas pelos pais perante os filhos mais novos. Conforme Meynckens-Fourez (2000, p. 25), “uma grande fratria permite que as crianças

enfrentem as dificuldades apoiando-se mutuamente”. Desta maneira, o grupo de irmãos e/ou irmãs auxilia a entender qual o mecanismo que perpassa esta relação em situações adversas como doença, falecimento ou exposição de crianças a situação de violência sexual, no seio da família, envolvendo um dos irmãos.

[...] a importância das relações fraternas aparece no momento de uma mudança fundamental na estrutura da fratria, como casamento, morte, divórcio de um irmão ou de uma irmã, hospitalização. Certas crianças se descompensam nestas ocasiões. Às vezes, um irmão ou irmã perde seu melhor confidente, ou vê partir aquele que lhe dava atenção, ou que assumia um pouco a função de ‘escudo’ entre ele e os pais. O subsistema “fratria” vai redistribuir o jogo. (MEYNCKENS-FOUREZ, M., 2000, p. 28-29).

Na fratria, os papéis são diferenciados e a relação com o conflito aparece em determinados momentos de forma diferenciada para cada membro dela: o que é problema para um pode não o ser para outro. É importante ficar atento para a forma como cada membro da fratria se relaciona com os conflitos familiares.

[...] a descrição de uma sequência atual também pode permitir que se faça a diferença entre a realidade de hoje e o que aconteceu há alguns anos. Fazer com que aquele que foi o protagonista, e também aqueles que foram testemunhas ou objetos, descrevam as intervenções, matizará os pontos de vista. Aparecerá, pois, um certo número de mal-entendidos, cuja explicação fará diminuir as tensões. Este questionamento liberará os sentimentos que cada um vive e evidenciará as relações específicas entre uns e outros. (MEYNCKENS-FOUREZ, M. 2000, p.50).

As funções das relações fraternas, para Meynckens-Fourez (2000), são três: função de afeição, de tranquilidade e de recurso; função de substituto parental e função de aprendizagem dos papéis sociais e cognitivos. Neste sentido, a inserção da fratria revela-se como de fundamental importância nas terapias ou nos processos reabilitatórios em situações de violência sexual intrafamiliar.

É imperioso envolver os irmãos na avaliação inicial, de maneira a estabelecer seu envolvimento e conhecimento acerca do abuso sexual perpetrado contra o irmão. A negação do abuso sexual pelas crianças pode não significar que elas tenham sido isentadas do abuso ou que desconheciam ou que não foram afetadas por ele. A negação pode indicar, entre outras coisas, que as vítimas estão assustadas demais para falar sobre isso. Mesmo nos casos em que as crianças não sabem sobre o abuso, elas são também afetadas através

das ações que se iniciam com as investigações e por outras ocorrências na família, tais como a revelação em si, o afastamento do agressor ou da criança do lar, entre outras. Saber destas situações faz com que os irmãos entendam, desde o início, o que de fato aconteceu, preparando-os para a adaptação a novas situações.

Apoiando esta idéia, Furniss (2002, p. 312) salienta que “os irmãos das crianças sexualmente abusadas precisam estar presentes no primeiro encontro familiar como encontro de responsabilidade, em que são manejadas as questões da responsabilidade pelo abuso e as conseqüências da revelação”. Ou seja, para este autor, todos os membros da família são partícipes na dinâmica do abuso sexual, seja pela ação ou pela omissão, ou, ainda, por desconfiar ou suspeitar que algo de estranho esteja acontecendo no seio da sua família. A fratria, nestes casos, pode configurar-se como uma excelente rede de apoio afetivo-familiar, especialmente nos casos onde algum de seus membros tenha sido espectador de um ato violento contra outro membro da fratria.

1.4 Serviço de proteção às vítimas de violência sexual intrafamiliar

A violência sexual admite um caráter contraditório, de acordo com Faleiros (2003), pois, ao mesmo tempo em que é negligenciada é marcada por sua alta prevalência. Por constituir-se um fenômeno de difícil compreensão e de várias dimensões necessita de acompanhamento por parte de profissionais especialistas, com o intuito de desmistificá-lo.

A autora, ao realizar pesquisa de âmbito nacional, focada na denúncia de situações de violência sexual contra crianças e na trajetória que esta segue ao longo de um processo de enfrentamento desta questão, identificou vários (curto) circuitos. De acordo com o objeto da pesquisa, neste processo, as relações são intrincadas e os atores sociais estão imersos em um mar de poderes, fruto de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, de classes, raça, cor e gênero, de um contexto cultural autoritário e em condições econômicas desfavoráveis. Dentro deste circuito de denúncia foram apontados três fluxos: o da defesa dos direitos; o da responsabilização e o do atendimento. Neste último, a autora problematiza a inserção¹⁵ das testemunhas junto aos serviços de proteção, opinando que a

¹⁵ A partir do conceito de inserção que encontramos no Novo Dicionário Aurélio (1975, p. 769) referindo-se ao ato de inserir, significando colocar, introduzir, intercalar, incluir, acrescentamos que esta inserção pode ocorrer no momento da denúncia, do diagnóstico ou mesmo do acompanhamento do Programa Sentinela.

família do abusador, incluindo a vítima e outros membros familiares sejam acompanhados. Nessa mesma linha de pensamento da autora, reforçamos, em nosso estudo, a necessária inserção das testemunhas como demandatárias na defesa dos seus direitos e no atendimento.

Além de quê, não basta trabalhar única e exclusivamente sob o aspecto legal, que visa punir o abusador, ou deixar que o processo de responsabilização criminal deste seja arquivado. A continuidade do atendimento, a garantia da proteção da vítima e das testemunhas e a defesa dos direitos dos familiares e do abusador fazem parte de uma rede entrelaçada.

Esta violência, independentemente de suas características ou tipologias, exige um agir profissional competente e comprometido visando libertar a população infanto-juvenil das repercussões sofridas e garantir, com isto, os seus direitos e a sua proteção social.

Com relação a esta questão, vale lembrar que a criança assumiu um status político, jurídico e social mais amplo com o aparecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, passando a ser vista enquanto sujeito de direito, em condições peculiares de desenvolvimento, e não mais como menor exposto a toda e qualquer forma de violação. A violência sexual contra a criança passou a ser discutida com mais ênfase, no Brasil, a partir deste marco, como reflexo de campanhas, mobilizações, encontros, pesquisas, noticiários, manchetes de jornais e TV. Tal mobilização obteve dimensão nacional e internacional, focada na luta de direitos previstos à criança no âmbito da legislação vigente, e, como consequência, as manifestações ganharam um viés político, inserindo-se na agenda da sociedade civil.

A prevenção da vitimização sexual de crianças é um processo que envolve diretrizes e eixos metodológicos variados, a partir de ações conjuntas voltadas para as esferas da prevenção, atendimento, garantia de direitos e responsabilização, fundamentados nos direitos humanos. O enfrentamento constitui-se tarefa intrincada que aparece como pauta nos fóruns internacionais e em concordância com o expresso no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, elaborado e aprovado no Rio Grande do Norte, em Natal, em junho de 2000.

O já mencionado Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil do Governo Federal surgiu com a finalidade de criar, fortalecer e implantar ações

articuladas, envolvendo os diversos atores sociais, sociedade, família e órgãos governamentais e não-governamentais. Este Plano possui como ação mais contundente os “Programas Sentinela¹⁶”, e apresenta como estratégia operacional seis linhas de ação, nas quais são definidos os objetivos, as metas e as parcerias, em resposta governamental ao fenômeno da violência sexual contra a criança. (BRASIL, 2002): 1) análise da situação - implica conhecer o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes em âmbito nacional, desde o diagnóstico, passando pelas questões financeiras, de avaliação, fiscalização e divulgação; 2) mobilização e articulação – visa fortalecer as articulações em todas as esferas, comprometendo, sobretudo, a sociedade civil; divulgar os dados das mobilizações e articulações e promover uma consciência crítica acerca deste fenômeno; 3) defesa e responsabilidade – objetiva trabalhar em prol da justiça e capacitar todos os profissionais e serviços para o trato desta questão, a fim de que assumam uma postura ético-política e responsável, para o combate da impunidade; 4) atendimento – tem por meta promover capacitação continuada para os profissionais na garantia de um atendimento especializado; 5) prevenção - procura intervir antes que o problema se instale, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam fortalecidos na sua auto-proteção, atacando todos os meios de comunicação, inclusive a Internet; e 6) protagonismo infanto-juvenil – busca envolver todas as crianças e adolescentes nas discussões e etapas da intervenção pertinentes ao monitoramento da execução desta proposta. As diversas linhas de ação possuem uma complementaridade para que o Plano não seja prejudicado em sua organicidade e integralidade.

A criança abusada sexualmente chega aos serviços de proteção quando a violência sexual assume visibilidade, saindo do privado para o público. O ambiente familiar, o qual imaginava seguro, muitas vezes transforma-se em um local hostil, violento e incapaz de oferecer a esperada proteção às crianças. A incidência da violência sexual no âmbito doméstico contradiz o mito de que este ambiente está livre de violência, ao contrário, este é um reduto invisível e sigiloso do qual o agressor sexual se vale para a manutenção das suas práticas abusivas. Como expõe Souza (2000, p. 82):

¹⁶ Existem no Estado de Santa Catarina aproximadamente 57 programas com este perfil, número que vem expandindo-se nacionalmente, tamanho o volume das solicitações para sua implantação, frente à publicização deste fenômeno em nível mundial. As demandas atendidas em cada município acontecem de forma diferenciada, ou seja, cada município possui uma metodologia diferente, de acordo com sua realidade e seu contexto social.

[...] a intimidade do lar pode ser um impeditivo para que se percebam os efeitos de uma relação assimétrica entre pais e filhos, passível de redundar em expressões descontroladas de raiva e outras violações de direitos. Em lugar da proteção, a intimidade familiar pode conjurar danos que se tornam uma ameaça ao bem estar da criança, a sua segurança e a sua própria vida, convertendo o lar num abrigo abusivo, e, pior de tudo, secreto, invisível, inacessível porque não se sabe o que se passa no seu interior.

O rompimento do segredo contribui para que o abuso sexual intrafamiliar seja publicizado, chegando aos serviços de proteção através da denúncia, com a qual se inicia um processo sócio-jurídico, a fim de que os técnicos possam mensurar a existência de risco para a criança. Após a confirmação ou identificação de indícios fortes da existência de violência sexual são acionadas medidas de proteção.

A revelação, já mencionada na dinâmica do abuso sexual, para Perrone e Nannini (1998), afeta todos os membros familiares, eclodindo numa crise familiar quando da divulgação da violência. Os autores informam que a violência é conduzida por modelos interacionais e não individuais. A criança abusada sexualmente nem sempre revela este tipo de acontecimento, por medo ou vergonha, e, deste modo, os encontros entre os irmãos tornam-se funcionais, porque os irmãos, nestes episódios, podem também ter sofrido violência sexual, podem saber ou não, podem admitir ou não. No caso de irmãos mais velhos, estes são superprotetores e podem inverter os papéis familiares, sentindo-se culpados pelo episódio com o irmão mais novo. Quando uma criança muito pequena foi vítima de violência sexual e esta não consegue falar sobre o assunto, a fratria de irmãos mais velhos pode colaborar com o desvelar do abuso sexual.

Dentre as ações do Programa Sentinela, estão as de acompanhamento familiar¹⁷ em que se convida a criança vítima de abuso e sua família a participar de um processo mais duradouro. Na inserção desta família busca-se primeiramente criar vínculo, conhecer sua realidade, para identificar os fatores de risco e de proteção frente à demanda de violência, bem como sensibilizar a família para este atendimento, esclarecendo sobre os objetivos e as metas pré-estabelecidas. O objetivo do acompanhamento visa a reorganização familiar,

¹⁷ Nos casos de violência sexual doméstica, Azevedo e Guerra (2000) recomendam um período de cinco anos para o acompanhamento da família. Isto, porém, não se constitui em uma unanimidade técnica no assunto, pois o que importa é minimizar ou erradicar os fatores de risco, podendo ultrapassar os cinco anos, se estender à maioridade da vítima, como, por exemplo, nos casos de pessoa com deficiência, que a incapacite para a auto-proteção

assim como a redefinição dos papéis familiares e a ressignificação da violência de forma que a família consiga superá-la.

Algumas metodologias (FURNISS, 2002); (OSTYN; MEYNCKENS-FOUREZ, 2000) avançam no sentido de incluir os irmãos nos processos de reabilitação. Com relação à metodologia de atendimento apresentada por Furniss (2002), sugere-se a realização de entrevistas de revelação conjuntas ou, quando contra-indicadas, encontros separados com os irmãos logo após a entrevista de revelação com a criança abusada. Esta forma de atendimento pode, no entendimento do autor, conduzir à revelação de abuso sexual por parte de outros irmãos, inclusive se este for testemunha.

A proteção às crianças representa uma resposta sócio-política ofertada pelo Estado, no momento em que ocorre ameaça ou violação de direitos no ambiente familiar. São variadas as modalidades de atendimento existentes nos serviços formatados para a proteção especial. Em se tratando de violência sexual intrafamiliar, um estudo de Beezley (1976 apud AZEVEDO; GUERRA, 2000, p.186) sobre modernas opções de tratamento indica que:

[...] é importante lembrar que os pais abusivos não são os únicos membros da família que estão em situação angustiante e que necessitam de tratamento. A criança abusada e seus irmãos apresentam necessidades nas áreas física e mental, tendo direito a tratamento, a despeito do prognóstico de seus pais.

Cada vez mais esta situação de conflito na esfera do privado vem se exteriorizando e demandando a intervenção política com a participação de novos sujeitos coletivos, em que tanto a denúncia como a notificação são portas de entrada para os serviços de proteção à infância e à adolescência.

Por isto a transformação de um problema familiar privado em problema social não se apresenta como tarefa fácil. Atuar neste âmbito é algo que vem se construindo dentro do sistema de proteção a partir de experiências internacionais.

Os Conselhos Tutelares e de Direitos, SOS Criança e Delegacias, entre outras instituições, foram criadas com a legislação dos anos 1990 para atender a estas questões, assumindo maior expressão através das denúncias e/ou notificações efetuadas nos serviços de proteção à infância e à adolescência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, define, em seu artigo 86, que a política de atendimento tem como linha de ação o trabalho articulado em várias instâncias governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com base no projeto político deste Estatuto, as ações propostas para a Infância e Adolescência estão voltadas para a descentralização de responsabilidades, maior integralidade, intersectorialidade e complementaridade rumo a um trabalho consistente e em parceria, rompendo com o assistencialismo e o patriarcalismo que marcaram a história das políticas de atenção à Infância e Adolescência.

As linhas de ação desta política subsidiam os serviços de proteção à criança e ao adolescente, tendo como alvo não somente as questões sócio-econômicas, mas também as de ordem clínica e terapêutica, contidas no artigo 87, do mesmo Estatuto, e definidas em cinco linhas: I – políticas sociais básicas; II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV – serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Daí surgem, então, as entidades de atendimento, responsáveis pelo planejamento e execução das políticas de atendimento e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas diretrizes apontam para a implantação e implementação de outros órgãos, deliberativos e fiscalizadores de ações em todos os âmbitos, tais como os Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Ligados a estes existem os Fundos nas instâncias municipais, estaduais e nacionais.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão deliberador e fiscalizador das políticas de atenção destinado às crianças e aos adolescentes têm buscado, juntamente com outros órgãos, defender os direitos da população infanto-juvenil por meio da sistematização de pesquisas, relatórios, resoluções conselhistas, normativas internacionais ratificadas pelo Brasil, entre outras iniciativas. Além desta estratégia, conhecer as repercussões sócio-culturais, passadas como subsídio para entender a atualidade, e pensar em projetos futuros, tornou-se deveras importante na promoção de mudanças paradigmáticas, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

As medidas de proteção à criança se aplicam sempre que qualquer um de seus direitos for ameaçado, quais sejam, de acordo com o artigo 98 (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90), I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta.

Segundo (SOUZA, 2001), a violência que acontece dentro de casa insere-se como um dos fenômenos submetido à regulação pública apoiada em aspectos legais. Em decorrência disto, a família, em seus dramas privados, passa a ser foco do Estado, o qual, por sua vez, enfrenta duas contradições: uma é a violação do íntimo da vida privada familiar e outra, a intervenção tardia para proteger a criança. Sobre o assunto ainda, vejamos:

O que se deseja ilustrar, mediante uma abordagem histórica da legislação, é a complexidade da regulação pública de fatos privados, o que põe a nu a contradição entre o temor de encorajar o Estado a violar a integridade familiar, antes que uma intervenção seja justificada, e o temor de frear o Estado, a ponto de que seja muito tarde para proteger a criança cuja integridade física esteja ameaçada. (SOUZA, 2002, p. 24).

Dobke (2001) reforça essa tese acreditando na “instalação dos Conselhos Tutelares, órgãos através dos quais o Estatuto da Criança e do Adolescente concretiza, define e personifica o dever de zelar pelos direitos da criança e do adolescente” (p. 22). De tal modo, a denúncia enquanto obrigatoriedade está preconizada nos artigos 13 e 56, bem como a omissão relacionada a não revelação dos casos de violência às autoridades competentes incorrerá em multa igualmente prevista no já mencionado Estatuto. As testemunhas, na maioria das vezes, são familiares ou vizinhos, ficando os outros profissionais e/ou instituições numa parcela bastante reduzida, receosos em denunciar, tendo em vista o medo da represália, ameaças e outros constrangimentos. Aqui no Brasil, acaba-se promovendo uma infração administrativa por parte deles, previstas no artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 - ECA),

[...] os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Inicia-se, após este momento, um processo de investigação para averiguar a veracidade ou não das denúncias de violência sexual contra a criança. Avaliada a

necessidade, são aplicadas medidas protetivas, previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 – ECA, em seu artigo 3º:

- I – encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
 - II – orientação, apoio e acompanhamento temporário;
 - III – matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
 - IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
 - V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
 - VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
 - VII – abrigo em entidade;
 - VIII - colocação em família substituta.
- (BRASIL, 1990, p. 21)

Os operadores de serviços de proteção à Infância e à Adolescência vítimas da violência sexual são cada vez mais exigidos em suas intervenções, pois, ao atuarem nesta demanda de trabalho, precisam ser capacitados com abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar, metodologias específicas de atendimento, assim como o trabalho em parceria com outros serviços, envolvendo a intersetorialidade, como preconizado no ECA, recomendando uma política preventiva e emancipatória. A esse respeito, Furniss (2002) argumenta que “o abuso sexual de crianças é um problema genuinamente multidisciplinar, requerendo a cooperação de uma ampla gama de profissionais com diferentes capacidades”.

A proteção integral, portanto, prevê a transitoriedade entre as políticas de assistência social, proteção especial, entre outras, para atender as vulnerabilidades a que estão submetidas muitas famílias violentas. Os serviços de proteção vivenciam o dilema de transpor as barreiras do silêncio existente no lar, e uma atuação qualificada torna-se urgente e necessária.

As políticas públicas acerca do fenômeno da violência sexual intrafamiliar contra crianças merecem destaque na agenda estatal, uma vez que, enquanto prioridade absoluta, visam a garantia dos direitos e a proteção dessas crianças, colocando-as a salvo e interrompendo o ciclo de violência. Já, as políticas de assistência social apóiam-se no

sentido de oportunizar condições mínimas para o suprimento das necessidades básicas que influenciam no não cumprimento das funções familiares para com crianças.

Outro aspecto a se avançar refere-se ao preconceito em se falar sobre o assunto. O segredo¹⁸, referendado pelos especialistas (COTTLE, 1993; PERRONE; NANINNI, 1997; FURNISS, 2002) nesta área, evita que as crianças encontrem ajuda dentro ou fora da família. Como se não bastasse, estas vítimas, de contato ou não, correm o risco constante de ameaças, de descrédito ao falar sobre o abuso sexual sofrido, de exposição a situações de constrangimento e, inclusive, de não conseguir falar, entre outros intervenientes.

As medidas adotadas para o enfrentamento do fenômeno da violência sexual doméstica, segundo Azevedo e Guerra (2000), buscam o rompimento do ciclo de violência doméstica, para o qual demanda-se um conjunto de ações articuladas e especializadas. Dentre as medidas estão as judiciais-cíveis, aplicáveis nas Varas da Justiça da Infância e da Juventude; e as judiciais-criminais, aplicáveis através da Vara da Justiça Criminal. As medidas sociais são aquelas pautadas prioritariamente na proteção da criança através da colocação em abrigos ou em famílias substitutas, ou, ainda, na hospitalização das vítimas, caso seja necessário; as medidas médicas são as destinadas ao tratamento das consequências orgânicas da violência sexual; e as medidas psicoterapêuticas são as que privilegiam a terapia familiar.

Além das medidas citadas, outros três tipos básicos de intervenção são apontados por Furniss (2002): a Intervenção Punitiva Primária (IPP); a Intervenção Primária Protetora da Criança (IPC); e a Intervenção Terapêutica Primária (ITP). A IPP é aquela dirigida contra a pessoa que comete o abuso sexual. A palavra Punitiva indica qualquer intervenção criminal infligida pela polícia e tribunal, envolvendo atos ilegais. Encobre conflitos emocionais¹⁹, sendo difícil lidar com os aspectos positivos como, por exemplo, enxergar que existe apego entre a criança e a pessoa que cometeu o abuso sexual. A IPC é aquela em que a criança é o alvo da ação direta. O atendimento é centrado na vítima. Neste aspecto, a pesquisa acende a reflexão do status de vítima atribuída à testemunha, revelando o seu processo de vitimização. Muitas vezes o profissional assume o papel de pai melhor, tirando a criança do convívio familiar, intervindo contra a não-

¹⁸ Para saber mais sobre segredo na família, consulte a obra: “Os Segredos na Família e na Terapia Familiar”, de Evan Imber-black, et all (1994).

¹⁹ Este termo, segundo Furniss (2002), descreve a confusão entre os níveis emocional e sexual, ou seja, quando a criança vem em busca de cuidado emocional e em contrapartida recebe um contato sexual.

proteção dos pais piores, segundo nos diz o autor. Este tipo de intervenção conduz à vitimização secundária da criança, pois a afasta do meio social, dos amigos, parentes, irmãos, escola – importantes figuras de apego. Além disso, a criança é vista como o câncer da família ou bode expiatório (mentirosa, depravada etc), ficando duplamente vitimizada quando é removida do lar.

Os pais têm a oportunidade de encobrir conflitos conjugais, e emociossexuais. Ao serem levadas para cuidados substitutos, muitas vezes as crianças são discriminadas, estigmatizadas, vistas como quem necessita de proteção especial. Alguns educadores ou pais substitutos têm dificuldade de lidar com atitudes sexualizadas.

A ITP centra-se na solução do problema e na resolução de conflitos na família. Procura tratar o dano psicológico e modificar relacionamentos familiares. Concentra-se na dinâmica que levou ao abuso sexual da criança e o que se manteve. Precisa de assistência legal ou estatutária, em casos de separação temporária dos membros da família. Muitas vezes a intervenção legal auxilia o processo terapêutico (quando o Juizado ou o Conselho Tutelar media o tratamento para que a família venha para o atendimento, por exemplo). Toda a família precisa de atendimento, inicialmente centrado na criança (vítima) ou abusador, até por que o progenitor não-abusivo costuma assumir uma posição estressante na família, necessitando também de tratamento.

Atualmente, a ITP é a mais indicada nos serviços de proteção por buscar atender a família como unidade, considerando o abuso sexual um estresse que atinge todos os membros. Além disso, a testemunha ganha lugar neste trabalho, sendo privilegiada enquanto sujeito, com direito a tratamento, a fim de lidar com as questões pertinentes ao abuso sexual de irmãos a ela exposta.

Avaliar os riscos torna-se, sobretudo, uma importante função dos serviços de proteção, para prevenir, impedindo que outras situações possam ocorrer, envolvendo inclusive outras crianças do espaço doméstico.

Há que se considerar que os serviços de proteção têm registrado um aumento da demanda relacionada à problemática do abuso sexual infanto-juvenil, em decorrência da popularização das denúncias ou notificações.

Outros autores, como Cervini (1992, p. 232 apud SOUZA, 2000, p. 5), chamam de vitimização secundária quando a criança, algumas vezes, é vista como objeto de “evidência forense”, tendo sua subjetividade negada, em contrapartida à vida íntima

vasculhada. Gomes (2005), por sua vez, explicita os óbices desses serviços que impedem que a criança receba realmente uma intervenção protetora. Paralelo a isto, mostram-se altas taxas de reincidência, atribuídas, por Souza (2000), à inadequação dos serviços, e que ele chama de “pseudoproteção”.

Deste modo, os serviços de proteção infanto-juvenil possuem, portanto, a difícil tarefa de adentrar no espaço privado da família, o qual deve ser respeitado enquanto não oferecer riscos à integridade física e psicológica de crianças, caso contrário deve sofrer intervenções profissionais, através de diversas ações interligadas. Essas ações são, na maioria dos casos, direcionadas às vítimas centrais da violência sexual em detrimento daquelas que testemunharam a cena abusiva, a menos que a testemunha tenha sofrido dupla vitimização, por ter sofrido a ação abusiva diretamente e por ter testemunhado a de outra criança.

Recentemente registra-se a implantação de programas de apoio às vítimas, bem como às testemunhas ameaçadas, oriundos de legislação federal para dar proteção àqueles que colaboraram com investigação policial ou que vão depor em juízo.

[...] nas literaturas alemã e norte-americana, presta-se merecida atenção, também, às testemunhas da vitimização, que tanto podem e devem levar à devida atividade processual e à compensação, assistência posterior, ressocialização etc. A. R. Roberts comenta que muitas pessoas têm seu primeiro e desagradável contato com o aparato judicial como consequência de ter sido testemunha de um delito [...] ‘A evolução dos programas de assistência às vítimas e às testemunhas está sendo cada dia mais estimada e reconhecida legalmente em uma crescente rede de escritórios de assistência’. (BERISTAIN, A., 2000, p. 97-98)

De acordo com Berinstain (2000), nas literaturas norte-americana e alemã presta-se atenção especial às testemunhas, porém não enquanto seu processo de vitimização, mas enquanto “evidência forense”, chamada muitas vezes a relatar o que testemunhou, não pelo fato de saber quais consequências o ato violento representou a ela. Independentemente disto, novos programas de atenção às vítimas e às testemunhas foram criados, pois se entende que estas precisam ser atendidas após testemunharem estes episódios violentos, já que são levadas a atividades processuais, de compensação, de ressocialização e muitas vezes não cooperam com as investigações ou processos penais, tendo em vista o medo das ameaças dos agressores. As vítimas e as testemunhas querem ter não só a sua integridade física preservada, mas também a psíquica. Deste modo, é

preciso alterar a lógica de desproteção que desconsidera a subjetividade das vítimas, inclusive as testemunhas, nas quais estão embasados estes programas de cunho legal.

Como serviço de proteção especializado para o atendimento da demanda de violência sexual contra a criança e o adolescente no município de Florianópolis, o Programa “Sentinela” - fruto de uma parceria entre Governo Federal e Prefeitura Municipal - atualmente recebe os encaminhamentos dos Conselhos Tutelares²⁰ – Órgãos que fazem a primeira averiguação - e Juizados da Infância e da Juventude.

O Programa Sentinela, de Florianópolis, implantado após aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em 2000, possui equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais e psicólogos, tendo como principal foco de atenção as questões relativas ao fenômeno da violência e exploração sexuais, bem como a violência física severa. Em 2004, com a mudança da gestão municipal, algumas alterações foram realizadas na metodologia do Programa. Saliente-se que ainda hoje mudanças vêm acontecendo, não só em nível metodológico, mas no organograma do Programa, embora suas diretrizes gerais permaneçam inalteradas - voltadas ao atendimento familiar e visam garantir a proteção e inclusão social, buscando o trabalho articulado.

Desta maneira, o Programa Sentinela configura-se em quatro setores: o SOS Criança, onde funciona um disque-denúncia (0800-6431407)²¹, setor captador das denúncias que chegam via Programa, e logo são encaminhadas para o Conselho Tutelar que é o Órgão averiguador das denúncias. A equipe de diagnóstico, responsável pela investigação acerca do teor denunciado, avaliando os fatores de risco e proteção das vítimas. A equipe de acompanhamento familiar²², que realiza o acompanhamento sistemático. E, por último, a equipe de prevenção, cuja proposta consiste na construção coletiva, visando a resignificação do fenômeno da violência nas esferas de prevenção primária, secundária e terciária, utilizado-se de material informativo e de divulgação para a articulação interinstitucional e multiprofissional.

Gomes (2005, p. 56), em estudo realizado neste Programa, afirma que o acompanhamento familiar realizado ali possui um diferencial, pois se propõe a realizar:

²⁰ Existem hoje na cidade de Florianópolis três Conselhos Tutelares, a saber: nas regiões do Centro, Norte e Continente. A previsão é a implantação de mais um Conselho Tutelar na região Sul da Ilha.

²¹ Este serviço está contemplado no Projeto Técnico do Programa Sentinela.

²² Em decorrência da mudança na gestão municipal, o quadro técnico da equipe de acompanhamento do Programa Sentinela, atualmente, é composto por 09 assistentes sociais, 06 psicólogas, 02 estagiárias de Psicologia e 02 de Serviço Social. Por conta da reestruturação deste Programa, evidenciamos que a nova metodologia vem sendo construída.

[...] acompanhamento às vítimas de violência sexual, aos agressores e familiares, sendo também peculiar, pois tem em sua proposta, além do atendimento social, também o atendimento psicossocial. Além disto, trabalha a auto-proteção das vítimas, os vínculos familiares e proporciona terapia aos vitimizadores através da equipe de Psicologia. O acompanhamento familiar foi construído pelos técnicos que iniciaram e atuavam no projeto, buscando, numa perspectiva interdisciplinar, reduzir o risco para crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, tentando evitar a revitimização.

Como parte de um dos eixos estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, o protagonismo infanto-juvenil prevê a participação ativa destes sujeitos nas ações construtivas, visando o bem comum e, assim, buscam defender e assegurar seus direitos. Tais direitos são os previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 5º. Dentre as diretrizes do referido Plano, as ações previstas estão voltadas para os Programas de defesa, prevenção e atendimento. Entretanto, os objetivos e metas não avançam em relação à identificação de quem são especificamente estas crianças, se são vítimas de contato direto ou não. Porém, se partíssemos do pressuposto de que este fato é dispensado ao sistema familiar, ficaria fácil decifrar que todas as crianças envolvidas precisam ser atendidas.

Como parte integrante da rede acionada pelo Programa Sentinela, o Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município de Florianópolis foi criado para efetivar o trabalho em rede e colocar as crianças abusadas sexualmente a salvo de vitimizações secundárias, que acontecem quando: não se leva em conta a subjetividade das vítimas da violência sexual intrafamiliar, a criança é forçada a repetir a história dos abusos mais de uma vez, ou é submetida a atendimento na presença do seu abusador que, na maioria das vezes, é o seu próprio responsável, além de outras. O Protocolo, desta forma, objetiva garantir um atendimento prioritário e especializado que ocorre nas unidades de referência, organizadas por área de atuação e compreendem instituições da segurança pública, saúde, apoio psicossocial, além da informatização dos serviços em bancos de dados, envolvendo as diversas instituições e profissionais em um trabalho articulado.

O fluxograma do Programa Sentinela (Apêndice E, p. 118) traz elementos que dão a noção de como a rede de atenção para o atendimento às crianças vítimas de violência intrafamiliar está formada no Município. Para somar esforços, acrescenta-se a sociedade civil, peça importante nesta conjuntura, tendo em vista que a denúncia pode ser feita por qualquer pessoa que tenha conhecimento do abuso ou que, simplesmente, suspeite que ele

ocorre. Como instrumento para que estas denúncias sejam efetivadas existem o já mencionado disque denúncia ou os Conselhos Tutelares. Atualmente, caso ela seja realizada no disque denúncia, ao recebê-la o atendente notifica o Conselho Tutelar, responsável pela realização da primeira averiguação aqui no Município.

Havendo a necessidade de uma averiguação mais especializada, a denúncia é encaminhada para o Programa Sentinela, junto ao setor de diagnóstico. Confirmada, a equipe de diagnóstico solicita o acompanhamento sistemático para as famílias ao setor de acompanhamento ou procede outros encaminhamentos da rede que forem necessários.

2 A vitimização sexual intrafamiliar e a inserção dos irmãos-testemunha nos serviços de proteção

Esta seção apresenta a descrição e análise dos dados empíricos obtidos junto aos dossiês e complementados pela entrevista com os técnicos das áreas de Serviço Social e Psicologia do setor de acompanhamento do Programa Sentinela, observando-se dois eixos.

O primeiro, intrafamiliar, trata das questões que envolvem a organização e o funcionamento das famílias, simbolizadas através do genograma. Aqui, aborda-se, também, o processo de vitimização ao qual foram expostos os irmãos-testemunha, assim como as estratégias de proteção utilizadas por seus membros diante do abuso sexual exposto. Para análise dos dados deste eixo foram elencadas algumas subcategorias, como: famílias recompostas, interação da fratria e o processo de vitimização.

O segundo, contempla, o eixo institucional, buscando identificar como se dá o atendimento aos irmãos que presenciaram o abuso sexual perpetrado por um membro da família. Entre as categorias analisadas temos: o serviço de proteção e os sujeitos privilegiados deste atendimento.

2.1 - A família abusiva e o processo de vitimização sexual dos irmãos-testemunha

Neste momento são descritas as situações abusivas identificadas nas nove famílias, assim como o processo de vitimização na qual estão submersos os irmãos-testemunha diante da dinâmica do abuso sexual a eles exposto.

Resumo da história familiar

Dossiê 1: A família é formada pela mãe e fratria de quatro irmãos: Alanis, Agata, Astrid e Albert. Esta família adentrou nos serviços de proteção a partir de violência sexual denunciada, em maio de 1996, tendo Alanis como vítima preferencial do avô materno. A família era reconstituída por este e o padrasto na ocasião dos fatos. Inicialmente, a violência acontecia na forma de atos libidinosos tinha como vítima Alanis e

fora presenciada por dois irmãos menores, Astrid e Albert, de seis e três anos, respectivamente, conforme encontrado no dossiê.

Um novo núcleo familiar foi constituído quando a mãe passou a viver maritalmente com seu novo companheiro, o qual, por questões circunstanciais, levou a filha biológica Ágata para este convívio familiar. Neste período, encontramos registros no dossiê de reincidência do abuso sexual que envolvia o pai de Agata e padrasto de Alanis. Durante a noite, ele praticava atos libidinosos nas duas, filha e enteada, que, na ocasião, demoraram na identificação da autoria dos abusos. Imaginavam poder ser o irmão caçula, tendo em vista que dormem todos no mesmo quarto. A identificação do abuso sexual pelo padrasto ocorreu, no entanto, quando as irmãs o flagraram no momento do intercuro sexual infligido a uma delas.

No dossiê consta que, em abordagem com a mãe, ela relatou estar bastante preocupada com a situação das filhas. Disse ainda que já presenciara o companheiro abusar sexualmente das filhas por duas vezes. A mãe verbaliza que “da primeira vez que ele fez isso dei uma surra nele, mas não adiantou porque ele fez de novo”. Outra providência foi fechar o quarto onde as filhas dormem, fazendo uma parede de madeira com porta e tranca.

No momento do primeiro abuso sexual da filha Alanis, a mãe não acreditou, porque, para ela, este tipo de violência está relacionado à conjunção carnal. No segundo abuso sexual, Agata e Alanis, a princípio, ficaram com receio de contar para a mãe, temendo que ela continuasse não acreditando. Porém, ao saber do fato, ela veio ao programa, onde foi orientada a fazer boletim de ocorrência.

Em relação à dinâmica familiar, com base em dados da entrevista realizada com a Assistente Social responsável pelo acompanhamento, o que se pôde elucidar foi a repetição da violência sexual na história familiar em três gerações. Consta ainda no dossiê que avó e mãe disputavam o mesmo parceiro e as crianças cresceram nesse meio, inclusive assistindo às relações sexuais dos adultos. Além disto, a história pregressa da referida família revela que Astrid é fruto do estupro praticado pelo avô contra a sua mãe.

Atualmente, residem em casa própria, com três cômodos, a mãe, os filhos e a avó materna. A mãe é a principal provedora do lar e sua renda mensal advém do trabalho como empregada doméstica, cuja renda é de aproximadamente um salário mínimo. Não tem informação, no dossiê, se são beneficiários de Programa social.

O abuso sofrido por Alanis e presenciado por Albert e Astrid já estava acontecendo há algum tempo. A mãe revelou já ter percebido indícios e que, por conta disto, só deixava a vítima preferencial, sempre que possível, na presença dos irmãos, como medida de proteção. No entanto, o abusador, para distrair o irmão mais novo, dava o celular para ele ficar brincando. Albert, que na época tinha três anos, chegou a reproduzir falas abusivas do avô. Por sua vez, Astrid também colocava: “... eu vi o ‘vô’ dá um beijo

na boca da Alanis”. Ambos foram alvo de ameaças e não falaram a respeito porque a irmã-vítima preferencial olhava de modo estranho e brigava com eles.

Albert e Astrid, segundo as técnicas, demonstram bom relacionamento interpessoal e não apresentam mudanças comportamentais, bem como não criaram estratégias de proteção à irmã-vítima direta diante da sua exposição sexual. Astrid, no entanto, apresenta dificuldades de aprendizagem que podem estar ligadas à experiência vivenciada. Consta no dossiê que ela, ao presenciar o abuso sexual praticado pelo avô contra a irmã, retirou-se do local. Na época, demonstrou preocupação temendo que o avô viesse a fazer o mesmo com ela, ou ainda beijá-la.

Alanis, vítima-testemunha, possui grande necessidade de chamar atenção, tem postura agressiva e rivaliza com os irmãos. Para a psicóloga, a mesma manifestava comportamento de auto-piedade, não se colocava verbalmente, somente através de gestos e apresentava um comportamento autodestrutivo, a fim de manifestar que algo não estava bem, de fazer-se feia. Reagia, quando alguma coisa não lhe agradava, com impaciência, irritação e desobediência. Suas reações tornaram-se mais perceptíveis e foram potencializadas depois da ocorrência do segundo episódio de abuso sexual dela e da irmã Agata pelo padrasto.

A irmã-testemunha Agata, também vítima de abuso sexual pelo genitor, manifestou maior dificuldade em aceitar a violação por ter vivido em outro núcleo familiar quando estava sob os cuidados de sua genitora e não ter tido nenhum contato neste aspecto.

Resumo da história familiar

Dossiê 2: Família do tipo monoparental, composta de mãe e fratria de quatro irmãos: Brenda, Brigitte, Bernardo e Bartira.

O Programa Sentinela passou a atender a família devido a três denúncias de violência sexual (atos libidinosos, assédio sexual e estupro), envolvendo os irmãos em um período de tempo aproximado de oito anos. A primeira denúncia era relativa à irmã mais nova, que deu entrada na emergência de um pronto-socorro da Capital com suspeita de violência sexual devido a sangramento e laceração vaginal. Quatro anos depois, registrou-se nova denúncia envolvendo a irmã mais velha, na época adolescente e abrigada. Ela alegava ter sofrido assédio sexual por parte dos ex-namorados da mãe. Passados outros

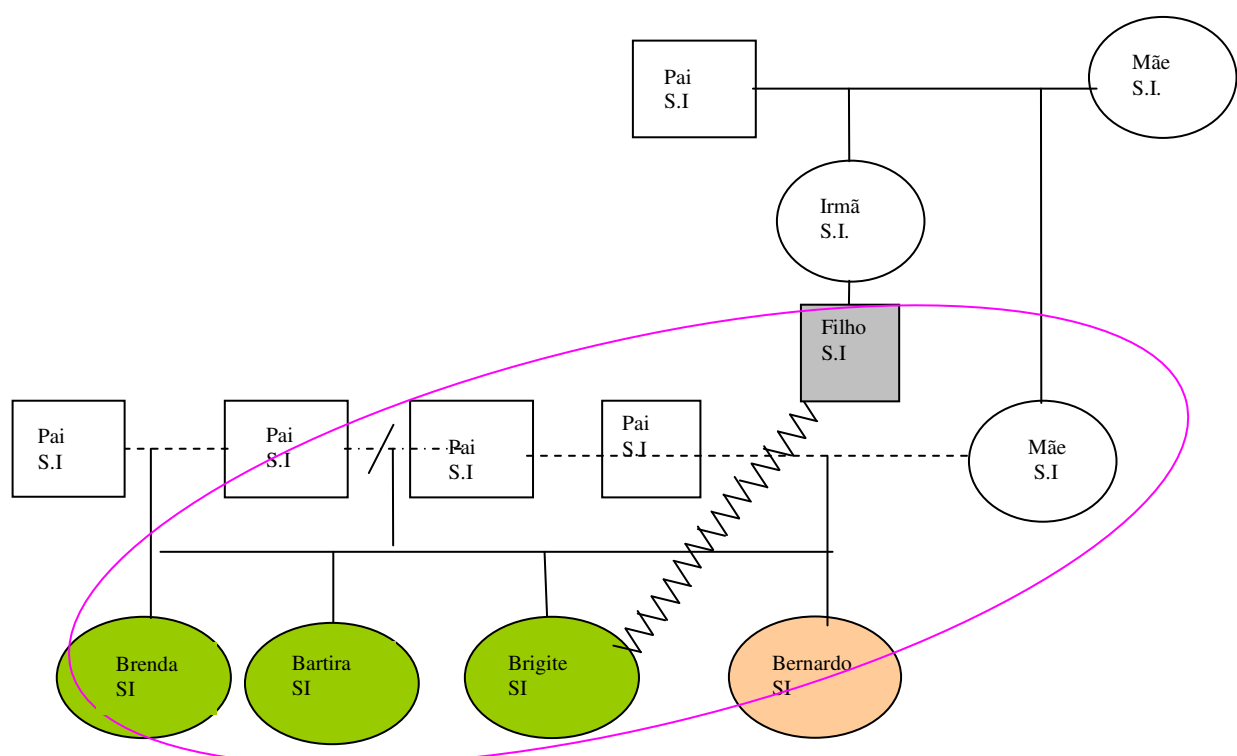
quatro anos a irmã do meio procurou o Programa e informou ter sofrido violência sexual por parte de um primo.

Esta vitimização, particularmente, teve Bernardo como irmão-testemunha, que, por sua vez, não usou de nenhuma estratégia de proteção quando dessa exposição. O abusador, proveniente de outro Estado, estaria morando temporariamente em sua casa.

Da fratria, Brenda assumiu os cuidados com as tarefas de casa e com os irmãos. Apresentou envolvimento com prostituição, uso de drogas e ato infracional, tendo, como consequência, sua liberdade privada e ficou afastada durante o tempo em que foi internada em um Centro de Reabilitação do Estado. A responsabilidade que possuía com os afazeres domésticos e os cuidados com os irmãos passou para Brigitte, até que novamente os conflitos se instalaram. Esta, por sua vez, se envolveu amorosamente com vários rapazes.

A inversão dos papéis familiares ligados à responsabilidade na educação, cuidado e proteção das crianças fez-se presente nesta dinâmica familiar, tendo as filhas mais velhas assumido a função que era da figura materna, tendo em vista que a mãe trabalhava em demasia.

Sobre a situação atual desta família, consta que a mãe é mantenedora do lar, reside hoje com apenas três dos filhos, pois a filha mais velha, casou-se e está fora deste contexto. A filha caçula recebe pensão alimentícia de seu pai. A situação sócio-econômica da família é precária. Não há registro de inserção em Programa social de renda mínima.



Legenda:

Vítima: verde


Vítima testemunha: laranja e duplo círculo/quadrado


Testemunha: salmão

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada: 

Abuso sexual (agressor/vítima): 

Filhos de diferentes relacionamentos: 

S.I: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual

A exposição, as estratégias de proteção e as consequências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Em relação à cena abusiva que tinha Brigitte como vítima direta, Bernardo revela que viu a irmã ter a boca coberta e ser abusada sexualmente pelo primo. Em atendimento relatou que esta exposição o imobilizou e não pôde esboçar nenhuma reação. Teve medo que a mãe acordasse e o abusador o espancasse. Desta forma, guardou o segredo para si.

De acordo com este dossiê, a irmã Brenda tomou conhecimento do abuso da irmã por meio de uma conversa entre as duas, que, então, reagiu expulsando o abusador, dizendo-lhe que sua atitude tinha sido a de um criminoso e que ele não poderia ter feito aquilo. Brenda, figura protetiva na fratria, ainda veio ao Programa e insistiu com a equipe técnica na questão da responsabilização do abusador. Também encontramos no dossiê informações acerca do impacto da exposição e que o irmão-testemunha é a pessoa que mais apresenta seqüelas em decorrência da exposição e do histórico de violência familiar. Segundo relatos da Assistente Social, percebe-se que foi ele quem mais desenvolveu problemas, mostrando-se totalmente infantilizado nas atitudes.

No aspecto familiar, a mesma técnica nota que ele tem necessidade de chamar a atenção em todos os momentos; apresenta um comportamento inconstante, às vezes agitado e ansioso, outras vezes apático e tristonho. Durante um período de dois anos, o adolescente trocou de escolas três vezes, e saiu do projeto social, do qual participava, devido a inúmeros conflitos que criava com colegas e monitores.

Resumo da história familiar

Dossiê 3: Esta família apresenta-se como nuclear reconstituída de mãe, padrasto e fratria de quatro irmãos. São eles: Cauã, Caline, Clovis e Christiny.

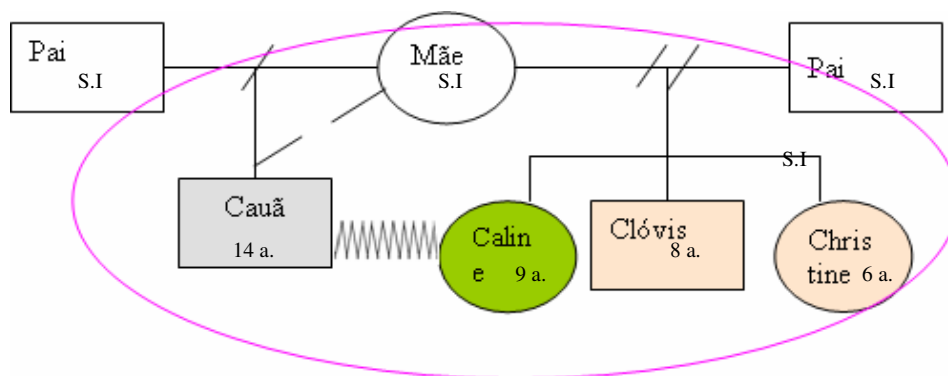
A inserção desta família junto ao Programa Sentinela foi em virtude da denúncia de violência sexual sofrida por Caline e perpetrada por seu meio-irmão Cauã. Ele morava com uma tia e veio passar uma temporada na casa da família, quando ocorreu o abuso sexual, sob a forma de atos libidinosos com o uso de força física, deixando hematomas visíveis na vítima preferencial.

De acordo com o extraído no dossiê em relação a abordagem com Caline, ela confirmou o abuso sexual e mencionou sangramento com penetração anal e vaginal. Não contou a ninguém devido a ter sofrido ameaças do abusador sexual.

Os vínculos familiares entre o meio-irmão com a mãe e entre a fratria restavam enfraquecidos. Assim, depois do episódio de violência, ele foi pressionado a voltar para a casa da tia com quem morava.

Em relação a essa família, repousa uma dúvida: em um primeiro momento a denúncia foi feita tendo como vítima direta a meio-irmã Caline. No entanto, algum tempo depois Christiny, que a princípio era a irmã-testemunha, apresentou sintomas relativos à doença sexualmente transmissível, sendo que o exame de corpo de delito constatou indícios de atos libidinosos, cujo, abusador neste episódio, não foi identificado.

A situação sócio-econômica desta família é desfavorecida pelo desemprego. Além disso, existiam conflitos familiares relativos ao casal, motivados pela adesão ao álcool e outras substâncias entorpecentes por parte do companheiro da mãe, que é o principal provedor do sustento familiar.



Legenda:


Vítima: verde

Testemunha: salmão

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada: 

Abuso sexual (agressor/vítima): 

S.I.: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual.

A exposição, as estratégias de proteção e as consequências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Clovis e Christiny foram mencionados no dossiê como irmãos-testemunha, pois os mesmos ouviram os gritos da irmã-vítima quando esta tentava desvencilhar-se do abusador.

Consta no dossiê também que Clovis, ao ser indagado sobre a exposição à violência sexual contra a irmã, afirmou que: “Caline ficava trancada no quarto com o irmão fazendo barulhos...”.

Em entrevista concedida pela Assistente Social, a fim de esclarecer algumas questões concernentes à exposição, assim como o *modus operandi* do abusador, ela esclareceu que a vítima estava no quarto e o abusador tentava beijá-la e agarrá-la. Na ocasião a mãe passou e disse: “... não, não...”²³ e foi o que os irmãos ouviram em um dado momento.

Logo após a situação de violência sexual, os irmãos-testemunha manifestaram sentimento de revolta contra o abusador, apresentando dificuldade relacional, instalando-se apartir daí o conflito familiar. Segundo registro no dossiê (p.31), a agressividade do irmão-testemunha motivara a adesão ao acompanhamento psicossocial.

A Assistente Social, em entrevista à pesquisadora, informa, ainda, que Christiny mostra-se amorosa, pacífica, de certa forma madura para sua idade, não demonstrando qualquer tipo de problema. Ao contrário, Clovis apresentou dificuldades ao relacionar-se, especialmente com a mãe, e revelou sentir falta de uma referência masculina em sua vida. Apesar do ocorrido, demonstra afetividade em relação a Cauã. Embora o

²³ Expressão retirada do dossiê referente a fala da mãe no momento de sua exposição.

adolescente expresse carência afetiva, percebe-se que em certas situações age com distanciamento relacional e comprometimento emocional.

A psicóloga não identificou manifestações no que concerne aos danos e conseqüências associados à exposição dos irmãos-testemunha ao contexto de violência. Segundo ela, eles mostram postura resiliente diante do fato.

Resumo da história familiar

Dossiê 4: Através de pesquisa junto ao dossiê, verificou-se que esta família nuclear, recomposta e formada pelos genitores e fratria de quatro irmãos: Daphini, Dominique, Dandara e Dimetri.

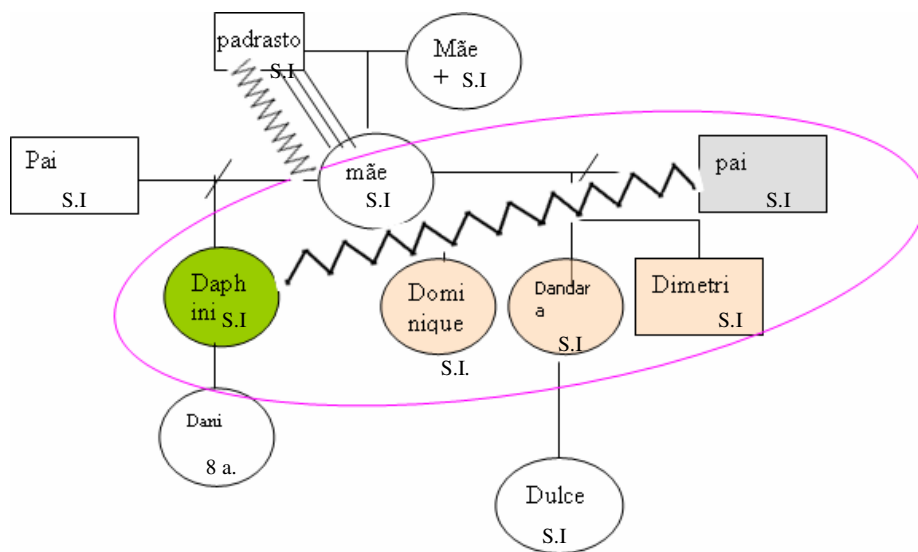
Daphini, filha biológica da mãe com seu primeiro marido, na dinâmica abusiva era a vítima sexual preferencial do padrasto, o qual chamava de pai.

O funcionamento familiar era conflituoso, apresentando inversão de papéis e ausência de limites. Quanto às relações estabelecidas nesta família, registrava-se a rivalidade entre irmãos.

Não aparecem no dossiê ações da mãe para proteger a filha do abuso sexual sofrido.

O histórico de vida familiar revelava a repetição de modelos abusivos. A mãe também teve infância difícil, marcada pela violência e pelo alcoolismo de sua genitora. Que tivera um padrasto, que abusara sexualmente dela e de suas irmãs. Por este motivo a avó materna suicidou-se.

A forma de subsistência familiar dá-se através do trabalho com materiais recicláveis e da faxina de uma das irmãs (Dominique). Além disto, são beneficiários do Programa Bolsa Família. Os responsáveis eram alcoolistas e apresentavam dificuldades para garantir as necessidades básicas de seus filhos. A residência familiar é precária, sem portas internas, apenas no banheiro.



Legenda:

Vítima: verde

Testemunha: salmão

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada:

Abuso sexual (agressor/vítima):

Repetição de história familiar:

S.I.: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual.

A exposição, as estratégias de proteção e as consequências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Os irmãos-testemunha (Dandara, Dominique e Dimetri) presenciaram as vitimizações infligida à irmã Daphini, e nos atendimentos psicossociais falaram com naturalidade, entre risos, lembrando sobre o episódio. O relato no dossiê dá conta de que Daphini era molestada sexualmente desde os oito anos de idade.

A exposição iniciou quando a vítima preferencial sugeriu às irmãs Dominique e Dandara, que não acreditavam a princípio nos suas revelações do abuso sofrido, que a espionassem quando ela e o padrasto estivessem sozinhos. Nesse primeiro episódio de flagrante, Dominique irrompeu na sala quando seu pai expunha o órgão sexual, e perguntou o que estava acontecendo. O pai a afrontou, dizendo que não estava acontecendo nada. Após esta primeira tentativa de proteção, outras se seguiram por parte da fratria.

Daphini passou a usar calças jeans e Dandara a dormir na mesma cama, de mãos dadas, para que a vítima direta, quando acordada pelo padrasto, apertasse sua mão (da irmã), e esta com um sobressalto afastaria e assustaria o abusador. Daphini, ao engravidar de um namorado, teve necessidade mais freqüente de levantar-se para ir ao banheiro, então foi estabelecido que Dandara, sua confidente, seria acordada para acompanhá-la.

A entrevista com a Psicóloga do Programa revelou que a família é bastante desorganizada emocionalmente. Cada membro da fratria apresentou reações diferenciadas frente à violência sexual doméstica exposta. Ressaltou que Dandara mostrou-se uma pessoa capaz de reorganizar sua vida, fugir desse ambiente de agressões, e, apesar de mostrar-se disposta a ajudar a família, não se envolve a ponto de atrapalhar a própria organização familiar. Segundo ela, provavelmente desenvolveu esta capacidade de superar os eventos negativos devido ao elo forte entre os irmãos, apesar das brigas, e pela função protetiva que assumiu após a revelação do abuso sexual que teve a irmã como vítima preferencial, ou, ainda, devido ao apoio de outras pessoas que ela conheceu ao longo da vida e que lhe ofereceram proteção.

A Assistente Social, entretanto, refere relação conflituosa de Dimetri com o pai e com o mundo externo. Este, ao mesmo tempo em que nega o abuso sofrido pela irmã vítima do padrasto, afirma que quando ficar grande vai matar o pai. Além destes comportamentos, apresentou, durante o episódio, evasão escolar, envolvimento com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e com atos infracionais. Desta forma, afirma a Assistente Social não conseguir dissociar estas atitudes de seu histórico de violência doméstica. Quanto à Dominique e Dandara, em nenhum momento, nem na presença do pai, negaram a existência do abuso sexual. Dandara, já perdeu o ano letivo, sempre tinha desculpas para as suas faltas, mas que não eram convincentes.

Resumo da história familiar

Dossiê 5: Neste dossiê encontramos informações sobre a família que é recomposta por: mãe, padrasto e fratria de quatro irmãos: Eloá, Estevão, Etel e Eulália, esta última filha do casal. Os três irmãos são apontados como testemunhas do abuso sexual perpetrado pelo padrasto contra Eloá. Neste sistema familiar existia mais outra criança, filha de Etel com seu companheiro, que, juntamente com Eulália, foi abrigado.

Legenda:


Vítima testemunha: laranja e duplo círculo/quadrado

Testemunha: salmão

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada: 

Abuso sexual (agressor/vítima): 

S.I.: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual.

A exposição, as estratégias de proteção e as consequências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Segundo informações extraídas da entrevista com a assistente social, houve quatro cenas abusivas marcadas pela exposição. Uma revelou que Etel presenciou o abuso sexual da irmã Eloá, inclusive tentando afastar fisicamente o abusador da irmã no momento do abuso, mas foi empurrada por ele e defendida pela mãe que chegou. A atitude da mãe é de justificar as investidas do companheiro como algo decorrente do seu alcoolismo.

Quanto à exposição de Eloá, sua irmã vítima-testemunha disse que o padrasto a pegara à força, revelando, ainda, ter visto quando, na ocasião em que ele praticava o abuso sexual à irmã, passara em casa.

Estevão, por sua vez, foi testemunha ocular e auricular dos atos libidinosos praticados pelo padrasto contra as irmãs. Sobre a exposição de Etel, ele revelou ter visto pelo buraco do cobertor o padrasto molestar a irmã. Relatou também ter sofrido ameaças de agressão física por parte do padrasto, e que este lhe dava gratificações (dinheiro e presentes) para que guardasse segredo sobre o abuso sexual infligido contra as irmãs.

O impacto de Estevão frente à exposição das irmãs, segundo entrevista com as técnicas, foi diferente. Ele agiu, gritou, chamou os vizinhos, que correram atrás do abusador, o qual, por sua vez, saiu da casa, mas que a mãe reprimiu o filho, deixando-o desacreditado.

Outra exposição foi a da filha biológica do abusador, Eulália, com apenas quatro anos de idade, na época. Para a assistente social entrevistada, essa exposição foi

considerada muito séria, dada a faixa etária da criança. Eulália verbalizou para a Psicóloga da outra instituição, que viu o pai retirar a roupa e deitar-se sobre Etel na cama.

Estevão, no entanto, foi a pessoa mais prejudicada e o que apresenta maiores problemas de comportamento. É agressivo, envolvido com uso e tráfico de drogas, não se adaptou a nenhum projeto social aos quais foi encaminhado, bem como à escola. Os profissionais dessas instituições suspeitam que ele apresente um atraso leve no desenvolvimento, e, por isso, foi sugerida avaliação, mas a mãe não compareceu com ele na data agendada. Hoje, é um menino alheio a qualquer tipo de intervenção. Apresenta fuga do lar e situação de rua, quando aparece em casa permanece por poucas horas.

O sentimento trazido pela vítima-testemunha Eloá, e observado pela psicóloga em entrevista, era de impotência, culpa, porque na sua concepção, se tivesse revelado antes o seu abuso sexual, ele poderia não ter acontecido com a irmã.

Resumo da história familiar

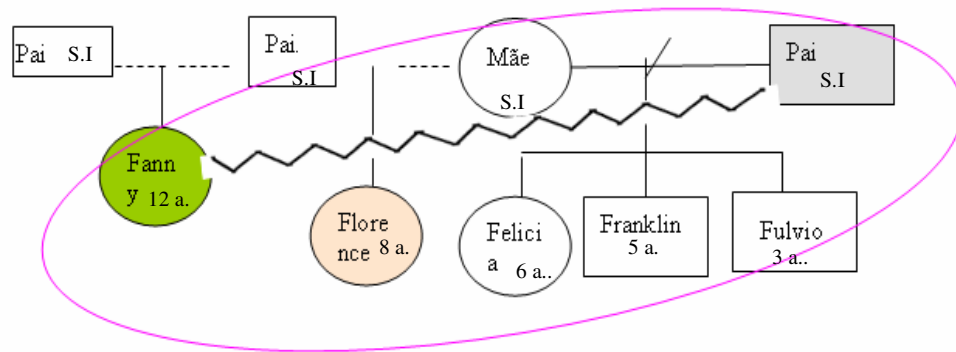
Dossiê 6: Na época dos fatos, esta família era recomposta por mãe, padrasto e fratria de cinco irmãos: Fanny, vítima preferencial dos abusos sexuais praticados pelo padrasto e Florense, a irmã-testemunha, são filhas biológicas da genitora cujos pais estão fora do contexto familiar. Os demais irmãos são filhos do casal, e são eles: Felícia, Franklin e Fúlvio.

O abuso sexual contra a vítima preferencial perdurou por aproximadamente quatro anos, segundo fonte da entrevista com a técnica.

Em conformidade com o dossiê, na dinâmica familiar sempre que havia um conflito, a mãe justificava atribuindo-o à vontade de Deus.

Em um momento de conflito do casal, para interromper seu sofrimento, a revelação do abuso foi feita pela vítima preferencial e, diante do descrédito da mãe, a irmã-testemunha foi chamada a revelar a exposição. Então, ela, que só acreditou com o testemunho da irmã-testemunha, em uma atitude de proteção registrou Boletim de Ocorrência, promovendo o afastamento do abusador do lar, o qual, alegando saudades dos filhos, retornou algum tempo depois e, por ser o provedor, ali permaneceu. A situação abusiva, na época, deixou as irmãs constrangidas perante a vizinhança, fortalecendo o retorno ao segredo. A família é beneficiária de Programa Bolsa Família do Governo

Federal. Além disto, a mãe é costureira autônoma, contribuindo, com sua renda, para o orçamento familiar, contando ainda, com o apoio financeiro da filha mais velha, residente em outra cidade.



Legenda:

Vítima: verde

Testemunha: salmão

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada:

Abuso sexual (agressor/vítima): ☐ ☒ ☐

Filhos de diferentes relacionamentos: ○ --- □

S.I.: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual.

A exposição, as estratégias de proteção e as consequências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Quanto ao relacionamento entre a fratria, a entrevista com a psicóloga, revela faceta de rivalidade entre as irmãs mais velhas. Florense se ressentia da atenção que a irmã recebia tanto em casa quanto do Programa para atendimento. A ela só sobravam os afazeres domésticos.

O relato da exposição da irmã-testemunha, extraído do dossiê, apresenta o *modus operandi* do padrasto, o qual realizava seu intercurso sexual na hora em que todos dormiam, quando se dirigia até o quarto onde as irmãs dormiam, em um beliche. Acendia a luz do banheiro para insinuar onde poderia estar; ao término do abuso, apagava a luz e ia deitar-se na cama de sua mãe. Isso aconteceu mais de uma vez, e, apesar de não lembrar quantas vezes, a irmã-testemunha revelou que, quando começou a perceber o que ocorria

com a irmã, tinha oito anos de idade e falou de como se sentiu ao ser exposta, “... só sei que ficava assustada e com medo”.

Ao se perguntar a Florense se o padrasto tentou abusar dela, ela respondeu que não, mas que tem muito medo de ficar sozinha em casa, que, às vezes, acorda assustada durante a noite, agarrando-se a sua gata de estimação. Segundo informações da família, contidas no dossiê, a irmã-testemunha vem apresentando problemas de comportamento, respondendo agressivamente, resistindo em fazer suas obrigações de casa.

Resumo da história familiar

Dossiê 7: Família nuclear composta por genitores e fratria de quatro irmãos: Geórgia, Gládis, Guinter e Gustavo. Este último, na época da violência sexual infligida às irmãs, ainda não era nascido.

O abuso sexual aconteceu na ocasião em que as irmãs residiam com a mãe quando ela teve que se ausentar por um período de casa, deixando as filhas sob os cuidados do pai, que as levou para outro Estado para viverem num acampamento, local onde foi revelado. No convívio com o genitor, elas sofreram abuso sexual perpetrado por ele e pelo tio, simultaneamente, porém em locais diferentes. O *modus operandi* dos abusadores era o mesmo, ambos faziam com que as crianças ingerissem um chá para adormecerem, conforme depoimentos das irmãs. E, isso já vinha acontecendo há algum tempo, sinalizando que o abuso sexual das irmãs era recorrente.

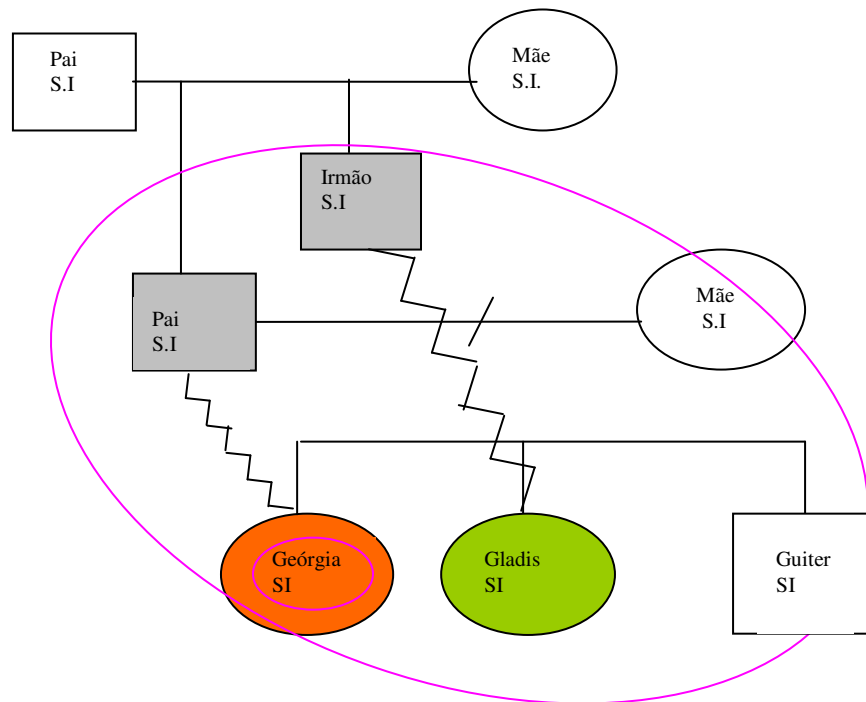
Não há registros ou informações de história pregressa de violência sexual nesta família em gerações passadas, porém existia a suspeita de a genitora ter uma vida promíscua.

Geórgia mostrava-se angustiada com a dinâmica familiar, sentindo-se sobrecarregada, pois assumia as responsabilidades das rotinas diárias, afazeres domésticos, bem como os cuidados dos irmãos. Assim, ela sempre foi vista, nesta família, como responsável pelos irmãos, contudo, apresenta dificuldades relacionais com a irmã.

As irmãs voltaram a residir com a mãe, que hoje vive com outro companheiro, e desta união tem um filho. Esse atual companheiro da mãe se constitui uma figura de risco para a fratria, tendo em vista terem descoberto que é foragido da Justiça, acusado de

prática de homicídio. Havia recebido também afastamento do lar, pois era muito hostil e constituía-se uma ameaça para as crianças e adolescentes, assim como para a companheira.

Esta família vem de uma privação cultural muito grande, carência econômica, situação de miserabilidade, cuja situação habitacional era precária. São beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme informações registradas no dossiê, e segundo as técnicas entrevistadas, a mãe está desempregada.



Legenda:

Vítima: verde

Vítima testemunha: laranja e duplo círculo/quadrado

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada: ○—/—□

Abuso sexual (agressor/vítima): ○~~~~~□

Afastamento do convívio familiar: ○— —□

S.I.: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual.

A exposição, as estratégias de proteção e as consequências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Ao ser questionada, se sua irmã Gládis também sofrera abuso sexual por parte de seu pai, Geórgia disse que nunca presenciou, mas que Gládis havia contado que seu tio

paterno tentou abusar dela. Na época em que acontecera o abuso sexual de Geórgia, esta conseguiu desvencilhar-se do pai e saiu em proteção à irmã que estava na barraca ao lado, supostamente sofrendo abuso sexual do tio paterno. Geórgia pediu ajuda para a vizinhança que acionou os serviços de proteção da região. Não há referência sobre a exposição do irmão Guinter.

Segundo registrado no dossiê, dados psicológicos apontam dificuldades com o vivido traumático da irmã-testemunha, refletidos, no momento presente, por meio de sentimentos de angústia, ansiedade, medos sem motivo aparente, insatisfação constante e insônia. Manifesta ainda carência afetiva, principalmente, em relação à figura materna, identificada através de pedidos de proteção. Expressa uma infância marcada por violência, além de exigências em demasia para a realização de trabalho doméstico.

De acordo com a entrevista realizada com a psicóloga, esta coloca que tais aspectos são mostrados de forma resignificada, e percebidos no funcionamento da adolescente. Segundo o ponto de vista desta técnica, as lembranças tornaram-se presentes quando resgatado tal episódio em audiência judicial, potencializando o trauma emocional, que vem sendo trabalhado em atendimentos psicológicos.

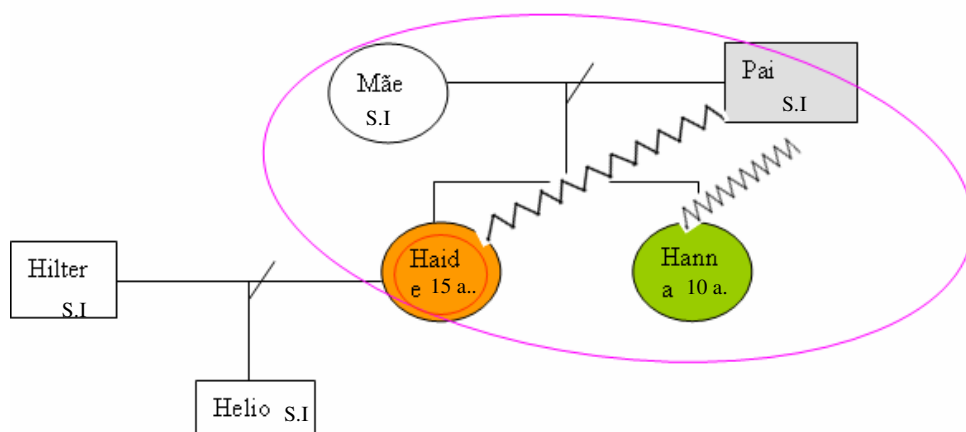
Resumo da história familiar

Dossiê 8: Família composta pela mãe e fratria de duas irmãs: Haidê e Hanna, ambas vítimas de abuso sexual perpetrado pelo pai.

A denúncia e a entrevista de averiguação trazem o relato de que Haidê presenciou o abuso da irmã e foi vítima ao mesmo tempo. Hoje está casada e é mãe de um filho e não convive mais com a mãe e a irmã.

O pai não está mais no convívio doméstico, porém a mãe não acredita que a violência sexual de fato aconteceu.

A família enfrenta dificuldades financeiras, a mãe faz guloseimas para vender, trabalha em um restaurante como auxiliar de cozinha, a fim de ajudar no sustento da família, e depende financeiramente do ex-companheiro. Recebe pensão alimentícia da filha mais nova. São beneficiários do Programa PETI do Governo Federal.



Legenda:

Vítima: verde

Vítima testemunha: laranja e duplo círculo/quadrado

Testemunha: salmão

Abusador: cinza

Elipse roda: subsistema analisado

Separação não legalizada: ○—/—□

Abuso sexual (agressor/vítima): ○~~~~~□

S.I.: sem idade registrado no dossiê, as idades citadas são referentes a época da exposição pela testemunha da violência sexual.

A exposição, as estratégias de proteção e as conseqüências nos irmãos-testemunha nos abusos sexuais

Haidê, ao presenciar os atos libidinosos de seu pai contra sua irmã, enquanto esta dormia, gritou interrompendo o intercuro sexual praticado pelo pai que se afastou. A irmã-testemunha verbalizou que sentia mágoa do que aconteceu, já passou por problemas sexuais sem ter com quem conversar, salvo o marido, que a apoiava. Hoje, porém, não tem oportunidade para conversar sobre o ocorrido, pois este evita tocar no assunto. Gostaria de esquecer tudo, embora não consiga.

Demonstrou medo e desejo simultâneo de fazer uma terapia. A mãe revelava também que se preocupava com a ansiedade e as crises nervosas de Haidê para com o filho, sendo que, algumas vezes, ela chegou a bater e a gritar com ele.

No dossiê também se encontra registrado que ela sempre pensa e chega a sonhar que a irmã possa estar sendo abusada pelo pai, visto que este tem atitudes suspeitas para com ela, é muito atencioso.

Resumo da história familiar

Dossiê 9: Família nuclear recomposta por genitores e fratria de cinco filhos: Iago, Igor, Ítalo, Ivan, Ivo, destes destacamos Iago, filho biológico da genitora e abusador sexual de Ivo e os demais irmãos-testemunha.

Segundo foi extraído do dossiê sobre a vida familiar, existia repetição de modelos abusivos e história pregressa de abuso sexual por parte do abusador sexual, o meio-irmão Iago, que também fora vítima de violência sexual por parte de um tio, em outra localidade. Iago violentou sexualmente um menino de cinco anos e fez o mesmo com seu irmão caçula. Criado pelo casal desde bebê, pois, quando nasceu, a mãe já vivia maritalmente com o companheiro, ele colocou-se em uma situação que não se sente parte da família, por ser negro e o pai branco.

A entrevista com a psicóloga nos permitiu conhecer a dinâmica familiar atual, na qual pais e filhos convivem juntos, com exceção de Iago, que está em novo núcleo familiar, formado por ele e a esposa, com quem vive maritalmente.

Enquanto estratégia de proteção dos irmãos, os mesmos procuravam estar juntos quando na presença de Iago. Os pais mostram-se protetivos, presentes na educação dos filhos, não permitem a entrada do meio-irmão na casa em função do ocorrido. Percebe-se a existência de vínculo afetivo entre a família, porém com Iago está enfraquecido.

A situação socioeconômica desta família é de baixa renda, sendo eles beneficiários do Programa Bolsa Família.

Em entrevista com a assistente social, soube-se que Iago tinha como vítima preferencial o irmão menor, a quem obrigava a lhe fazer sexo oral, na presença dos demais, além de amedrontá-lo. Igor, o irmão-testemunha verbalizou que algumas vezes viu o abuso: “ele mexia mais no menor” e contou aos genitores. Possuía sentimentos de revolta em relação ao abusador, ao contrário dos outros que, por medo, demonstraram ficarem paralisados. Iago possuía conduta bastante agressiva e intimidatória em relação aos irmãos por ser usuário de

drogas, o que os deixava mais inseguros. Exceto Igor, todos os demais irmãos apresentaram enurese noturna, sendo que Ivo ainda sofre com isso e tem pesadelos.

A Psicóloga afirma que o abuso abalou a fratria emocionalmente, em especial Ivo, cujo medo do meio-irmão, abusador, é demonstrado nos atendimentos até hoje. Embora ainda ressentidos, freqüentam a casa de Iago para jogar vídeo-game, aproximação que deixa os genitores melindrados. Não apresentam consequência no comportamento, na perspectiva da técnica, para quem isso se deve à família protetiva e ao ambiente acolhedor, que facilitou a absorção interna do evento.

As famílias recompostas ou reconstituídas

Ao longo dos anos a família vem assumindo múltiplas configurações, remodelando-se a partir das mudanças ocorridas nas últimas décadas, provenientes de culturas distintas e do passar dos anos, com a expansão tecnológica acarretando a diminuição do trabalho formal e, por consequência, gerando um mercado cada vez mais competitivo. Atrelada às transformações de ordem sócio-econômica, tal situação vem promovendo violência em vários domínios, independentemente de classe, raça, etnia, cor de pele e gênero.

Como resultado disso, registram-se crises no interior dos sistemas familiares, como a alta incidência do número dos divórcios; a inserção da mulher no trabalho; o baixo número de nascimentos ou casamentos; além de outros fatores motivacionais. E mais, emerge um alto índice de famílias monoparentais ou arrefecimento do número de irmãos. Seja qual for a estrutura de que estejamos falando, são famílias com seus sabores e dissabores, personagens e histórias. Todavia, é unânime que neste *locus* pode-se encontrar os “nós” de que fazemos parte, como diz Ferraris (apud ANDOLFI, 2002), referindo-se aos grupos de pertencimento, como a base para a nossa socialização, ressaltando que o exercício e o aprendizado se dão nas interações sociais que ocorrem no interior do contexto familiar.

Através desta pesquisa, verificamos que a situação de algumas famílias delineia uma constante nas sociedades contemporâneas, no que diz respeito à predominância das famílias recompostas, reconstruídas, ou segundas famílias, entre outras nomenclaturas sugeridas, aos membros que integram um sistema familiar com figuras

maternas e paternas, meio-irmãos, enteados, avós ou outros. Definindo esses tipos de família, Berthoud (2003, p. 37,) admite que elas podem - constituir-se de homens e mulheres que já viveram uniões anteriores (divorciados ou viúvos), unidos agora tanto a parceiros que também viveram tal experiência, quanto a parceiros solteiros.

Entre os dossiês pesquisados, o número de famílias com esta característica chamou-nos a atenção. Oito assumiam esta forma, demonstrando, pelos dados, que existia preponderância destas famílias na época dos abusos sexuais. Dentre os abusadores estavam: os padrastos (4); os meio-irmãos (1); o avô materno (1); o primo (1); e o tio (1), registrando-se que uma das vítimas era a meia-irmã. Esses dados vêm demonstrar a alta prevalência de exposição de abuso sexual nestas famílias, cujos limites, privacidade, indefinição dos papéis e controle nesta amostra foram proeminente.

Diante deste dado, pudemos observar que nas famílias, além da inserção de um novo membro familiar ser uma difícil tarefa a ser melhor administrada, o abuso sexual, assim, se constrói em um campo fértil de vulnerabilidade e transforma-se em mais um componente estressor, para as pessoas envolvidas, uma vez que, estas se encontram fragilizadas em relação à confiança das relações estabelecidas, principalmente nas pessoas responsáveis por sua proteção e cuidado.

Associada a isto tem a questão socioeconômica, evidenciada em todas as famílias estudadas, a qual refletiu na postura da figura materna, impossibilitada de exercer suas funções maternas de amparo aos filhos, defendendo-os dos abusos de seus companheiros, considerando que estes, muitas vezes, são os responsáveis pelo sustento da família. Isso faz com que estas figuras maternas, os aceitem no convívio junto com os filhos, mesmo diante de uma interdição. Neste sentido, a perpetuação do abuso é suscitada pelo fator econômico e pela dependência financeira dos membros familiares na figura do pai-padrasto que, muitas vezes, é o provedor do lar.

Na contramão da busca da identidade familiar, a recomposição das famílias torna a convivência entre os membros confusa. Quando estes não estão preparados para a chegada de novos membros familiares, ficam suscetíveis a uma série de riscos, tais como: culpa ou medo de perder as conexões com os pais; vergonha das fantasias de reunificação; impotência ao ciúme; conflito de lealdade, assim por diante, corroborando com o que atesta Ferraris (apud ANDOLFI, p. 254, 2002). Além disto, a terceira figura parental (padrastos ou madrastas) precisa estar atenta a esta crise de identidade dos enteados, motivada por estas mudanças estruturais e de estilo de vida das famílias.

[...] problemas de identidade nas famílias reconstituídas surgem também por outros motivos. A terceira figura parental pode fornecer aos enteados outros modelos de comportamento e uma imagem de si, diferente da que eles criaram anteriormente no seio da primeira família. Os meio-irmãos, quando existem, podem alterar a ordem dos irmãos. (IDEM, p. 256, 2002)

Acerca disso, Perrone e Nanini (1998) alertam para o possível rompimento de fronteiras parentais quando da ocorrência de abusos sexuais cometidos pela terceira figura parental (padrastos, madrastas).

Outro fator de vulnerabilidade, que constitui risco iminente para os abusos sexuais ocorrerem, é na ocasião das visitas de finais de semana dos pais ou outros parentes, momento em que a mãe trabalhava, ou poderia estar depressiva, alcoolizada, doente. Para os autores, no interior destas famílias, assim como nas já caracterizadas “famílias incestogênicas²⁴”, a proibição do incesto não é observada e os sentimentos de ambivalência não são reprimidos. Essa atitude favorece, quando da inserção de um novo membro no convívio, a existência de conflitos relacionais entre mães e filhas, em relação aos companheiros destas ou, até mesmo, por incompatibilidade de gênios entre padrasto e enteada ou outros.

Em relação à inserção repentina dos meio-irmãos nas famílias, há um sentimento de invasão relacionado à faixa etária, quando, às vezes, o irmão mais velho pode ter a sensação de que está perdendo seu lugar e espaço para os irmãos mais novos. Geralmente, nas fratrias, sentimentos ambivalentes podem instalar-se, que podem ir do amor e ódio, à cumplicidade e solidariedade. Nas famílias recompostas ou reconstituídas, no entanto, esses sentimentos podem ser menos intensos, devido às diferentes origens e vinculações.

Comumente, nas famílias recompostas ou reconstituídas, acontecem modificações nos hábitos e estilos de vida, caracterizadas por Ferraris (apud ANDOLFI, 2002) como um período de luto que precisa ser respeitado. Muitas situações podem ocorrer na convivência com pessoas estranhas, na mudança de residência, como a perda de espaço e posição na fratria, no lugar, entre pessoas conhecidas. Tudo isso pode incidir diretamente na interação da fratria frente ao abuso sexual de irmãos.

²⁴ Para Azevedo e Guerra (2000) a família incestogênica de acordo com o referencial cedido pela abordagem sistêmica, é entendida como aquela cujas interações entre seus membros acontecem através de mensagens verbais e não-verbais, implícitas ou explícitas que tem o adulto enquanto manipulador da criança vítima a prática do incesto considerado um tabu.

Em um dos dossiês (1) analisados, a irmã-testemunha-vítima apresentou indignação e repulsa em relação à situação abusiva vivenciada, tendo em vista que não fazia parte do seu universo tal experiência. Verbalizou que onde morava não passava por isso e que, no convívio com sua mãe, tivera que vivenciar tal experiência negativa.

[...] todos nós temos uma certa dose de resistência e somos capazes de enfrentar mudanças mesmo dolorosas. Entretanto, quando perdas de diversos tipos se avolumam em curtos períodos de tempo, tornamo-nos mais vulneráveis. Algumas vezes encontramos os meios para reagir de modo eficaz; outras recorremos a comportamentos que suscitem reações negativas nos outros. (FERRARIS apud ANDOLFI, p. 262, 2002).

Outro dado percebido nestas famílias recompostas ou reconstituídas foi a existência de história pregressa de abuso sexual, seja por parte do progenitor não abusivo, no caso a mãe, seja por parte do abusador sexual, ou da própria testemunha.

Para Anita Roddick (2006)²⁵, as crianças estão entre as maiores vítimas da violência doméstica. De acordo com este mesmo informe, as crianças, em cujos lares ou famílias há violência, não apenas sofrem com a angústia de viver nessas circunstâncias, mas têm uma probabilidade mais alta de se converterem em vítimas de abuso. Calcula-se que 40% das vítimas e/ou agressores de maltrato infantil também sofreram violência doméstica no lar, dimensionando o fator repetição ou reprodução da violência.

A questão da repetição ou reprodução dos padrões ou modelos abusivos familiares é, sem dúvida, um aspecto relevante a ser analisado, especialmente no que se refere ao funcionamento e organização das famílias de uma maneira geral e das famílias recompostas ou reconstituídas em particular. Muitos pais, ao cuidar e educar seus filhos, usam de estratégias e manejos já conhecidos, vividos em outras épocas, na convivência com seus parentes. A violência intrafamiliar constitui-se um exemplo disso, pois o modelo abusivo, herdado em outras gerações, tanto quanto a exposição à fatores de risco, padrões relacionais entre fratrias e entre casais, estendem-se ao longo dos anos (KROM, 2000).

Corroborando com a idéia de que a exposição a este tipo de abuso pode ocorrer através de uma realidade psíquica, utilizando-se de seu imaginário a partir de estórias ou histórias narradas por antepassados ou até mesmo de uma realidade não muito distante, mas muito próxima e real, Cromberg (1994, p. 22) dá sua contribuição, expondo que:

²⁵ Fundadora do The Body Shop International, mais informações ver site: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=23778>, acessado em 12/11/2006.

[...] o ato incestuoso se dá numa situação incestuosa preexistente, onde as posições e lugares familiares estavam permeados por fantasias ou realidades que muitas vezes dizem respeito a mais de uma geração. Essa situação funciona como o murmúrio, o ruído que prepara, à revelia consciente dos protagonistas, a ocasião do ato sexual incestuoso. O que não foi elaborado psiquicamente pela geração anterior, e às vezes por mais de uma geração, repete-se como ato e não mais como fantasia ou outra representação simbólica na geração seguinte.

A recomposição ou reconstituição das famílias, portanto, constitui um fator de risco para a reprodução destes modelos abusivos, mesmo que sejam por meio da exposição, uma vez que reúne pessoas com vivências distintas. A exemplo disso, três dossiês (1, 4 e 9) trazem veemente a reprodução desses padrões abusivos associados a outros tipos ou formas de violência a que estão submetidas crianças e adolescentes. Em uma destas famílias (dossiê 1), a dinâmica abusiva atravessou três gerações, da avó à neta. Cabe salientar que estas famílias são assistidas há mais de três anos pelo serviço de proteção, sendo que neste período os abusos perpassaram com diferentes abusadores, inclusive pela mãe que também já fora vitimizada sexualmente, assim como todos os filhos. Isso significa que essas vivências são muito presentes no sistema familiar e precisam ser trabalhadas em caráter preventivo. Neste caso, tais violações podem se configurar no coletivo, uma vez que, quando juntos, assistiam às cenas de sexo explícito da avó em uma geração; na outra, eram os filhos expostos a outras formas de violências. São famílias cuja exposição faz parte do histórico de vida familiar.

A noção de que pessoas responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes assumam o papel protetor, evitando que depositem nelas a responsabilidade de se defenderem de adultos abusadores sexuais, é defendida por estudiosos da área e prevista na legislação vigente. Esta desproteção possivelmente está sedimentada por bases históricas advindas de outras gerações. Evidenciamos tal situação em dois dossiês (1 e 4) em que as mães apresentam comportamentos similares aos de suas mães, demonstrando a inversão dos papéis e a não-proteção, também repassados intergeracionalmente nestas famílias, desenvolvendo, desse modo, uma socialização pela violência. Em outro dossiê (4), repete-se a violência sexual intergeracional do pai com a filha na primeira geração, culminando com o suicídio da avó materna. O terceiro dossiê (9) traz uma característica interessante por se tratar de um abusador (meio-irmão) que sofrera violência.

Nesta perspectiva, compreendemos que, dentre as famílias não recompostas, as chefiadas por mulheres são igualmente vulneráveis a fatores de risco, pois, em duas delas

(dossiês 2 e 7), as irmãs mais velhas assumiam os cuidados dos irmãos menores no lugar das mães, posicionamento igualmente defendido por Rufo (2003). Nestes casos, as mães que tinham a função de responsabilidade para com o cuidado dos filhos mostraram-se pouco protetivas no que se refere ao cuidado e segurança deles, inviabilizando o cessar da violência mesmo após a revelação. A passividade materna é um agravante que também contribui para a perpetuação da violência sexual e conseqüente exposição contra mais de uma vítima no sistema familiar.

O descrédito do progenitor não abusivo gera, nas vítimas do abuso, sentimentos de medo, culpa, impotência, que minam as possibilidades de autodefesa perante as investidas do abusador, que, associado às ameaças, por parte deste, acabam por neutralizá-las.

Outra situação que nos chamou a atenção foi o fato de a mãe ter flagrado (dossiês 1 e 3) a cena e ter tomado medidas para proteger os filhos, porém insuficientes, colocando em xeque a figura materna, responsável por garantir a proteção e salvaguardar todas as crianças do contexto familiar sob seus cuidados. A mãe fez mudanças no espaço físico ao colocar portas e paredes, agrediu fisicamente o abusador, submeteu os irmãos menores à companhia da vítima preferencial, entre outros foram tentativas, em vão, de solucionar o problema. Pensou ela que ações como estas pudessem cessar a violência, mas, nestes casos, atitudes mais efetivas como buscar auxílio especializado poderia garantir maior eficiência não só para a vítima identificada, como a todos os membros familiares. Outros dossiês (5, 6, 7 e 8) revelam atitudes, ainda, tão ou mais inexpressivas frente ao abuso sexual e a exposição.

Segundo autores como Forward e Buck (1989), o incesto se instala em famílias nas quais se verifica a existência de conflitos e tensões, cujos papéis familiares e limites individuais estão inversos, confirmando os dados encontrados nos dossiês.

Além disso, o fenômeno da violência sexual intrafamiliar é perpassado pelo abuso de poder do adulto sobre a criança, pela discriminação de gênero, desafiando as relações saudáveis que envolvem a confiança entre seus membros, podendo se estender por anos.

As questões econômicas podem reforçar o poder do abusador na família não só em relação às crianças, mas a todos os demais membros, que, na maioria dos casos estudados, dependem dele financeiramente. Nas famílias pesquisadas a precariedade em

suas condições de vida era uma constante. O trabalho informal preponderava, aliado a outras vulnerabilidades como habitação precária, ausência de privacidade, tanto quanto a falta da mãe eram fatores de desproteção para as crianças, e reforço do poder do provedor e ou abusador, conforme os dossiês (1, 2, 5, 6, 7 e 8).

Furniss (2002, p. 53) indica que, em muitas famílias marcadas pelo abuso sexual, a mãe, geralmente, assume o papel de progenitor não abusivo, no qual a função protetora é crucial, mais ainda no abuso prolongado e, acrescenta-se, na situação de exposição. Algumas mães tentam ser protetivas, porém fracassam nessa tarefa. Nos dossiês estudados (1, 3, 5 e 6), a primeira mãe só conseguiu acreditar porque flagrou a cena abusiva infligida pelo avô, mas, mesmo assim, reprimiu o fato, a exemplo de outras mães, que, muitas vezes, custam a admitir o que está de fato acontecendo. Esta situação demonstra, sob o nosso ponto de vista, que a recorrência do abuso sexual está intimamente relacionada à interação das figuras de apoio, pois os abusos sexuais podem se estender por anos sem que sejam notados, ou quando as crianças não são ouvidas e acreditadas.

Frente aos papéis familiares serem invertidos e os limites e as regras não claras, a violência doméstica se instala em um campo fértil de insegurança. As crianças/adolescentes passaram por várias situações de violências devido à fragilidade das figuras de proteção em assumir suas funções, enquanto o pai/padrasto trai a confiança do afeto, o outro, a mãe, não os coloca a salvo.

A pesquisa nos mostrou que a implicação de a testemunha ser um membro da fratria acarreta situação de vulnerabilidade para este sujeito que convive com o abusador sexual do irmão, podendo ser envolvido na dinâmica abusiva de alguma forma, direta ou indiretamente, inclusive sofrendo ameaças.

Desta forma, nesta pesquisa, a testemunha é considerada uma vítima em potencial, por ser alvo de ameaças e convidada a participar do segredo, o que a insere em uma situação difícil, cujas reações acabam por ser ainda mais perniciosas.

A interação da fratria

Sob o aspecto da interação da fratria, percebemos, de um modo geral, um forte vínculo afetivo entre os irmãos em cinco dossiês (2, 3, 4, 5 e 7). Isso, a nosso ver, pode incidir positivamente no momento da exposição, pois promoveria uma interação de alguma

forma protetiva. No entanto, a não-reação por parte dos irmãos-testemunha pode acontecer por medo, paralisia, revolta, apatia, entre outras formas, não deixando, porém, de serem maneiras de expressar sofrimento pelo acontecido com irmão.

Para Osório (2002), em um sistema que haja relações de fratria, qualquer atitude de proteção é esperada, ainda que esta relação seja marcada pelo abuso sexual. A falta de interação incide diretamente na comunicação entre os irmãos, podendo ocasionar a instalação de conflitos entre eles, motivados por rivalidade, pela chegada de um novo irmão, pelo tratamento especial como a vítima preferencial é tratada, brigas, e outros, conforme percebemos em dois dossiês (6 e 9), em que tanto o irmão-testemunha quanto o abusador manifestam rivalidade dos irmãos.

Em relação às funções da fratria, Meynckens-Fourez (2000) e Rufo (2003) concordam que os irmãos podem oferecer apoio nos momentos mais difíceis. Utilizando-se de estratégias de proteção podem servir de porta-voz das crianças muito pequenas. Para estes autores, ainda, nas fratrias numerosas os irmãos, de alguma forma, costumam apoiar-se mutuamente.

Algumas estratégias foram notadas nesta pesquisa. Em um dos dossiês (8) há registros de que a vítima preferencial afirma ter visto o pai praticar atos libidinosos em sua irmã, quando, então, gritou parando a ação abusiva. Em outro (5), a denunciante preocupava-se com outras crianças que possam ser vitimizadas, segundo relato extraído da ficha de denúncia, ela teme que o suposto abusador invista sexualmente contra sua enteada de oito anos. Tanto um quanto o outro privilegiam os irmãos enquanto sujeitos de atenção, evidenciando que os irmãos são citados nas denúncias enquanto sujeitos que demandam atenção por parte do serviço de proteção, embora de forma incipiente. Além disso, neste mesmo dossiê e em outro (7), os irmãos-testemunha recorreram à vizinhança para pedir ajuda.

As interações e as formas de proteção da fratria puderam ser observadas nos demais dossiês, cujas ações motivaram a saída do abusador. No dossiê (3), as irmãs-testemunha dormiam de mãos dadas com a vítima preferencial para em um rompante o abusador fosse repreendido e sua ação abusiva restasse frustrada, tal qual no dossiê (4). Nos dossiês (2 e 6), a interação foi passiva e causadora de sentimentos de medo e estado de choque. Em outro dossiê (9), os irmãos-testemunha contaram para a mãe sobre o ocorrido. Na leitura deste dossiê (9), observamos que não houve uma proteção direta no momento

que os irmãos presenciaram a violência sexual, possivelmente porque tenham sofrido abuso sexual em grupo, ocasionando uma atitude de paralisação.

Diante desta exposição, a irmã-testemunha (dossiê 6) tece o comentário aqui transcrito: “...eu ficava quietinha, com medo que ele fosse passar a mão em mim [...] eu levava sempre a gatinha pra dormir, eu me agarrava naquela gatinha...”. Esta buscou a auto-proteção, agarrava o animal de estimação para evitar que o padrasto dirigisse as investidas a ela, ficava com tanto medo, agarrada ao animal, e ao mesmo tempo imóvel diante do calvário da irmã.

A revelação da violência sexual através de conversa entre a fratria aconteceu em quatro cenas abusivas (dossiês: 1, 2, 4 e 7), evidenciando que uma interação mais próxima entre a fratria pode culminar com esse tipo de revelação, uma vez que demonstra a vinculação existente e que propicia a troca de confidências.

Outra situação é a de que, ao revelar seu abuso, a vítima preferencial pode não ser acreditada. Nestes casos, a fratria pode unir-se para promover um flagrante, para o qual lançam mão de algumas estratégias para o cessar do abuso. Como no dossiê (4) em que a vítima avisa as irmãs para ficarem observando quando ela estivesse sozinha na companhia do abusador.

Sobretudo, em uma fratria, podemos encontrar diferentes tipos de personalidade, função e temperamento, além do número de irmãos que também pode incidir na maneira como eles se relacionam.

O processo de vitimização dos irmãos-testemunha

O impacto da violência contra a mulher nos sujeitos a ela expostos está fundamentado em dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância²⁶. Tais dados mostram que até, aproximadamente, 275 milhões de crianças estão expostas a este tipo de violência doméstica, destacando os efeitos devastadores e prolongados em meninos e meninas. Pode-se concluir, deste modo, que observar ou escutar episódios de violência doméstica ou, de alguma maneira, estar consciente da ocorrência desse tipo de situação,

²⁶ Em publicação intitulada Violência Doméstica de 02.08.06, cujo acesso deu-se em 12/11/2006 no site: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=23778>.

pode deixar marcas profundas, prejudicando o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças e adolescentes ao longo da vida.

Karin Koshima (2005), referindo-se a revelação como uma das fases possíveis da dinâmica do abuso sexual, aponta dois tipos: *a accidental e a proposital*. Esta última visa mudança da situação abusiva, em que a criança ou o adolescente vê-se em uma circunstância extrema e então revela. A exemplo disso, cita-se o que ocorreu em uma família pesquisada (dossiê 5) em que irmã mais velha, a vítima preferencial, diante do abuso da irmã, só então, revelou à mãe o seu próprio abuso, que não havia conseguido antes. Verbalizou que se sentiu impotente, culpada porque se tivesse revelado antes poderia ter protegido a irmã.

O *modus operandi* utilizado pelo abusador sexual varia conforme a organização das famílias. Em uma das exposições (dossiê 1), este, premeditadamente, buscou alternativa para distrair os irmãos-testemunha no momento que abusaria sexualmente da vítima preferencial, uma vez que estes sempre a acompanhavam no momento das suas investidas. Deu, então, um aparelho celular para que a testemunha pudesse brincar, desconsiderando possíveis reações deste irmão diante da sua atitude, bem como o tabu do incesto. Desta maneira, independente do jargão legal ou psicológico, ignorou as conseqüências que uma cena destas pode ocasionar para o subjetivo de quaisquer testemunhas, corroborando com o que diz Forward e Buck (1989), seja qual for a forma pelo abusador utilizada.

Na dinâmica abusiva das famílias estudadas existe, a exemplo do que falam Perrone e Nannini (1998), um ‘consenso implícito rígido’, cuja violência sexual acontece de maneira ritualizada, isto é, as cenas se repetem quase sempre da mesma forma, no mesmo momento e local. Um dos dossiês pesquisados (6) é ilustrativo dessa situação relatada pela irmã-testemunha, que revela o *modus operandi* do abusador: este acendia a luz do banheiro, dirigia-se ao beliche onde dormiam as duas irmãs, consumava o abuso, apagava a luz do banheiro e ia se deitar na cama da mãe. Esse ritual, acompanhado pela irmã, perdurou aproximadamente quatro anos.

Continuando, o autor aponta três aspectos envolvidos neste consenso: espacial, temporal e temático. No dossiê anterior (6), os dois primeiros aspectos foram notados, uma vez que o abusador já tinha seu território demarcado (o quarto, a luz do banheiro acesa). Para este a interação violenta já tinha local, hora e sujeitos delimitados e demonstra que a presença da irmã-testemunha no momento do abuso sexual contra a outra irmã não o

intimidou, ele não se preocupou com a possibilidade de ser flagrado por esta que dormia no mesmo quarto da irmã. Nesta pesquisa, o quarto predominava como espaço para a exposição do abuso sexual, aparecendo em sete dossiês.

A ocasião da exposição também pode ser premeditada pelo abusador, sendo um momento oportuno, quando todos na casa dormem, como aconteceu em dois dos casos pesquisados; e outro quando a mãe sai para o trabalho ou não está em casa, ficando a fratria sob os cuidados do perpetrador do abuso.

No momento de duas das exposições sexuais contra os irmãos, a presença de irmãos não impediu o abusador de concretizar o seu desígnio, fato que pode indicar uma provável intencionalidade de expô-los a tal violência. Outros abusadores, a exemplo do que se constatou em alguns dossiês (1, 6 e 9), não se preocupam em serem vistos por outras pessoas ou serem flagrados, podendo significar que os impulsos sexuais são mais agudos que o fato de serem flagrados ou, ainda, que as possíveis testemunhas não ofereçam ameaça ou sejam fáceis de serem intimidadas.

Os mesmos autores antes citados, ao se referirem ao tabu do incesto, acreditam que este possa funcionar tanto para evitar o abuso sexual como para que o mesmo possa ser revelado.

As apreensões da cena abusiva podem ocorrer pelos sentidos e podem estar isolados ou não. Dessa forma, a testemunha pode apreender o abuso sexual por exposição visual, auditiva, olfativa ou manual, sendo que em uma única cena pode ser flagrada por mais de um destes sentidos. Em somente um dos dossiês (3) os irmãos-testemunha apenas ouviram, nos restantes (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9) foram testemunha ocular e usaram de mais de um sentido para acompanhar o *modus operandi* do abusador. Em cinco dos nove dossiês (1, 5, 7, 8 e 9), os irmãos-testemunha tiveram as presenças notadas pelo abusador no momento da exposição. Em quatro (2, 3, 4 e 6), presenciaram sem serem vistos.

O fato de um abuso sexual ser testemunhado por outras pessoas fora da díade abusador-vítima abala os alicerces do complô de silêncio que poderia ser mantido, caso esse ato não fosse flagrado por uma terceira pessoa. As testemunhas podem revelar o segredo, assim transformando-se em evidência forense, pois, legalmente, o seu depoimento poderá constituir-se em prova testemunhal, mas também, podem ser intimidadas, por meio de olhares ou palavras, a permanecerem no segredo do que vêem ou ouvem (dossiês 1 e 9).

Muitas vezes, na dinâmica de abuso sexual, somente o flagrante possibilita que a violência seja publicizada, tendo em vista que, além do autor da violência e da vítima de toque, outros membros familiares obtêm conhecimento do que vem acontecendo no ambiente familiar. Thouvenin (apud, GABEL 1997) vem problematizar essa questão, sinalizando o risco que correm as crianças que revelam esse tipo de situação no ambiente familiar, uma vez que são transformadas em testemunhas de acusação de algo terrível, por isso muitas ainda não são ouvidas.

Perrone e Nannini (1998) admitem que as vítimas de violência sexual de seus entes queridos possuem uma dupla posição, de sacrifício ou privilegiada, capaz de manter a coesão familiar, sacrificando-se para poupar outro membro familiar. Essas vítimas convivem com a culpa e têm sua infância precocemente roubada, pois são portadoras de um segredo, muito provavelmente e em grande parte, decorrente da vergonha e da culpa que sentem.

Na fratria acontece que, em geral, os mais velhos são aqueles que primeiramente sofrem o abuso. Segundo esses mesmos autores, existe a possibilidade de o abusador vitimizar outros irmãos, em decorrência os irmãos mais velhos são induzidos a não aceitar mais a situação e a revelar o abuso sexual. O sacrifício deste irmão, contudo, tem uma função protetora para outros irmãos.

Nesta trama as conseqüências são avalassadoras para as vítimas, de onde incluímos a família como *locus* violento. Perrone e Nannini (1998, p. 102-103) acerca disto afirmam que:

[...] por último, aunque a veces el incesto no perturba los resultados escolares o profesionales, a menudo la angustia se manifiesta en forma de síntomas psicossomáticos: miedo al fracaso, claustrofobia, terrores nocturnos, enuresis, amenorrea, y también intentos de suicidio y anorexia. En la observación clínica aparece todo el repertorio de síntomas psicológicos: fatiga, falta de concentración, comportamientos no convencionales (fugas, crisis de cólera, insolencia, desenvoltura, súbitos reproches y recharzo)., repliegue, bloqueo, desinterés, pérdida de la curiosidad, trastornos mnésicos.

Conseqüências são verificadas em vítimas de forma distinta e dependem de uma série de fatores. A dupla vitimização caracterizou-se em quatro dossiês (1, 5, 7 e 8) pelo fato do abuso sexual ter lhe conferido um status de vítima em um dado momento e testemunha em outro, sobremaneira por ter sofrido abuso sexual direto e indireto em dois

momentos distintos. Desta forma, a vítima preferencial passou por situação de violência em circunstâncias diferenciadas, o que promoveu a intensificação de seu sofrimento e potencialização de comportamentos ou atitudes negativas, como irritabilidade, desobediência, impaciência. Além disto, as irmãs-testemunha-vítima apresentaram comportamentos variados, de auto-piedade, falta de manifestação verbal só gestual, impotência, culpa, etc, o que sugere um quadro de estresse pós-traumático. Nesta pesquisa os dados nos mostram que dos vinte e um irmãos-testemunha, seis, passaram por este duplo processo de vitimização.

Diferente da vítima direta duas das irmãs-testemunha manifestaram medo de ser a próxima a receber as investidas do abusador através do toque físico direto. Por conta disto, apresentaram de acordo com o resultado dos dados colhidos, dificuldades no aprendizado escolar e problemas comportamentais.

Ainda, como consequência, aparecem informações de reflexos na escola expressos por meio de dificuldades de aprendizado, evasão e não adaptação a este convívio social, as quais pudemos constatar em outros dossiês no desenrolar desta pesquisa.

As reações dos irmãos-testemunha quando estes, são muito pequenos são imperceptíveis, embora reproduzam a cena através de falas ou gestos como ocorreu em um dossiê (1) que as crianças ao presenciarem o abuso sexual da irmã repetiam as falas do abusador aos demais parentes. Assim como uma criança que cresceu assistindo as cenas de violência contra a mulher dentro de casa, a probabilidade de agredir seus futuros cônjuges é imensamente previsível. Após uma descoberta de abuso sexual pelos irmãos quando do flagrante da prática abusiva é sabido que muitas crianças e adolescentes expostos a esse estressor intrafamiliar acabam imprimindo consequências negativas, precoce ou tardiamente, permanecendo muita vezes estas reações ocultas até a fase adulta.

O fato de retrair-se acarretou consequências ainda maiores para a vida de um dos irmão-testemunha, (dossiê 2), pois o mesmo sentiu-se responsável por não ter conseguido proteger a irmã das investidas do abusador sexual. Desta forma, não reagir a cena exposta por medo seja do próprio abusador, ou seja, da própria mãe acaba por gerar problemas psicossociais interferindo nas fase de seu desenvolvimento. De acordo com este dossiê, a Psicóloga nas suas percepções, apontou o mecanismo de defesa de negação que neste caso específico, deste irmão-testemunha existe duas grandes dificuldades: “a primeira refere-se ao fato de que ao presenciar a violência sexual envolvendo uma das irmãs, este ficou muito perturbado, pois, com o passar do tempo manifestava sofrimento ao

relembrar dos episódios desta violência presenciada até o ponto de não querer mais tocar no assunto. Assim ficou evidente a necessidade de tê-lo incluído rapidamente no tratamento. Já sua irmã mais velha, ao contrário, ao saber pela vítima teve uma reação enérgica e lutou pela responsabilização do abusador.

Acerca deste assunto, Furniss (2002, p. 311) afirma que não podemos esquecer os irmãos das crianças sexualmente abusadas, estes no momento inicial, da revelação são excluídos do processo e toda a atenção recai sob a criança abusada diretamente. Mais adiante o autor indica que: assistir o abuso sexual de um irmão ou simplesmente saber sobre ele pode ser extremamente traumático e em um ímpeto de auto-proteção estes buscam esquecer o que presenciaram ou ficaram sabendo.

Em uma fratria independente do número de irmãos de que a comporte, cada um pode reagir a uma situação abusiva de formas diferenciadas. Alguns de início não acreditam nas vítimas preferenciais como aconteceu no dossiê (4) um dossiê, logo que presenciaram os irmãos-testemunha buscaram alternativas de proteção para esta irmã, vítima preferencial, das investidas sexuais do pai. Aqui nesta família após a revelação as irmãs falavam sobre o ocorrido com certa naturalidade, o que foi sugerido por Habigzang (2004) como uma dessensibilização à violência.

A reação de cada membro da fratria pode variar conforme a faixa etária, questões de gênero, papéis e funções que estes exercem, a exemplo do que falam Ostyn e Meynckens-Fourez (2000), Furniss (2002) e Rufo (2003). Atualmente percebemos nas crianças e adolescentes diferentes reações pós-traumáticas em casos de abusos sexuais.

Outra reação é a banalização do abuso sexual pela exposição observada nesta família. Verificamos que a violência quando não é um segredo instaurado na família, pode se transformar em uma rotina diária permitindo a naturalização ou banalização desta violação dos direitos de viver em um ambiente sadio livre de violências.

Além disto, para Summit (1983, apud GABEL, 1997) ao abordar a violência sexual contra crianças indica que o momento da revelação é desolador para os sujeitos envolvidos no abuso, pois desencadeia sentimentos de medo ou vergonha desta violação vir à tona. Além disto, em meio a difícil tarefa de cessar a violência infligida contra um dos irmãos, algumas crianças negam, retratam²⁷ ou acabam adaptando-se a esta situação

²⁷ Retratar é entendido pelos profissionais que atuam com este fenômeno da violência como a retirada do que foi dito pela criança sobre o abuso, negando o abuso ou a autoria destes.

abusiva vivenciada, afim de garantir a sua sobrevivência psíquica diante da realidade dos fatos.

A negação e a retratação constituem-se em mecanismos de defesa utilizados neste sistema familiar quando da ocorrência de abuso sexual. Ligadas a pelo abusador como decorrente da educação sexual recebida; da mãe por medo de que os atos violentos acabem voltando-se para si mesma, de perder os filhos, da instabilidade financeira que tem o companheiro como provedor do lar, por não ter recebido apoio em situações adversas e agora não sabe como proteger os filhos, por abalar a relação conjugal, para evitar conflito. Já a criança utiliza desse mecanismo para manter a imagem de sagrada família, por vergonha e culpa.

Essas reações caracterizadas pela criança através do segredo, da vulnerabilidade da criança, da adaptação ou da retratação, segundo o autor, são alvo de preconceitos por parte dos adultos. Para as crianças são formas que podem distorcer a realidade ou até mesmo o seu estado emocional, ou ainda poderia estar associado ao desenvolvimento de algumas síndromes, como as de: Adaptação, do Campo de concentração ou de Estocolmo²⁸.

As pressões internas e externas evocadas no contexto onde ocorre o abuso, assim como, a revelação são devastadores para a família. Tais pressões configuram-se sob a forma de ameaças feita pelos abusadores ou da interiorização por parte de quem sofreu com essa experiência, o que permite que as vítimas sejam elas, direta ou indireta, não identifiquem o abuso como abuso, o assuma como algo normal ou ainda crie uma interação relacional com a pessoa que abusa.

Todos estes subterfúgios são maneiras encontradas pelas vítimas de se auto-protegerem de seus algozes ou de criarem estratégias pseudonormalizadoras para enfrentar estas situações extressantes, se adaptando e internalizando o abuso sexual como se nada tivesse acontecido.

Atitudes como estas, descritas por Summit (1983, apud Gabel, 1997) vem corroborar com o que autores como Gabel (1997) e Furniss (2002) denominam de mecanismos de defesa, os quais podem desencadear manifestações comportamentais como

²⁸ Sobre este assunto, ler Summit (1983) e também consultar o Trabalho de Conclusão de Curso de Leandra Nunes Karsten, defendida em 2006.2 e orientada pela Professora Dra. Catarina Maria Schmickler, em Florianópolis/ SC.

a: agressividade, raiva, auto-punição, de alguns irmãos-testemunha, conforme fora evidenciado em cinco dossiês (1, 2, 6, 7 e 9).

A exposição pode não ser o foco de toda a desorganização pessoal e social das testemunhas, mas pode em muito contribuir para um desenvolvimento sócio-emocional inadequado. E associado a outros estressores intra e extrafamiliares pode ocasionar traumas irreversíveis.

O pacto de segredo que se tentava firmar funcionava conforme Furniss (2002) enquanto evitador de conflitos familiares, em contrapartida a revelação por um dos irmãos-testemunha como regulador dos conflitos que tentavam desviar o foco da atenção.

No dossiê (6), a exposição deu-se por meio da percepção visual e auditiva e trouxe para a irmã-testemunha, sentimentos comuns aos da vítima direta, desta maneira, desencadeando um processo de vitimização, a partir de ângulos diferenciados. Sobre isto Dobke (2001) fala que a revelação pode ser realizada a partir de um estado de sofrimento tanto da vítima direta ou da própria testemunha.

Neste contexto as irmãs não conversavam sobre o abuso, embora ambas soubessem, tendo em vista que a vítima indireta e acompanhava o modus operandi do abusador, desta forma, hipotetizamos que por sua imaginação provavelmente passariam diversos sentimentos fabricados a partir da imagem que choca e das motivações para que o abuso assumisse sua forma, cujos sentimentos: ciúme, impotência, medo, raiva, etc. Ainda nesta dinâmica abusiva, a revelação do abuso sexual foi confirmada pela irmã-testemunha, uma vez que a mãe não acreditou de início no relato da vítima preferencial, servindo esta de apoio na sustentação da revelação e conseqüente instauração de uma crise familiar.

Em uma fratria perpassada pelo abuso sexual, a exposição deste, transforma as testemunhas em evidência forense. O que aumenta suas chances de seqüelas de alta complexidade, tema este abordado por Sluzki (1996). Sobre este assunto, o mesmo autor define a síndrome de stress pós-traumático (SSPT) a partir do sistema diagnóstico da Associação Psiquiátrica Norte-Americana, O DSM-III R que tratam violência, enquanto fato traumático, como um acontecimento na habitual que causa ‘desassossego’ em qualquer pessoa, funciona tal qual uma ameaça ou risco de vida da sua pessoa ou a outras que lhe são próximas, como cônjuges, irmãos, filhos, amigos, entre outros parentes ou ainda presenciar um agravo causado a quaisquer pessoas.

No transcorrer desta pesquisa constatamos que a exposição em três dos dossiês (1, 2 e 9) aconteceu de modo proposital, ou seja, o abusador pareceu não se preocupar com a presença dos irmãos-testemunha, e em seis dossiês (3, 4, 5, 6, 7 e 8) as cenas abusivas a exposição se deu de maneira acidental, sem a intenção do abusador de ser flagrado. Em dois dos dossiês (2 e 9) a exposição confunde-se com abuso coletivo, pois os irmãos-testemunha tem uma interação mais próxima do que meramente observadores.

Muitas vezes os sintomas da exposição da violência são múltiplos, podem ser de ordem comportamental, psicológica e social, estes, podem aparecer concomitantemente, como verificamos no quadro acima. O aparecimento deste quadro traz efeitos nocivos para vítimas de violência que tem seu desenvolvimento psicológico, social e cognitivo caracterizando um processo de vitimização digno de atenção, que não pode ser negligenciado.

Fazendo um paralelo Gabel (1997) chama atenção para as consequências dos abusos sexuais nas crianças que podem manifestar-se de diferentes formas. Com ou sem o emprego da força, assim segundo a mesma autora as consequências afetivas são as mais sérias e difíceis de detectar, além disto geram sentimentos de culpa, depressão, dificuldades nos relacionamentos e problemas de ordem sexual na fase adulta, etc. Outrossim, este mesmo autor adverte que:

[...] não há certeza alguma de que os abusos sexuais deixem, em todas as crianças, marcas tão profundas ou indelévels: talvez sejam mais a vulnerabilidade, a idade da criança, a repetição e o tipo do abuso ou o silêncio em torno da criança que fundamentam a gravidade do traumatismo.

Assim, tanto a vítima direta ou a testemunha experenciam no contexto do abuso sintomas perversos e precisam de acompanhamento, porque podem tornar-se abusadores na fase adulta.

Pudemos ver que ao contrário da revelação da violência sexual a exposição não condiciona a interrupção desta violência, pois a incidência da exposição aumenta quando a criança ou o adolescente não dispõe de uma rede familiar adequada para cuidar da sua segurança no lar, cuja pessoa de confiança não está preparada para ouvir a revelação de que uma criança esteja sendo abusada (GABEL, 1997).

Estudos sugerem que é na adolescência que ocorre uma maior incidência à exposição e dos traumas que advém desta, pois segundo (BARUDY, p. 30-31 apud Veleza Dobke, 2001):

[...] a insuportabilidade do fato abusivo ocorre, normalmente, quando a vítima está na pré-adolescência ou adolescência, em processo de desapego da família, buscando seu desligamento do poder familiar, com novos desafios e necessidades, por exemplo conviver com pessoas de sua idade, e o abusador faz o possível para reter a vítima na família, porque percebe que o segredo pode ser revelado se isto não ocorrer.

Geralmente os técnicos se voltam mais para o atendimento da vítima que adentrou no Programa. Das testemunhas apresentadas nestes dossiês ficou evidente a necessidade de tê-las incluídos rapidamente nas sessões de tratamento, tendo em vista os traumas apresentados pela exposição à violência eram latentes.

Sobre as vítimas que assistiram aos abusos, Rech (2005) apoiada em autores como Furniss (1993) Perrone e Nannini (1998) e Saffioti (1989), a autora em sua dissertação de mestrado admite que “é importante considerar os elementos perniciosos envolvidos nesta "interação passiva", como o sentimento de impotência e de culpa, o compartilhar do medo e dos segredos, o adultocentrismo e o aprendizado da violência por mimetismo²⁹”.

Nesta perspectiva a reprodução da ação sexual abusiva captada por parte da criança e do adolescente através da violência sexual a eles exposta, pode caracterizar em alguns casos pelo aprendizado da violência mimética.

Diversos danos podem alternar ou aparecerem concomitantemente nas crianças e adolescentes expostos a vitimização de irmãos. Os sentimentos de impotência, medo e culpa foram manifestados nos expectadores da violência sexual perpetrada aos irmãos, percebidos em cinco famílias, ilustrado pela criança de 4 anos, que tentou impedir o estupro da irmã, afastando fisicamente o pai, ou ainda, o irmão que temeu a atitude do abusador sexual da irmã (dossiê 2), bem como a da mãe, ou ainda do irmão que caiu no descrédito (dossiê 5) . Outro sentimento apresentado foi o de raiva tal qual é ilustrado em

²⁹ Mimetismo é o "fenômeno pelo qual, diversos animais tomam a cor e a configuração dos objetos que os cercam, ou dos animais que seus predadores temem" (XIMENES, 2000) De forma análoga nos [animais] humanos, a reprodução do comportamento violento pela vítima ocorre, dentre outros determinantes, ao que Cárdia (1999, apud AMARO, 2003) pesquisou: pela comunicação e aprendizado cognitivo desta violência.

dois dos dossiês (4 e 9) que na exposição à violência sexual dos irmãos está associado ao comportamento agressivo como reação, encontrado em muitas situações.

Isso condiciona a um olhar mais atento para as vítimas da exposição sexual de irmãos.

A Resiliência, segundo a Assistente Social americana Froma Walsh (2005), que consiste na capacidade de superar os desafios da vida nos casos de sobreviventes de situações adversas no contexto familiar, foi percebida no comportamento de algumas crianças e/ou adolescentes expostos a vitimização de um ou mais irmãos, aparecendo em dois dossiês (3 e 4), cujos irmãos-testemunha apresentam um olhar resignificado acerca da experiência negativa vivenciada, que lhes possibilita o bem-estar na fase da vida em que se encontram.

Para autores como Brito e Koller (1999 apud HABIGZANG; CAMINHA, 2004) esta pode estar ligadas a fatores de risco e proteção, e também pode estar relacionado ao fato destas testemunhas terem sido incluídas nos serviços de proteção. Sobre isto nos apropriaremos melhor através do item subsequente.

2.2 Serviço de proteção: a inserção do irmão-testemunha no setor de acompanhamento do Programa Sentinela

O segundo eixo deste estudo trata da inserção no serviço de proteção dos irmãos-testemunha, apresentado na tentativa de conhecer como se dá o acompanhamento deste serviço de proteção dispensado ao sujeito desta pesquisa, advogando o seu protagonismo infanto-juvenil, conforme preconiza o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, enquanto Política de atendimento. Além disto, desvendaremos neste item as estratégias eventualmente utilizadas por tais serviços para privilegiar a testemunha e sob que ângulo.

Processo de acompanhamento familiar 1: a família em questão foi inserida no Programa devido ao abuso sexual sofrido por Alanis, vítima do avô materno, e do padrasto em outro momento. As entrevistas com os técnicos indicam que o emergente, quando da entrada da família no Programa, era o conflito entre a fratria, tendo em vista, a

chegada da meia-irmã ao convívio familiar. Realizou-se atendimento com os irmãos, menos com Albert que, na época, não era nascido. Cogitava-se o desligamento da família que mostrava mudança significativa, porém, com a denúncia de abuso sexual envolvendo Alanis e Agata, o foco mudou e as orientações se dirigiram para a auto-proteção, ao processo de vitimização e à resignificação da violência sofrida por elas, neste novo momento, evitando a não reprodução. Além dos atendimentos na sede do Programa realizaram-se visitas domiciliares, a fim de conhecer a dinâmica familiar in loco.

Além disso, buscava-se empoderar a mãe para que ela se inserisse no mercado de trabalho e não dependesse mais financeiramente do companheiro, protegendo, de fato, seus filhos.

Processo de acompanhamento familiar 2: a família foi iniciada no Programa devido ao histórico de três denúncias de violência sexual sofridas pelas irmãs Brenda e Brigitte. Segundo entrevista com a assistente social esta família mostrou-se receptiva às orientações e aos encaminhamentos técnicos, mas, na prática, não havia uma real adesão ao tratamento familiar proposto. Em relação aos objetivos do atendimento, trabalhava-se aspectos relativos à dinâmica, à educação dos filhos, ao relacionamentos entre mãe e filhos.

Sobre a violência sexual, as intervenções eram centradas na auto-proteção, tendo em vista a circulação de pessoas no convívio familiar.

Nessa família, atipicamente houve atendimento ao irmão-testemunha devido às graves conseqüências, uma vez que as outras irmãs foram vítimas. O atendimento a Bernardo centrou-se em orientações sociais acerca do episódio presenciado para que, diante da exposição, não se calasse, ao contrário, que tomasse qualquer atitude, qual seja, gritar, buscar pessoas de confiança para revelar, em vez do imobilismo de conseqüências tão danosas. Na percepção da técnica, faltou complementar o atendimento social com o psicoterápico, pois Bernardo fechou-no no segredo e também devido à escassez deste profissional no Programa.

Um aspecto positivo destacado foi o vínculo estabelecido entre a profissional do serviço social e a família que recorre ao Programa sempre que necessita. Esse atendimento encontrava-se prejudicado devido a ausência de vale transporte.

Processo de acompanhamento familiar 3: a família em apreço vivenciou o abuso sexual de uma das filhas perpetrado pelo meio-irmão na ocasião em que o mesmo visitava os familiares. No entanto, a entrevista com a assistente social revela que a queixa inicial, trazida pela família, era pertinente à dificuldade de relacionamento entre a fratria, bem como o conflito do casal.

O relato técnico aponta para o atendimento inicialmente centrado em outras demandas como a internação da mãe para tratamento de dependência química e pouco investimento no trato da questão do abuso sexual, quiçá em relação a sua exposição.

O atendimento na época da pesquisa a essa família encontrava-se prejudicado pela falta de adesão, agravado pela falta do benefício social de vale transporte.

Processo de acompanhamento familiar 4: a família foi atendida devido ao abuso sexual contra a meia-irmã Daphini pelo padrasto. Em entrevista com as técnicas, percebe-se que o foco está voltado para a família em sua totalidade, porém procurava-se trabalhar a auto-proteção e resignificar a violência para poderem se perceber enquanto vítimas.

Infelizmente, apesar do longo prazo de atendimento não se observa mudança significativa na família em um curto prazo, devido à complexidade dos problemas, motivados pelos genitores. O potencial dessa família eram os fortes laços familiares.

Na época da pesquisa, a adesão da família se dava somente através dos dois irmãos-testemunha: Dandara e Dimetri, uma vez que a mãe encontrava-se com a saúde debilitada e o agressor faleceu. A vítima e a terceira irmã-testemunha completaram a maioridade e optaram pelo não atendimento. As orientações são relativas à forma como encaram suas dificuldades pessoais e sociais, assim como efetuaram-se os encaminhamentos que se fizeram necessários, ainda não pertinentes à exposição sofrida.

Processo de acompanhamento familiar 5: em outubro de 2001 entrou denúncia envolvendo a família devido ao abuso sexual de Eloá e, posteriormente, de Etel pelo padrasto. Iniciaram atendimento um ano após, em outubro de 2002. A partir das informações da assistente social, verificamos as intervenções dispensadas à fratria acerca da exposição do abuso sexual: Eulália está recebendo atendimento terapêutico na

Instituição onde se encontra abrigada. Eloá e Etel tiveram atendimento psicológico durante um ano, tendo se avaliou-se que foi bom para elas, porque se privilegiou a auto-proteção, a culpa, o processo de vitimização. Com a saída da psicóloga a, assistente social assumiu o atendimento.

Estevão, embora seja o que mais precise, de acordo com avaliação técnica, não aderiu aos atendimentos. A mãe exerce uma influência muito grande sobre os filhos e sempre atribui os problemas familiares intervenção da equipe do Programa. Conforme aparece em abordagem com Etel, esta depõe contra essas intervenções, dizendo que, a chegada do Programa, provocou uma ruptura dos vínculos familiares com o afastamento do padrasto, que era o provedor do lar, tendo a genitora que trabalhar fora para sustentar a família. Esse depoimento retrata o sentimento da vítima acerca da intervenção do serviço público em sua vida privada. Tais medidas em prol da criança aumentam suas angústias, decorrentes de sentimentos de culpa pelas mudanças originadas na dinâmica familiar percebidas pela criança enquanto geradoras dos conflitos instalados após a revelação do abuso de caráter incestuoso sofrido.

Processo de acompanhamento familiar 6: a família inseriu-se no Programa devido à vitimização sexual de Fanny pelo padrasto, na data de dezembro de 2002. Em extrato da entrevista com a técnica, constatou-se que o objetivo dos atendimentos com a família era averiguar consequências comportamentais na vítima identificada, focalizando o trabalho na relação difícil entre mãe e filhos.

Os atendimentos não eram contínuos e a família apresentava muitas faltas sempre com as mais variadas justificativas. A fratria sequer era envolvida e muito menos a irmã-testemunha.

Processo de acompanhamento familiar 7: o abuso sexual sofrido por Geórgia e Gládis aconteceu na ausência da mãe, quando o pai levou as filhas para um acampamento em outro Estado. A proposta de intervenção inicial foi focada na referida adolescente (Geórgia) vítima-testemunha com atendimentos sistemáticos. Foi possível trabalhar o foco de conflito decorrente das relações familiares, assim como as consequências e danos da violência sexual sofrida por ela. Não verificamos em nenhum momento, neste dossiê,

intervenção voltada para a questão da exposição, estando totalmente centrado no abuso sexual sofrido.

Processo de acompanhamento familiar 8: a família adentrou ao Programa devido ao abuso sexual sofrido por Haidê e Hanna perpetrado pelo pai. O atendimento não tem sido constante, tendo foco centrado em Hanna. Através de atendimento psicológico individual, procura-se fazer com que ela entenda o que o pai fez e tente compreender mais a irmã, mesmo assim, ela tem apresentado outros problemas comportamentais e na escola, devido às ameaças que o pai faz de assassinar a mãe. Haidê vítima-testemunha completou a maioridade e optou por não aderir mais aos atendimentos. A mãe é protetiva e denunciou o pai no momento necessário, por orientação do Programa.

Processo de acompanhamento familiar 9: família foi trazida para atendimento devido à vitimização perpetrada pelo meio-irmão contra seu irmão mais novo, na presença dos demais irmãos.

O objetivo do atendimento familiar era tratar os danos da violência, fazer um trabalho de prevenção, assim como fortalecer as estratégias de proteção dos irmãos em relação à vítima preferencial enquanto esta não tivesse condições de se defender. A psicóloga trabalhou no mesmo sentido, tentando discutir o sentimento de medo que tinham em relação ao abusador.

2.3 Analisando o processo de acompanhamento familiar pelo Programa Sentinela

Segundo Froma Walsh (2005), evidencia-se um alto índice de famílias que chegam aos serviços de proteção para serem atendidas com múltiplos problemas de alta complexidade. A autora apresenta estatísticas não muito favoráveis que indicam que a maioria dessas famílias vem sendo mal atendida, tendo em vista que os serviços têm se baseado no déficit familiar e se centrado no indivíduo. Aos profissionais recomenda que atentem para informações capazes de desvendar as forças da família em uma perspectiva positiva, buscando conhecer os desafios, as vulnerabilidades, os estresses quanto a seu

significado e impacto, a fim de seguirem em frente com propostas inovadoras que visem o potencial das famílias atendidas.

Concordando com Froma Walsh (2005), verifica-se que frequentemente os serviços de proteção recebem famílias cuja crise concentra-se em um membro específico. No contato imediato com a família torna-se possível vislumbrar os problemas e perceber que outros membros podem estar precisando, igualmente, de ajuda. Assim fica fácil construir objetivos e metas enquanto fruto de um trabalho conjunto visualizado de maneira global.

Em relação à duração do atendimento (AZEVEDO; GUERRA, 2002), nas situações de violência sexual, o tempo mínimo previsto para o acompanhamento é de, aproximadamente, cinco anos, dada a complexidade dos casos, a falta de articulação da rede, os problemas familiares, entre outros óbices (in)visíveis contidos no estudo de Gomes (2005). Para ilustrar a duração do atendimento, embora não seja objeto deste estudo, chamou-nos atenção a defasagem de tempo transcorrido entre a denúncia e a entrada no acompanhamento. As famílias estudadas permanecem no acompanhamento por um período aproximado de três anos ou mais, tendo sido observado num dos dossiês (4) o lapso de tempo de cinco anos.

Grande parte das famílias que se encontram em atendimento não tem previsão de desligamento, considerando também a cronicidade dos seus conflitos e as tensões intra e extrafamiliares que redimensionam a questão da violência, além de outros aspectos ligados aos serviços e políticas públicas ineficazes.

Nesta amostra, assinalamos casos de alta complexidade, em que muitas demandas precisam ser trabalhadas no âmbito do acompanhamento durante um longo período, mais ainda se considerarmos a demanda suscitada por esta pesquisa, ou seja, o atendimento as testemunhas, esse tempo pode se estender.

Em consonância com Furniss (2002), três áreas devem ser consideradas no tratamento: o conflito homossexual e sexual entre os pais; o fracasso materno em evitar o abuso e proteger a criança; e a rivalidade entre a mãe e a criança como parceira emocional do pai, entre outras questões. A proposta defendida por esse autor é a intervenção nas três áreas, com trabalhos dirigidos ao agressor, à vítima e à família como um todo, igualmente como acontece no Programa Sentinela. Neste estudo, defendemos exatamente essa proposta e ofereceremos subsídios a partir dela como um Programa específico para o

atendimento da demanda suscitada pela violência, tendo em vista que, a partir de um olhar mais amplo sobre os sujeitos envolvidos, os irmãos-testemunha recebam merecido destaque.

Embora, na maioria das vezes, o foco inicial do Programa Sentinela esteja na vítima e na pessoa que comete o abuso sexual, na sequência dos atendimentos, outros membros recebem ajuda e apoio. Na decisão sobre o tipo de intervenção, de acordo com o autor supramencionado, os objetivos, os meios e o grau de envolvimento de cada sub-grupo profissional precisam ser claramente definidos.

A família, muitas vezes, cria divisões na rede profissional. Tentar tratar crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias sem envolver as agências legais e estatutárias pode levar à terapia “anti-terapêutica”. O apoio legal possibilita maior proteção e controle no tratamento, pois a natureza do abuso sexual de crianças pode funcionar como uma “síndrome de segredo”, para a família, e como uma “síndrome de adição”, para a pessoa que abusa, já esclarecido por Furniss (2002).

Dentre os instrumentos e as técnicas utilizadas pelos profissionais atuantes no acompanhamento do Programa Sentinela, estão as orientações e esclarecimentos em áreas específicas do conhecimento (serviço social, psicologia e pedagogia); abordagens individuais e/ou em conjunto; visitas domiciliares e institucionais; contatos telefônicos; encaminhamentos à rede de apoio; participação em audiências judiciais, além de outros.

A metodologia de atendimento do Programa privilegia o atendimento à família como um todo, embora, na prática, atenda-se, na maioria dos casos, apenas alguns membros isoladamente. Esses são alguns óbices encontrados no processo institucional, motivados, muitas vezes pela própria família, na tentativa de ‘boicotar’ a intervenção. A adesão das famílias, quanto ao acompanhamento, pode ser prejudicada também pela alternância de um profissional de referência. Nesse sentido a ruptura do vínculo profissional-família inviabiliza o processo de acompanhamento.

A diversidade de profissionais nestes Programas, tendo em vista diferentes áreas e linhas de abordagens, promove olhares distintos para a questão, inclusive no momento de pensar estratégias de ação. Deste modo, é imprescindível a troca e as discussões interprofissionais a fim de definir um plano de intervenção articulado.

A pesquisa revelou que o processo de acompanhamento familiar é descontínuo, incidindo diretamente no período deste acompanhamento, pois promove idas e vindas

relativas às metas e objetivos de atendimentos, uma vez que as famílias nesse processo passam por várias tensões, as quais modificam a dinâmica do funcionamento.

Assim, podemos ponderar, com base nos dados, que existe uma lacuna quanto ao foco de atenção que aqui se advoga: o atendimento das crianças e adolescentes expostos como testemunha à vitimização direta de um ou mais irmãos. Desta maneira, não estamos aqui desconsiderando a necessidade de atender as demandas postas, mas não notamos que o sujeito da nossa pesquisa seja privilegiado em todo o processo pós-revelação.

Neste item nos foi possível mostrar, parcialmente, que as estratégias estão diretamente ligadas à eficácia e eficiência das políticas públicas destinadas a um público alvo específico, bem como descrever a forma como o serviço de proteção à infância e à adolescência implementa suas ações no sentido de enfrentar a violência sexual contra esse segmento e como são planejados, em nível estrutural e metodológico ou ideológico.

É necessário mudar a concepção de violência e a sua forma de tratamento, envolvendo os demais membros; pensar neste fenômeno ampliando a tríade, vítima direta, progenitor não abusivo e abusador, uma vez que a questão é mais abrangente e envolve outros sujeitos como testemunhas, percebidas como vítima que precisam também ser trabalhadas.

A presente pesquisa nos permitiu perceber, ainda, que o foco de atenção do serviço de proteção centra-se nos aspectos relativos ao fenômeno da violência, dentre os quais citamos: os fatores de proteção e de risco, a reorganização e o empoderamento familiar. Muitos processos, porém, são interrompidos pela demanda de outra ordem trazida pela família, no que diz respeito a conflitos inerentes às relações que acontecem no seu interior, relacionados ao casal, à fratria, pais-filhos, questões culturais e sócio-econômicas. A exemplo disso, citamos a chegada de um novo irmão apontada, de acordo com a entrevista, como fator desestabilizador na estrutura da família (dossiês 1 e 3).

Além disso, menciona-se diversas vezes que as lentes estão voltadas para a família como um todo, porém há reservas neste sentido, porque o olhar para os irmãos-testemunha vai depender do conceito de família que o Programa adota em sua metodologia, e dos sujeitos privilegiados pela equipe profissional inserida no planejamento das intervenções.

Pelo exposto, evidenciamos que olhar para o irmão que presenciou a vitimização sexual contra irmãos enquanto vítima e conhecer seu processo de vitimização é

algo que passa despercebido pelos técnicos, algo que está encoberto pelas demandas emergenciais, pela falta de projeto de intervenção, e por despreparo dos técnicos nesta área em que até mesmo pela falta de políticas voltadas para a inclusão destas vítimas, enquanto sujeitos privilegiados deste acompanhamento.

Na maioria das vezes, na violência sexual intrafamiliar, admitem-se dois protagonistas, quais sejam, a vítima e o abusador. Assim, problematizamos, neste estudo, o emprego do coadjuvante como aquele que participa da cena de abuso sexual, de um lugar secundário. Não obstante, percebe-se que a vítima não identificada – o irmão-testemunha desta violência - reúne uma série de indicadores que dá a ele um status de vítima, demandando atenção e proteção por parte da família, da sociedade em geral e do poder público, conforme está previsto na legislação vigente, assim como contido no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil.

Em três dos dossiês os irmãos-testemunha foram inseridos no momento da notificação, pois foram mencionados no teor do boletim de ocorrência, indicando certa visibilidade para os eles enquanto vítimas potenciais na cena abusiva no seio da família. Por outro lado, em levantamento realizado nos dossiês pesquisados, constatamos que nenhuma denúncia foi efetuada pelo irmão-testemunha, mesmo por que tal dado fica prejudicado tendo em vista que as denúncias são em sua maioria anônimas.

Acerca dos sujeitos privilegiados pelo acompanhamento familiar no Programa Sentinela, notou-se, em grande proporção, que os atendimentos foram voltados à vítima sexual direta. Evidenciou-se também que os objetivos dos atendimentos para com a fratria não eram claros, embora apareça nos estudos de casos a intenção em focá-los quando da exposição, como no dossiê (5), em que a irmã mais nova, que está abrigada, demonstra claramente os efeitos nefastos da exposição, conhecida dos técnicos daquela Instituição, na qual foi abrigada. Como não do era universo desta pesquisa, não pudemos averiguar se houve uma intervenção a esta questão. Há uma previsão ínfima de continuidade dos atendimentos e de se voltar à atenção às testemunhas, uma vez que os técnicos tiveram poucos contatos com elas, mas que acreditamos ter sido tal interesse suscitado por esta pesquisa, em suas etapas iniciais.

Constatou-se que em apenas um atendimento diretivo as conseqüência da exposição do abuso sexual de irmãos para a testemunha (dossiê 2), os demais eram focados na relação da fratria ou em outros estressores intrafamiliares. Cabe ressaltar que este atendimento era focado na família como um todo, a qual passou a adotar como uma pessoa

de confiança, o profissional do serviço social que se mostrou preocupado com a testemunha, embora tenha trabalhado este assunto dentre de tantos outros.

Portanto, para esta pesquisa permanece a interrogação, qual é o status de vítima da testemunha? Neste dossiê (2), o irmão-testemunha foi atendido pela exposição por meio de orientações sociais frente às atitudes que poderia ter tomado em nesta situação. É mister dizer que essa demanda emergiu por ter sido trazida pela família devido aos problemas comportamentais que este membro da fratria apresentava no contexto social e não porque estava prevista tal atenção. Apesar de a técnica ter consciência da demanda que esta última testemunha apresenta quanto ao impacto da exposição sofrida, verificou-se que não foi privilegiado o atendimento terapêutico.

Considerações finais

A questão das configurações familiares assumidas ao longo da história da humanidade delinea uma preocupação com as interações delimitadas neste âmbito. Com o passar dos anos a família conquistou um novo modo de viver e de desempenhar suas funções.

Com o advento da modernidade, emergem outras configurações familiares mediante a recomposição ou reconstituição das famílias ou, ainda, os re-casamentos cada vez mais frequentes, fazendo com que os filhos vivenciem essas transições de maneira direta. Nestas famílias, o aprendizado da parentalidade influencia no desenvolvimento, no cuidado e na proteção das crianças. Desta forma, ‘parentar’ filhos, segundo Berthoud (2003), constitui um novo desafio na vida tanto do casal como dos filhos, devido à inadaptação às novas configurações e indefinição de papéis, especialmente. A recomposição ou reconstituição ocasiona, para os filhos envolvidos, mudanças às vezes radicais na dinâmica familiar, por serem forçados a conviver com situações extremas e adversas ao seu bem-estar, como, por exemplo, testemunhar abusos sexuais de irmãos, conforme revelação de uma das filhas, em um dos dossiês examinados neste estudo.

A predominância das famílias reconstituídas ou recompostas revelou-se, nesta pesquisa, como fator de vulnerabilidade e risco para a exposição, nas quais, muitas vezes, registra-se história pregressa de abusos perpetrados de geração em geração, que pode ter desencadeado uma reprodução do modelo abusivo.

As histórias familiares aqui retratadas evidenciaram a inserção de: a) filhos do primeiro casamento de um dos cônjuges no convívio das famílias e de abusadores dos meio-irmãos entre eles; b) de avós, uma das quais vítima de abuso sexual em sua infância, compondo um quadro transgeracional; c) do avô abusador que não possuía vínculo afetivo com os netos; d) dos padrastos abusadores. A enteada foi apresentada como vítima preferencial das investidas do padrasto, em pelo menos quatro dossiês, sinalizando a vulnerabilidade de constituir um novo ambiente e estilo de vida com pessoas diferentes e advindas de outros contextos familiares.

Nos nove dossiês examinados encontrou-se sete famílias reconstituídas ou recompostas na época das exposições.

A recomposição, no entanto, apesar da constância em que esteve presente nos dossiês estudados não é o único fator de risco para a ocorrência da violência sexual intrafamiliar e sua exposição. Há que se levar em consideração também as dificuldades que as famílias vêm atravessando para a garantia de sua sobrevivência e, a precariedade das políticas assistenciais em darem conta de suprir as necessidades básicas destas, ocasionando violações de direitos de toda ordem e perpetuando o ciclo de violência contra as crianças inseridas neste convívio.

Em todos os dossiês observou-se as condições de extrema carência apresentadas pelas famílias a ponto de o abusador ser o provedor indispensável. As habitações não propiciam a privacidade necessária, tendo sido elemento facilitador da exposição da fratria, em alguns casos, contribuindo para uma socialização em que o abuso sexual é, pode-se dizer, naturalizado.

Assim, a questão sócio-econômica aparece como outro fator potencializador tanto da ocorrência quanto da recorrência dos abusos e sua exposição, apesar de não estarem ligados diretamente, pois não podemos incorrer em generalizações desta natureza.

Para Rangel (2005), a fratria que passa por situações abusivas, mesmo que em diferentes circunstâncias, assimila de forma diferenciada o ocorrido, indicando que o ato amplia os danos a outros membros familiares.

No presente estudo, destaca-se também a interação da fratria como indicativo de proteção para os irmãos em uma família onde exista uma dinâmica abusiva. De modo geral as fratrias, nos dossiês examinados, demonstraram boa interação, sendo que em pelo menos duas delas a proteção foi maior: as irmãs tornaram-se confidentes entre si, criaram estratégias de proteção para evitar a violência sexual e para flagrar o abusador em ação, assim como participaram do “*disclosure*”, quando uma vítima, não suportando o abuso sofrido, revelou-o à mãe, na ocasião de uma discussão desta com o padrasto abusador.

Ao lado das vulnerabilidades apontadas percebemos que a participação dos irmãos-testemunha na interação incestuosa deu-se muito provavelmente pela ausência de um cuidado e uma atenção que poderiam ter sido previstos, considerando estes enquanto vítimas em potencial. Em um dos dossiês, a irmã só revelou o abuso sofrido quando as investidas recaíram contra a irmã. A dupla-vitimização foi um fenômeno que apareceu em número expressivo (6 dossiês), indicando, possivelmente, que, em uma fratria, a sujeição às investidas abusivas ou até mesmo a exposição destes atos é expressivamente previsível.

O número de irmãos-testemunha neste estudo (14) sugere que a exposição acontece em um contexto abusivo já instalado, marcado pela violência sexual, razão pela qual ações preventivas são necessárias tanto para evitar sua ocorrência quanto para não expor outras crianças, uma vez que os danos e os impactos são prejudiciais ao desenvolvimento global delas. A prevenção é uma estratégia fundamental para evitar a ocorrência destas situações, pois prevenir significa antecipar-se a este tipo de ocorrência, buscando evitá-la.

Ainda sobre isso, Faleiros (2003) assinala em sua pesquisa que a violência sexual contra crianças, dentro de uma visão macro, é uma questão ética e cultural, em que é necessário adotar ações preventivas que alcancem a opinião pública e a mídia, buscando mudança de valores e educação sexual e abrangendo toda a população, de todas as faixas etárias, no sentido de superarem o pacto de silêncio.

A família, como partícipe do seu processo de mutação, precisa ser empoderada para a superação dos conflitos intra e extrafamiliares. Resgatar a sua função como instituição de socialização, educação e, sobretudo, de proteção para suas crianças é mister para o enfrentamento de seus problemas. Para isso, é preciso desenvolver as forças da família através de políticas públicas e sociais consistentes, através de programas de valorização familiar e que impulsionem a convivência familiar e comunitária.

Baseado no conceito de Empowerment elaborado por Pinto (1998), tal processo permitirá à família encontrar suas forças inatas. Tal atitude constitui-se na prerrogativa de reconhecer o seu poder, inovar, interagir com a sociedade, acionando os mecanismos de poder psicológico, sócio-cultural, político e econômico, a fim de romper com o ciclo de violências, ampliar o exercício de sua cidadania e ser agente de sua própria transformação.

Considerando as conseqüências do abuso sexual em crianças, a deficiência no atendimento, a falta de capacitação dos profissionais ou intervenções demoradas podem comprometer a saúde física e psíquica das vítimas.

Olhar para este fenômeno de forma globalizada consiste em considerar que um lar marcado pela violência, seja, qual for a tipologia, ou a história pregressa de violências, ou, ainda, a estrutura familiar com inversão de papéis, limites não definidos, requer mais atenção e prevenção.

Neste estudo a forma como a fratria que testemunhou o abuso sexual de seus irmãos foi afetada assume diferentes formas, variando, possivelmente, de acordo com o significado que a cena abusiva representa para ela. Estas podem ser manifestadas a partir de vários sentimentos ou comportamentos: culpa, medo, impotência, agressividade, raiva, depressão e outras perturbações emocionais, prejudiciais ao seu desenvolvimento psicossocial, refletidos nas áreas escolares em decorrência da inabilidade social ou, como em alguns casos, podem significar o que Shengold (1977 apud Gabel, 1997) chama de “assassinato da alma”. Prejuízos assim podem levar a fratria a ter desde uma interação passiva até uma interação mais incisiva. Nesta última, conforme um dos dossiês a testemunha investe contra o abusador sexual dos irmãos ou, em outro, externaliza o abuso, conclamando a atenção de vizinhos para que a vitimização cesse. Assim, testemunhar o abuso sexual de um ou mais irmãos constitui-se uma vitimização, com a implicação de ser a testemunha um membro da fratria, tornando-o, especialmente, por isso, vítima potencial.

O processo de vitimização da testemunha, vivenciado neste estudo, fez parte das “hipóteses esquecidas”, conforme termo sugerido por Azevedo e Guerra (2007), dada a invisibilidade da testemunha no processo que se inicia com a revelação da violência sexual e termina no acompanhamento familiar, junto ao serviço de proteção.

A reincidência da violência sexual apareceu na maioria dos dossiês, mostrando a importância de considerá-la enquanto fator propiciador para a exposição, que deveria estar contemplado quando forem pensadas ações e estratégias preventivas para o atendimento à família, sinalizando para a possibilidade de exposição de outras crianças e adolescentes neste locus marcado pela violência sexual.

A vulnerabilidade destas crianças pode estar associada à falta de uma rede de apoio e proteção atribuída, especialmente, à omissão da figura materna. A ausência de pessoas que pudessem garantir a proteção das testemunhas também foi um fator evidenciado neste estudo, uma vez que a falta de perspicácia dos adultos impediu que pudessem definir o risco a que os demais membros da fratria estavam sujeitos na convivência com o abusador de um dos irmãos. Os sinais indicativos revelados pela família foram negligenciados.

Outra questão é relativa à entrada nos serviços de proteção, em que irmãos-testemunha quase sempre não são mencionados. Denúncias de violência não esboçam preocupação alguma com os irmãos, possíveis vítimas conviventes do mesmo ambiente hostil, salvo, quando estes, de alguma forma, estão envolvidos diretamente na cena

abusiva. Identificou-se, também, questões quanto à necessidade de fazer o acompanhamento e informar acerca da prevalência de se focar a atenção na fratria que, no geral, permanece oculta.

A inserção nos serviços de proteção acontece quando uma situação de violência sexual intrafamiliar ultrapassa as fronteiras do privado, assumindo um status público socializado entre vários setores. Nesta metamorfose, diversos sujeitos podem estar envolvidos e necessitarem de atenção.

Focar a atenção nas crianças vitimizadas sexualmente em um único prisma faz parte de um enredamento clínico, voltado para indivíduos isolados, em detrimento de outros atores envolvidos nesta mesma relação complexa. Em conformidade com Faleiros (2003, p.30), “a não inclusão de outros atores e instituições, implicados ou a serem implicados na situação, vem dificultando ou impedindo que a questão seja compreendida e enfrentada em toda a sua complexidade”.

O objetivo desta intervenção, além do atendimento direto aos envolvidos, suscita uma maior sensibilização comunitária e institucional por meio da definição de ações de cunho preventivo direcionadas às entidades de ensino, programas e projetos sociais dirigidos à família. É preciso, igualmente, buscar a criação de uma cultura de publicização e notificação para um melhor atendimento desta demanda.

Azevedo e Guerra (1999 e 2000), Furniss (2002), Meynckens-Fourez (2000) em seus modelos de intervenção, apontam como necessário incluir todos os irmãos no tratamento da violência sexual. No entanto, durante o estudo, observou-se que estes são contemplados apenas como coadjuvantes e não se privilegiam os irmãos-testemunha como protagonistas do abuso sexual a ele exposto, o que lhe conferiria um status de vítima desta violência.

No presente estudo, com exceção de uma testemunha que, dadas as graves consequências, mereceu atenção especial dos técnicos, as demais, quando atendidas, o foram em função da intervenção que privilegiava a família como um todo, e, por conseguinte, os irmãos. É importante mencionar que em nenhum momento os irmãos-testemunha fizeram parte de um planejamento que conferisse a estas um status de vítima.

Nesse sentido, constatou-se, nesta pesquisa, que a descoberta de uma testemunha aconteceu por acaso, no serviço de proteção, não fruto de uma investigação planejada, com o processo de vitimização da fratria na dinâmica abusiva. Deste modo, o

atendimento à testemunha não é padronizado, sequer esta é mencionada quando da entrada no serviço.

Por isso, os irmãos-testemunha precisam ser protagonizados nos serviços de proteção, tendo em vista que o seu processo de vitimização é caracterizado por danos psicossociais que acarretam prejuízo ao seu desenvolvimento global através de reações sentimentais e comportamentais, identificados nesta pesquisa. Assim passariam de meros coadjuvantes a protagonistas nos serviços de proteção.

A compreensão deste fenômeno implica conhecer os fatores desencadeadores, mantenedores e suas conseqüências, devendo se concluir que, se a criança testemunhou a cena de abuso sexual infligida contra o irmão, ela sofreu. Se sofreu, ela é vítima, e se é vítima precisa de atenção e proteção.

No transcorrer da pesquisa, a opinião dos técnicos sinalizou a relevância do tema, pois a violência é um fenômeno que se supera a cada momento, sendo assim, a busca incessante de novas estratégias, de novos conhecimentos é imprescindível. Assim sendo, esse recorte reveste-se de igual importância para que se busque capacitar os técnicos, para enfim, qualificar a atuação destes frente a essa realidade tão complexa. Cabe ressaltar, porém, que este estudo não acaba aqui, a idéia é que sirva de trampolim para novas pesquisas nesta área.

Referências

- ANDRADE, F. P. de. **Labirintos do incesto**: o relato de uma sobrevivente. São Paulo: Escrituras. Editora: Lacri, 1998.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AZAMBUJA, M. R. F. de. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado. Editora, 2004.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de. **Interrompendo o circuito**: guia prático para prevenir o fenômeno, Módulo 7 A/B. São Paulo: Iglu, 1999.
- . **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2000.
- . **O olhar instrumentalizado transdisciplinar**: guia prático para identificar o fenômeno, Módulo 3 A. São Paulo: Laboratório de Estudos da Criança e do Adolescente, 2000.
- . **Cadernos interativos de apoio a profissionais de várias áreas**: cadernet. São Paulo: Laboratório de Estudos da Criança e do Adolescente, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da criança: abordagem preventiva. In: Hutz, Cláudio Simon (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégicos de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BERISTAIN, A. **Nova criminologia à luz do direito penal e da vitimologia**. Tradução de Cândido Furtado Maia Neto. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Cap. 5.
- BERTHOUD, C. M. E. **Re-significando a parentalidade os desafios de ser pais na atualidade**. Taubaté/ SP: Cabral Editora Universitária, 2003.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069 (1990) **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: 2004.
- . **Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.
- CARDIA, N. **Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

COHEN, C. **O incesto um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 1993.

-----, Abuso físico e incesto: o incesto. In: AZEVEDO E GUERRA. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.

COTTLE, T. J. O incesto. In: **O segredo na infância**. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CRAMI, C. Centro Regional aos Maus Tratos na Infância. **Abuso sexual doméstico**: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. São Paulo. Cortez: Brasília, Distrito Federal: UNICEF, 2002. Série fazer valer os direitos.

COMBERG, R. U. A cena incestuosa: o problema da vitimização. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994.

DESLANDES, S. F., et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. (Org.). Maria Cecília de Souza Minayo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DOBKE, V. **Abuso sexual**: a inquirição das crianças: uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

FALEIROS, E. T., (Org.) **O abuso sexual contra crianças e adolescentes**: os (dê)s caminhos da denúncia. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

-----, O fio da meada – a denúncia e a notificação de situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes. In: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (Org.). **Colóquio sobre o sistema de notificação em violência sexual contra criança e adolescente**: relatório final. Brasília: Abaré, 2004.

FERRARIS, A. O. **Filhos de famílias divorciadas e reconstituídas**: identidade e história familiar In: ANDOLFI, M. (Org.). A crise do casal. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1975.

FOUREZ, B. Fraternidade: perspectivas históricas. In: TILMANS-OSTYN, Edith; MEYNCKENS-FOUREZ, Muriel. (Org.). **Os recursos da fratria**. Tradução de Carlos Arturo Molina-Loza e Ana Maria Prates. Belo Horizonte: Artesã, 2000.

FORWARD, S.; BUCK, C. **A traição da inocência**: O incesto e sua devastação. Tradução de Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FRATRIA. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/marcello/Fratria.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2006.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

-----, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 2000.

GOMES, W.V. **Os óbices (in)visíveis do acompanhamento familiar**: um estudo da medida de proteção para crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar. 2005. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GROISMAN, M. **Família, trama e terapia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1991.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KARSTEN, L. N. **Vítimas de abuso sexual intrafamiliar**: um estudo sobre as estratégias de crianças para evitar a revitimização. 2006.2 (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

KOTLIARENCO, M. A.; CÁCERES, I.; FONTECILLA, M. **Estado de arte em resiliência**. Panamericana de La Salud (Org.). CEANIM, 1990.

LISBOA, C. S. de M.; KOLLER, S. H. Considerações éticas na pesquisa e na intervenção sobre violência doméstica. In: Hutz, Cláudio Simon (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégicos de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEYNCKENS-FOUREZ, M. A fratria: o ponto de vista eco-sistêmico. In: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Org.). **Os recursos da fratria**. Tradução de Carlos Arturo Molina-Loza e Ana Maria Prates. Belo Horizonte: Artesã, 2000.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIOTO, R. C. T.; TAKASHIMA, G. **Novas propostas e velhos subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar**. In: Fronteiras. Montevideo: Universidad de la República. 2001.

PAVIS, P. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PERRONE, R. NANNINI, M. **Violencia y abusos sexuales en la familia**: uma abordagem sistêmico y comunicacional. Piados: Argentina, 1998.

PIMENTA, A. **Os olhos são melhores testemunhas que as orelhas**. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Lisboa] Lisboa, 2000.

POLANCZYK, G.V., et al. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. In: Revista de Saúde Pública. [ISSN 0034-8910 versão impressa]. São Paulo. Fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 08 maio 2006.

PRAZERES, G. G. S.; JESUS, C. S.; ROSA, K. T. **Metodologias de atenção à família: o fazer do assistente social**. Florianópolis: GAPEFAM, 2001, mimeo.

RANGEL, P. C. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. 2001. Curitiba: Juruá, 2005.

RECH, L. K. **Abrindo a caixa de pandora: o desvelamento do abuso sexual contra a criança e o adolescente**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RUFO, M. **Irmãos: como entender essa relação**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SCHMICKLER, C. M. **A revelação do indizível**. Um estudo sobre o protagonista do abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes. Tese. (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC, 2001.

-----. **O protagonista do abuso sexual: sua lógica e estratégias**. Chapecó: Argos, 2006.

SLUZKI, C. Violência familiar e violência política: implicações terapêuticas de um modelo geral. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SOUZA, M. P. **A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia**. 2000. Tese. (Doutorado). São Paulo: PUC, 2000.

-----. Famílias em situação de violência: mediando conflitos. In: VERONESE, J. R. P.; MIOTO, R.C.T.; SOUZA, M. P. (Org.). **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2001.

-----. **As estratégias dos serviços de proteção à criança e ao adolescente**. Florianópolis, 2000.

THOUVENIN, C. A palavra da criança: do íntimo ao social. In: GABEL, Marceline (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

TILMANS-OSTYN, Edith. A fratria, alavanca psicoterapêutica. In: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M.. (Org.). **Os recursos da fratria**. Tradução de Carlos Arturo Molina-Loza e Ana Maria Prates. Belo Horizonte: Artesã, 2000.

VERONESE, J. R. P., COSTA, M. M. M. da. **Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: danos secundários. Disponível em: <http://www.caminhos.ufms.br/html/artigo_karin_koshima.pdf. Acesso em: 29 Abr. 2007.

YAMA, M.; Tovey S.; Fogas, B. **Childhood family environment and sexual abuse as predictors of anxiety and depression in adult womwn.** Am J Orthopsychiatry 1993.

WALSH, F. **Fortalecendo a resiliência familiar.** Tradução de Magda França Lopes, Revisão científica Claudia Bruscagin. São Paulo: Roca, 2005.

WRIHT, M. L.; LEAHEY, M. **Nurses and Families:** a guide to family assessment and intervention. F. A. Davis Compani Philadelphia. Philadelphia: 2000.

Apêndices A e B

Documentos que subsidiaram o acesso à pesquisa (Ofício a Coordenação e Carta aos técnicos do Programa Sentinela)

Apêndice A

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Venho por meio deste, solicitar sua autorização no sentido de viabilizar a pesquisa científica da mestranda Karla Terezinha Rosa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa é intitulada “CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPOSTOS COMO TESTEMUNHAS À VITIMIZAÇÃO SEXUAL DE IRMÃOS”. E possui como objetivo central conhecer a importância atribuída a(s) criança(s) e/ou adolescente(s) expostos como testemunhas à violência sexual sofrida por um ou mais irmão em atendimento no Programa Sentinela de Florianópolis.

Salientamos que os dados utilizados serão tratados com rigor científico e respeitando o compromisso ético.

Atenciosamente,

Karla Teresinha Rosa
Mestranda em Serviço Social da UFSC

Ilustríssima Senhora

CRISTIANE ANTUNES ESPÍNDOLA ZAPELINI

Coordenadora do Programa Sentinela

Florianópolis/SC

Apêndice B

Prezados colegas de trabalho,

Karla Terezinha Rosa, acadêmica do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Mestrado - da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), venho solicitar sua valiosa colaboração para realizar a pesquisa de dissertação, junto ao Programa Sentinela, cujo título é “CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPOSTOS COMO TESTEMUNHAS À VITIMIZAÇÃO SEXUAL DE IRMÃOS: um estudo no Programa Sentinela de Florianópolis”.

Esta pesquisa tem como objetivo central conhecer e problematizar a inserção de crianças e adolescentes exposto, como testemunhas, no processo de vitimização sexual intrafamiliar.

Sua participação é de suma importância para contribuir com novas produções científicas na área da violência contra a criança e o adolescente.

Antecipadamente agradeço e subscrevo-me,

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Karla Terezinha Rosa
Mestranda em Serviço Social da UFSC

Apêndice C

Roteiro de coleta de dados no dossiê

Apêndice C

Roteiro de coleta de dados no dossiê

I – Identificação

1.1 Caracterização da família

Testemunha(s):

Vítima(s) identificada(s):

Agressor(es):

Configuração e dinâmica da família:

Composição da fratria:

1.2 Primeira Denúncia

Data da denúncia:

Relato:

1.3 Status atual da família

II – Processo de vitimização da testemunha

2.1 Dinâmica familiar abusiva

A cena abusiva:

Fatores de (des)proteção:

Quantidade de testemunha(s):

Testemunhou quantas vezes:

Exposição à violência sexual:

Efeitos da exposição à violência

III - Circuito de inserção e intervenção das testemunhas nos serviços de proteção

3.1 Data de entrada no serviço:

3.2 Início do atendimento:

3.3 Processo de identificação da testemunha(s):

3.4 Tipo de atendimento:

3.5 Estratégia de atendimento:

3.6 Rede de apoio social

Apêndice D

Termo de consentimento livre e esclarecido

Apêndice D

Termo de consentimento livre e esclarecido

Karla Terezinha Rosa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, venho por meio deste solicitar seu consentimento para participar, como entrevistada, do estudo intitulado “CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPOSTOS COMO TESTEMUNHAS À VITIMIZAÇÃO SEXUAL DE IRMÃOS”, no Programa Sentinela de Florianópolis.

O estudo tem como objetivos gerais: 1) identificar de que forma a testemunha é afetada pela exposição à violência sexual de irmã(os) no âmbito familiar; 2) desvendar como se dá o atendimento às testemunhas de violência sexual de irmã(os).

Espero com esta pesquisa contribuir com a produção de conhecimentos e saberes sobre as novas ações de atenção e proteção contemplando a criança ou o adolescente exposto como testemunha a este tipo de situação.

As informações e relatos obtidos serão confidenciais e, assim, inutilizaremos o nome dos participantes, garantindo o sigilo da pesquisa e os preceitos éticos da profissão. Os sujeitos serão referenciados por nomes fictícios escolhidos pelo próprio pesquisador e entrevistador.

Certa de sua colaboração, agradeço sua disponibilidade em participar do estudo.

Eu _____ consinto em participar desta pesquisa, desde que respeitadas as respectivas proposições contidas neste termo.

Florianópolis, agosto de 2006.

Assinatura da entrevistada.

Apêndice E

Fluxograma do Programa Sentinela de Florianópolis

Apêndice E

Fluxograma do Programa Sentinela de Florianópolis

